



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
MESTRADO E DOUTORADO EM ECONOMIA**

ROMULO TROCCOLI MAGNAVITA GUERRA

**EIXO PRODUTIVO BR-324: UMA NOVA ABORDAGEM REGIONAL PARA ALÉM
DAS REGIÕES METROPOLITANAS DE SALVADOR E FEIRA DE SANTANA**

**SALVADOR
2025**

ROMULO TROCCOLI MAGNAVITA GUERRA

**EIXO PRODUTIVO BR-324: UMA NOVA ABORDAGEM REGIONAL PARA ALÉM
DAS REGIÕES METROPOLITANAS DE SALVADOR E FEIRA DE SANTANA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em economia.

Área de concentração: Desenvolvimento econômico.

Orientador: Prof. Dr. Lívio Andrade Wanderley.

**SALVADOR
2025**

Ficha catalográfica elaborada por Vânia Cristina Magalhães CRB 5- 960

Guerra, Romulo Troccoli Magnavita

G934 Eixo produtivo BR-324: uma nova abordagem regional para além das regiões metropolitanas de Salvador e Feira de Santana./ Rômulo Troccoli Magnavita Guerra. – Salvador, 2025.
129 f. II.; fig.; quad.; graf.; tremaps; tab.

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia, 2025.

Orientador: Prof. Dr. Livio Andrade Wanderley.

1. Desenvolvimento econômico. 2. Desenvolvimento regional – Salvador - Bahia. 3. Desenvolvimento regional - Feira de Santana - Bahia. I. Wanderley, Livio Andrade. II. Título. III. Universidade Federal da Bahia.

CDD – 338.98142



Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Economia
Programa de Pós-Graduação em Economia
Mestrado e Doutorado em Economia

TERMO DE APROVAÇÃO

ROMULO TROCCOLI MAGNAVITA GUERRA

**EIXO PRODUTIVO BR-324: UMA NOVA ABORDAGEM REGIONAL PARA ALÉM
DAS REGIÕES METROPOLITANAS DE SALVADOR E FEIRA DE SANTANA**

Dissertação de Mestrado aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Economia no Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Lívio Andrade Wanderley

(Orientador-UFBA)

Prof. Dr. Henrique Tomé da Costa Mata (UFBA)

Prof. Dr. Luiz Gustavo Araújo da Cruz Casals e Silva (UFBA)

Prof. Me. Gesner Brehmer de Araújo Silva (UFBA)

Aprovada em 05 de fevereiro de 2025.

RESUMO

Este trabalho apresentou uma proposta teórica para uma nova concepção de região para os municípios que compõem o que foi denominado, para fins deste trabalho, Eixo Produtivo BR324 (EPBR-324), espaço do território baiano composto por dezoito municípios localizados entre Salvador e Feira de Santana. A proposta centrou-se em estabelecer elementos teóricos capazes de oferecer ao agrupamento de municípios o status de região. Foi revisitada a formação econômica da região e quantificados os valores adicionados por cada um dos municípios selecionados ao PIB do Estado, que serviu firmemente para reforçar a noção de região proposta; ainda foram apresentados aspectos demográficos. Em seguida, foram apresentados elementos referentes à concentração espacial da produção econômica, além de outros indicadores que demonstraram aspectos distintivos quanto às estruturas econômicas dessa fração do território baiano. As considerações finais sumarizaram os aspectos mais relevantes observados no estudo.

Palavras-chave: desenvolvimento regional; região metropolitana de Salvador; região metropolitana da Feira de Santana; BR-324.

ABSTRACT

This work presented a theoretical proposal for a new conception of region for the municipalities that make up what was called, for the purposes of this work, Eixo Produtivo BR324 (EPBR 324), a space in the territory of Bahia, composed of eighteen municipalities located between Salvador and Feira de Santana. The proposal focused on establishing theoretical elements capable of offering the grouping of municipalities the status of region. Revisiting the economic formation of the region and quantifying the values added by each of the selected municipalities to the State's GDP served to reinforce the proposed notion of region; demographic aspects were also presented. Elements referring to the spatial concentration of economic production were presented, in addition to other indicators that demonstrated distinctive aspects regarding the economic structures of this fraction of the territory of Bahia. The most relevant aspects observed in the study were summarized in the conclusion section.

Keywords: regional development; metropolitan region of Salvador; metropolitan region of Feira de Santana; BR-324

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Região metropolitana de Salvador e região metropolitana de Feira de Santana	14
Figura 2 –	Destaca municípios limítrofes das RMS e RMFS	15
Figura 3 –	Destaque BR 324	20
Figura 4 –	Fábrica da Mondial em Conceição do Jacuípe	74

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Participação da indústria de São Francisco do Conde na atividade industrial do estado da Bahia	43
Gráfico 2 –	Participação da indústria nacional no PIB	48
Gráfico 3 –	Participação da indústria no PIB do estado da Bahia	49
Gráfico 4 –	Participação indústria de Simões Filho na atividade econômica do estado	49
Gráfico 5 –	A participação da indústria de Candeias na atividade econômica do estado	50
Gráfico 6 –	Participação indústria na atividade econômica de Feira de Santana	64
Gráfico 7 –	Participação da indústria de Feira de Santana na atividade industrial do estado	65
Gráfico 8 –	Participação da indústria de Camaçari na atividade industrial do estado	69
Gráfico 9 –	Participação da indústria de Camaçari na economia do município	70
Gráfico 10 –	Participação da indústria na atividade econômica de Conceição do Jacuípe	72
Gráfico 11 –	Participação da indústria de Conceição do Jacuípe na atividade industrial estado	73
Gráfico 12 –	Tamanho da população associado ao tamanho do setor serviço	93
Gráfico 13 –	Percentual da indústria associada ao PIB <i>per capita</i>	100
Gráfico 14 –	Percentual da indústria associada salário médio trabalhadores formais dos municípios	102
Gráfico 15 –	Percentual da indústria associada salário médio trabalhadores formais dos municípios	103
Gráfico 16 –	Participação percentual da indústria associada ao percentual da população ocupada dos municípios	104
Gráfico 17 –	Participação percentual da indústria associada ao coeficiente de Gini dos municípios	107
Gráfico 18 –	Participação percentual da indústria associada ao coeficiente de Gini dos municípios	109

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1 –	Valores absolutos adicionados pelos municípios do eixo produtivo BR-324	87
Quadro 2 –	<i>Ranking PIB do município na atividade econômica do estado</i>	88

LISTA DE TREEMAPS

Treemap 1 –	Mapa concentração atividade econômica estado da Bahia	17
Treemap 2 –	Mapa distribuição atividade econômica <i>EPBR 324</i>	17
Treemap 3 –	Mapa distribuição da população <i>EPBR 324</i> x demais municípios baianos	18
Treemap 4 –	Mapa distribuição da população no EPBR-324	19
Treemap 5 –	Mapa PIB região/estados (<i>EPBR 324</i>)	83
Treemap 6 –	PIB Estados do Nordeste com a representação do EPBR 324	84
Treemap 7 –	Mapa da população por região e estados com a representação do <i>EPBR 324</i>	85
Treemap 8 –	Mapa população estados do Nordeste (<i>EPBR 324</i>)	85

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – <i>Royalties</i> (em R\$1.000,00) e participação na receita total	42
Tabela 2 – Indústrias de Feira de Santana com mais de 100 empregados	63
Tabela 3 – Composição percentual atividade econômica (Municípios EPBR-324)	90
Tabela 4 – População dos municípios do eixo produtivo BR-324	94
Tabela 5 – Composição atividade econômica dos municípios do EPBR-324	96
Tabela 6 – PIB per capita, salário médio mensal, percentual da população ocupada	99
Tabela 7 – Coeficiente de Gini e índice de desenvolvimento humano	106

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	REFERENCIAL TEÓRICO	22
3	ECONOMIA DO EIXO PRODUTIVO DA BR-324	35
3.1	FORMAÇÃO ECONÔMICA DO EPBR 324	35
3.1.1	A Bahia dos Anos 50: “O Enigma Baiano”	36
3.1.2	Anos 1950 – Refinaria Landulfo Alves	39
3.1.3	Anos 1960 - Centro Industrial da Aratu	44
3.1.4	Anos 1970 - Polo Petroquímico de Camaçari	52
3.1.5	Feira de Santana - relevância na hierarquia regional	57
3.1.6	Complexo Industrial Ford Nordeste	66
3.1.7	Conceição do Jacuípe – a indústria nos anos 2000	71
3.1.8	A Infraestrutura a corroborar o sentido orgânico ao EPBR-324	78
4	EIXO PRODUTIVO BR-324: ORGANIZAÇÃO HIERÁRQUICA DA PRODUÇÃO	83
4.1	CONCENTRAÇÃO ECONÔMICA	86
4.1.1	Concentração econômica - Serviços	89
4.1.2	Concentração econômica - Indústria	95
4.2	DISPARIDADES ESTRUTURAIS E HIERARQUIA	98
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
	REFERÊNCIAS	115
	ANEXO A - RELAÇÃO PIB ESTADOS DA FEDERAÇÃO	125
	ANEXO B - ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO NAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO COM DATA DE REFERÊNCIA 1º DE JULHO DE 2021	126
	ANEXO C - LEVANTAMENTO PROCIA EMPRESAS INSTALADAS NO CENTRO INDUSTRIAL DE ARATU	127
	ANEXO D - PLANTA FUNDIÁRIA DE SITUAÇÃO CIA – SUL	128
	ANEXO E - PLANTA FUNDIÁRIA E DE SITUAÇÃO CIA-NORTE	129

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho procurou oferecer elementos capazes de substanciar uma concepção de região para o conjunto formado por dezoito municípios localizados ao longo da BR-324, entre as cidades de Salvador e Feira de Santana, que, agregados, definem os limites geográficos do que foi denominado, para fins deste trabalho, Eixo Produtivo BR-324 (EPBR-324), sendo composto, além desta introdução, por mais três seções seguidas, para fins de conclusão, por considerações finais. A segunda seção situou os referenciais teóricos que fundamentam este trabalho, qual seja: a base teórica a definir conceitualmente a região enquanto categoria, a organização social e econômica do espaço e, em particular, a sua localização e área de influência. Na terceira seção, procurou-se uma aproximação com o objeto da pesquisa. Essa parte do trabalho revisita os elementos históricos que determinaram a conformação econômica da região, elencando o encadeamento de investimentos que agregados deram um sentido orgânico à mesma; essa seção ainda identifica e registra a presença das infraestruturas que, instaladas na região, reforçam a sua importância estratégica. A quarta seção estabelece uma perspectiva quantitativa ao identificar e mensurar o nível das atividades econômicas dos municípios pertencentes à região, aborda os aspectos relacionados à alta concentração econômica da região e identifica diferenças estruturais entre os municípios que compõem o EPBR-324. À quinta seção, na qualidade de considerações finais, foram sumarizados os aspectos relevantes observados na pesquisa.

Este trabalho parte da premissa de que o papel do Estado é relevante e indispensável no planejamento e no desenvolvimento econômico e social. Essa compreensão está fortemente fundada nas teorias econômicas de orientação desenvolvimentista que, apesar de reconhecerem a importância das forças de mercado dentro de uma estrutura competitiva, impõem a necessidade da intervenção do Estado através de políticas estratégicas de fomento, investimento e, sobretudo, de planejamento.

A ideia central a nortear este trabalho foi formular uma compreensão singular para a região composta pelo conjunto dos municípios de Salvador, Feira de Santana e, também, os demais municípios localizados ao longo da BR-324 no trecho compreendido especificamente entre as duas referidas cidades, que será doravante

denominado Eixo Produtivo BR-324 (EPBR-324), e, com base nessa compreensão, avaliar a atividade econômica dessa região, a sua localização, concentração populacional, as diferenças estruturais desse espaço, como também, e principalmente, estabelecer as bases para uma nova perspectiva quanto ao significado dessa região. Como se demonstra neste trabalho, a região analisada, representa, sem lugar a dúvida, o motor a impulsionar a economia do Estado e, dessa forma, se constitui no vetor de maior relevância para o desenvolvimento do Estado da Bahia.

Quanto ao nome dado a Região em análise, qual seja: Eixo Produtivo BR-324, registra-se que tal epíteto não carrega em si os elementos a definir o espaço enquanto categoria. A sua utilização presta-se a tarefa retórica de estabelecer uma base racional, um senso aristotélico para a argumentação consistente, que foi proposta no trabalho. Anota-se nessa introdução a alcunha “Corredor Rodoviário BR-324” dada pelo professor Henrique Tome da Costa Mata para designar o espaço ora analisado.

A partir dessa perspectiva, o trabalho oferece uma nova e ampliada compreensão sobre essa região do território baiano. Sendo importante introduzir uma explicação para tanto, serão explicitados os motivos que suscitarão a formulação conceitual de uma região com aspectos distintos e por vezes afastando-se do princípio da homogeneidade, aspecto normalmente usado para se conceber uma região.

Ligadas pela BR-324, Salvador e Feira de Santana são os dois maiores centros econômicos e populacionais do Estado da Bahia e, no trecho específico que liga os dois municípios, encontram-se alguns outros municípios que, dada as suas especificidades, possuem grande relevância para a economia do Estado. O estudo estabelece uma compreensão sistêmica para os municípios selecionados, ou seja, que, uma vez tomados como elementos de um mesmo conjunto, formam uma unidade regional nova e ampliada para além das já estabelecidas Regiões Metropolitanas de Salvador (RMS) e da Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS).

Os critérios adotados para selecionar os municípios pertencentes ao EPBR-324 foram:

- i) distância em relação à BR-324 não superior a 20Km das margens esquerda e direita;
- ii) localização no trecho específico compreendido entre os municípios de Salvador e Feira de Santana. Delimitação necessária, tendo em vista que a BR-324 se estende até o município de Balsas, no Maranhão;

Aplicados os critérios, fica o EPBR-324 constituído pelos dezoito seguintes municípios: Camaçari, Lauro de Freitas, Simões Filho, Dias D'Ávila, Candeias, São Francisco do Conde, Madre de Deus, Santo Amaro, São Gonçalo dos Campos, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, São Sebastião do Passé, Terra Nova, Coração de Maria, Conceição do Jacuípe, Amélia Rodrigues, além dos já citados extremos, Salvador e Feira de Santana.

O estudo constatou que a maioria (quase a totalidade) dos municípios tomados para a formação do EPBR-324 já se encontra agrupada sob outras duas representações políticas regionais, quais sejam: a Região Metropolitana de Salvador (RMS)¹ e a Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS)². Uma Região Metropolitana (RM) pode ser definida pelo agrupamento de municípios limítrofes e é instituída por lei complementar estadual, ou seja, só pode ser composta por municípios do próprio Estado e se constitui instância geográfica própria na terminologia administrativa e acadêmica brasileiras desde o início dos anos 1970 (IBGE, 2022).

A principal delas, a Região Metropolitana de Salvador (RMS), conforme o *Relatório Governança Metropolitana no Brasil* (IPEA, 2015), comprehende, atualmente, treze municípios: Itaparica, Camaçari, Madre de Deus, Pojuca, Mata de São João, Vera Cruz, Salvador, Candeias, Lauro de Freitas, Simões Filho, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, e Dias d'Ávila.

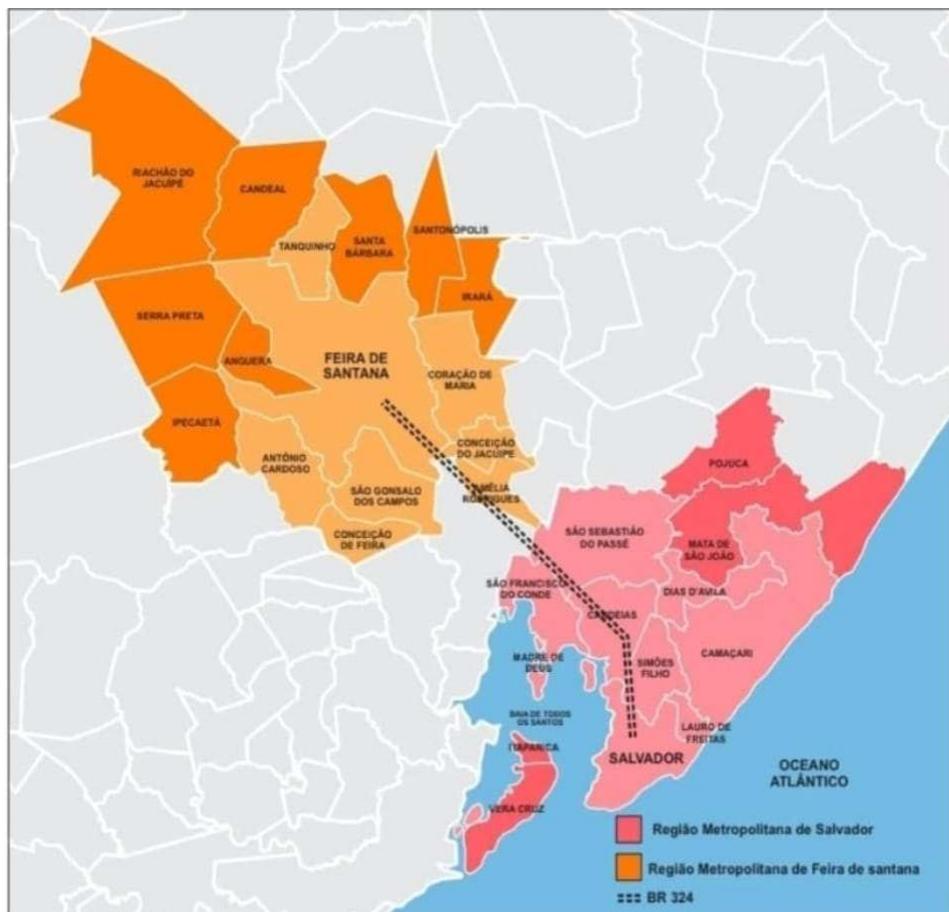
Por sua vez, a Região Metropolitana de Feira de Santana é composta por seis municípios (IPEA, 2015): Amélia Rodrigues, Conceição da Feira, Conceição do

¹ Brasil. *Lei Complementar n.14, de 08 de junho de 1973*. Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp14.htm. Acesso: 15 maio 2022.

² Bahia. *Lei Complementar n. 35 de 06 de julho de 2011*. Institui a região metropolitana de Feira de Santana, e dá outras providências. Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/1028289/lei-complementar-35-11>. Acesso: 15 maio 2022.

Jacuípe, Feira de Santana, São Gonçalo dos Campos e Tanquinho, além de uma área de expansão composta pelos municípios de Anguera, Antônio Cardoso, Candeal, Coração de Maria, Ipecaetá, Irará, Santa Barbara, Serra Preta e Riachão do Jacuípe. A Região Metropolitana de Feira de Santana configura-se como um espaço dinâmico, cuja estratégica localização geográfica, em importante entroncamento rodoviário (BR-101, BR-116 e BR-324), conforma essa região no maior entroncamento rodoviário do Nordeste (IPEA, 2015). A Figura 1 ilustra as regiões metropolitanas de Salvador e Feira de Santana, espaço, conforme pode ser percebido, contíguo do Estado da Bahia.

Figura 1 – Região metropolitana de Salvador e região metropolitana de Feira de Santana

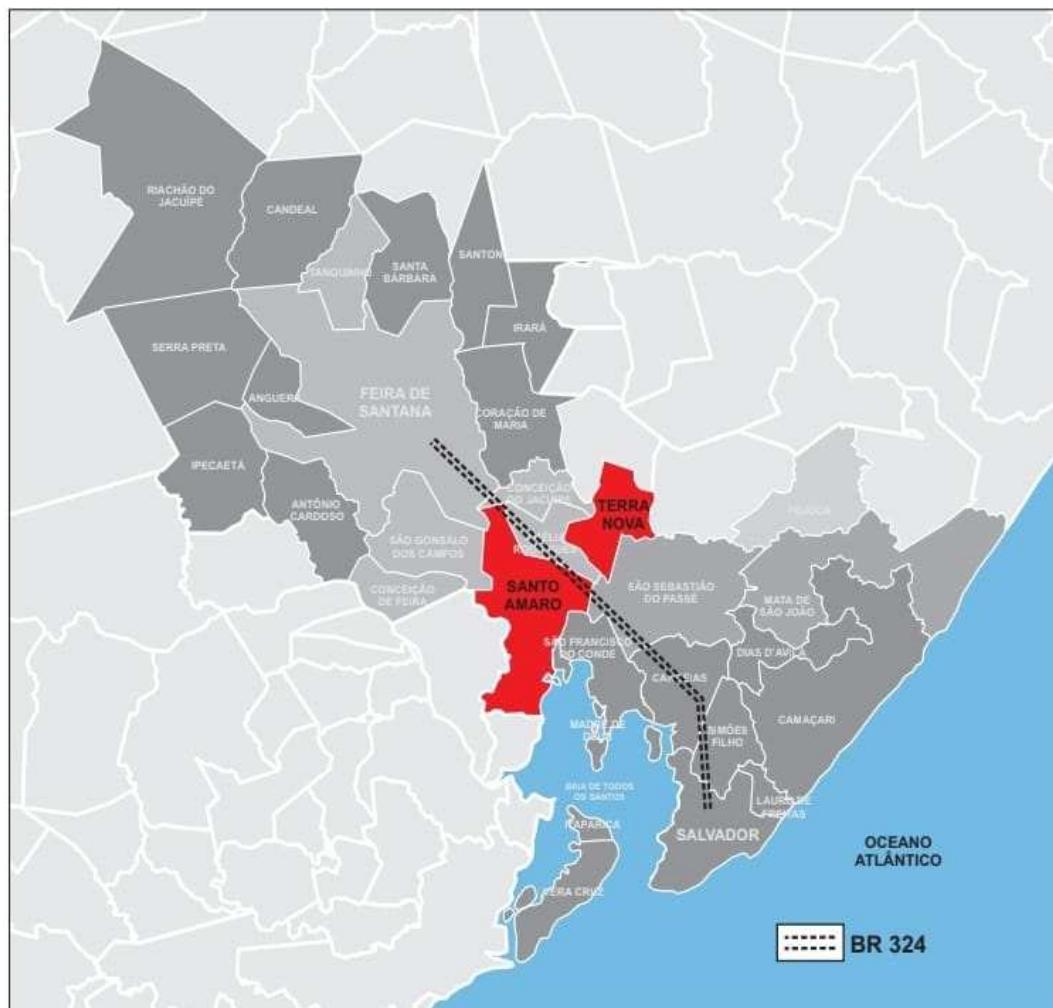


Fonte: IPEA (2015)

Conforme pode-se perceber com base na figura acima, os municípios que compõem a RMS avançam para o interior do Estado como se estivessem indo ao

encontro de Feira de Santana. De modo análogo, pode-se perceber um movimento semelhante em relação a uma parte dos municípios que compõem a Região Metropolitana de Feira de Santana, que igualmente parecem ir ao encontro da RMS. Não por coincidência, os dois municípios exclusos das duas regiões metropolitanas acima expostas (Santo Amaro e Terra Nova) estão justamente localizados entre as Regiões Metropolitanas de Salvador e Feira de Santana (Figura 2).

Figura 2 – Destaca municípios limítrofes as RMS e RMFS



Fonte: IPEA (2015, modificado pelo autor)

Pessotti (2008) já identificava essa “nova” configuração espacial da atividade econômica, quando observou que:

Atualmente, esse novo território hegemônico localiza-se a partir de Salvador, mas segue para o norte abrangendo Simões Filho, São Francisco do Conde, Camaçari e em direção ao sertão, abraçando

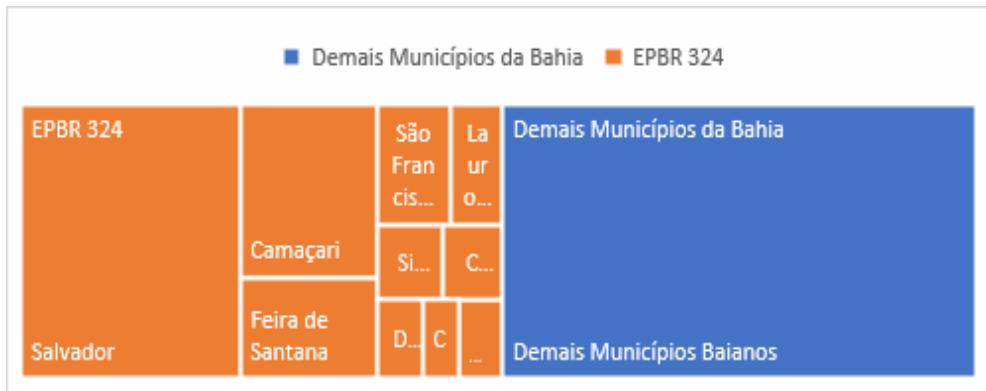
Feira de Santana, sempre estratégica no desenvolvimento econômico baiano (Pessoti, 2008, p. 120).

Quanto à seleção dos municípios tomados para a delimitação do contorno da região proposta (EPBR-324), registra-se que tal constructo, de natureza eminentemente teórica, inevitavelmente poderá suscitar questionamentos e demandar maiores estudos e reflexões. A pesquisa ora empreendida registra e reconhece a existência de outras municipalidades relevantes que não estão tão próximas a BR-324 ou não são tão acessíveis e que, dessa forma, poderiam provocar um debate quanto a sua inclusão/exclusão – destacam-se as ilhas da Baía de Todos os Santos, em especial os municípios de Vera Cruz e Itaparica (ainda isolados do continente pela inexistência de uma ponte e conectados pelo sistema *Ferry Boat*), e o município de Mata de São João, que apresentam uma forte interação residencial com Salvador. Observe-se, também, a existência de outros municípios economicamente relevantes que, pelo critério de corte, não pertencem à região proposta neste estudo, em que se destacam: Pojuca, Alagoinhas, Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus.

A delimitação geográfica para a região proposta neste trabalho está alicerçada nas importantes e singulares características econômicas e demográficas que distinguem esse subespaço do território baiano, características que serviram para justificar os contornos a estremar a região proposta neste estudo. Quando adjetivamos o espaço, definindo o seu contorno geográfico e dessa maneira estabelecendo a noção regional, ele se torna um produto do intelecto humano, porque é uma decorrência da elaboração de seu alcance, seu tempo, seu contorno e sua força teórica (Sposito, 2018).

O EPBR-324, enquanto região formada pelos municípios anteriormente relacionados, é responsável por aproximados 50% de toda a atividade econômica do Estado da Bahia (Treemap 1), o que, por si só, já justificaria todo o esforço para uma melhor compreensão da dinâmica econômica dessa região.

Treemap 1 – Mapa concentração atividade econômica estado da Bahia



Fonte: Elaborado pelo autor (2025) com base na SEI (2019)

O trabalho analisou uma série de dados que demonstram o nível da atividade econômica dos municípios que compõem o Eixo Produtivo BR-324 e, a despeito da relevância da sua atividade econômica para o Estado da Bahia, conforme pôde-se perceber, a região apresenta significativa heterogeneidade na localização da sua atividade econômica, que se encontra fortemente concentrada na Região Metropolitana de Salvador (RMS) e em respectivas menores proporções nos municípios de Feira de Santana e Conceição do Jacuípe, esse último se destaca dentre os municípios que compõem a Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS). O Treemap 2 oferece um mapa da distribuição da atividade econômica dentre os municípios que compõem o EPBR-324.

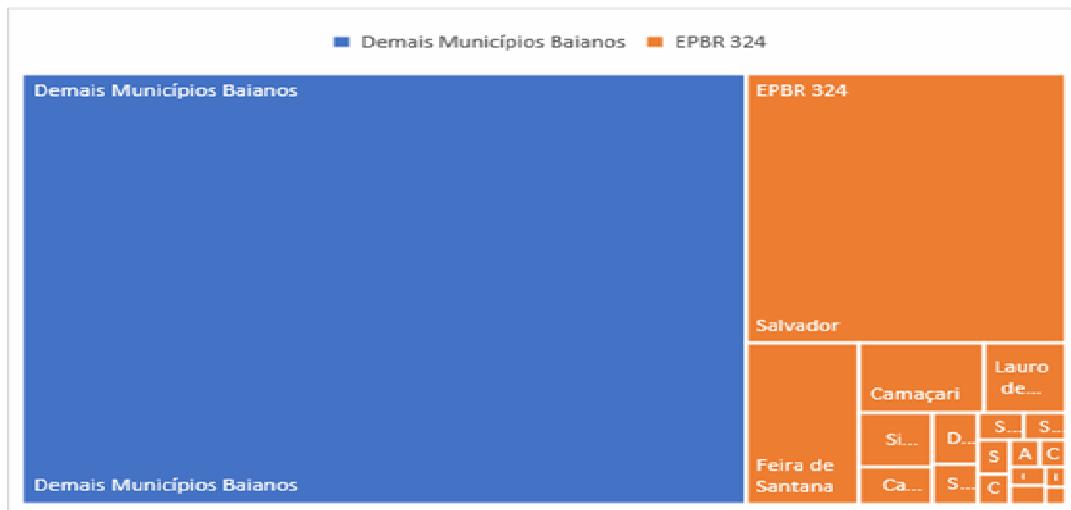
Treemap 2 – Mapa distribuição atividade econômica EPBR 324



Fonte: IBGE (2021)

Outra característica singular a ser destacada é a expressiva concentração demográfica observada na região. O EPBR-324, nos seus dezoito municípios, abriga aproximadamente 30% (Treemap 3) de toda a população do Estado da Bahia. Assim sendo, a elevada densidade demográfica observada na região, de 728,1 hab./km², como também o tamanho da população residente nessa fração do território, de 4.688.977 habitantes (Tabela 3), foi um aspecto importante não só a corroborar a importância do estudo, mas, sobretudo, serviu para reforçar a compreensão enquanto região proposta para o conjunto formado pelos dezoito municípios que agregados compõem o EPBR-324.

Treemap 3 – Mapa distribuição da população EPBR 324 x demais municípios baianos



Fonte: IBGE (2021)

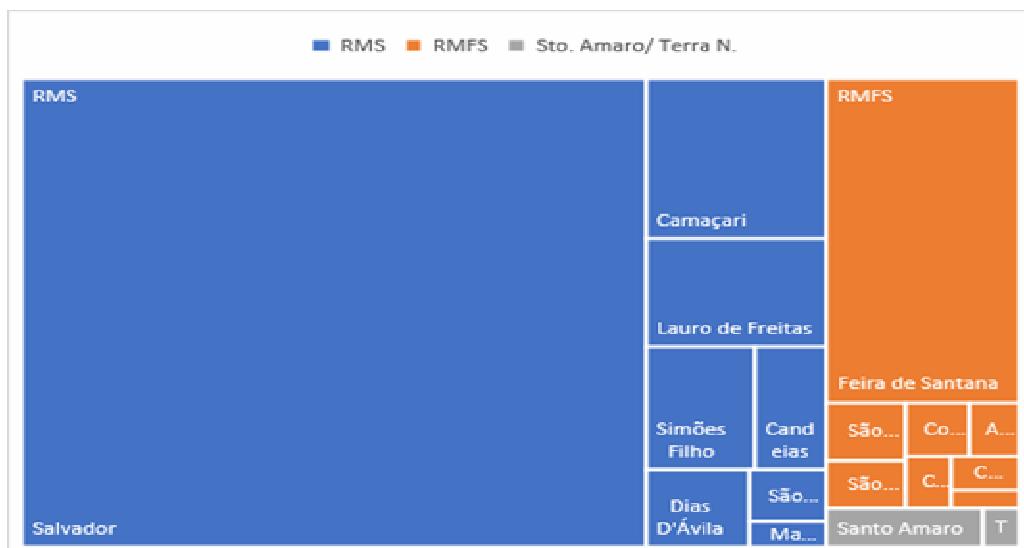
O Treemap 4 ofereceu uma visualização da distribuição da população nos municípios que compõem o EPBR-324. A observação revelou alguns aspectos distintivos que necessariamente precisam ser avivados:

- i. a elevada concentração demográfica observada na RMS é aspecto relevante na distribuição da população, revelando uma forte irregularidade na distribuição da população no EPBR-324;
- ii. percebe-se que as maiores populações estão localizadas justamente nos municípios extremos (Salvador e Feira de Santana); esse aspecto é, inclusive, um elemento proposto como argumento a postular a compreensão de que os municípios localizados entre esses dois extremos (Salvador e Feiras de Santana) podem se beneficiar por

estarem centrados entre os dois mercados/aglomerações de maior relevância do Estado, e, dessa forma, comporem, de modo integrado, o espaço orgânico das relações sociais e econômicas;

Como observa Markusen (1983, p. 33-35), não são as regiões que se desenvolvem; as relações sociais dentro das regiões e entre as regiões é que se desenvolvem. Destacam-se, também, as pequenas populações observadas nos municípios não pertencentes à RMS, naturalmente excluindo-se Feira de Santana. Tal aspecto permite demonstrar que, mesmo sendo compreendida e analisada como um organismo vivo e sistematicamente conectado, a região possui contradições estruturais relevantes, o que revela uma organização hierárquica das relações econômicas, sociais e políticas no EPBR-324.

Treemap 4 – Mapa distribuição da população no EPBR-324

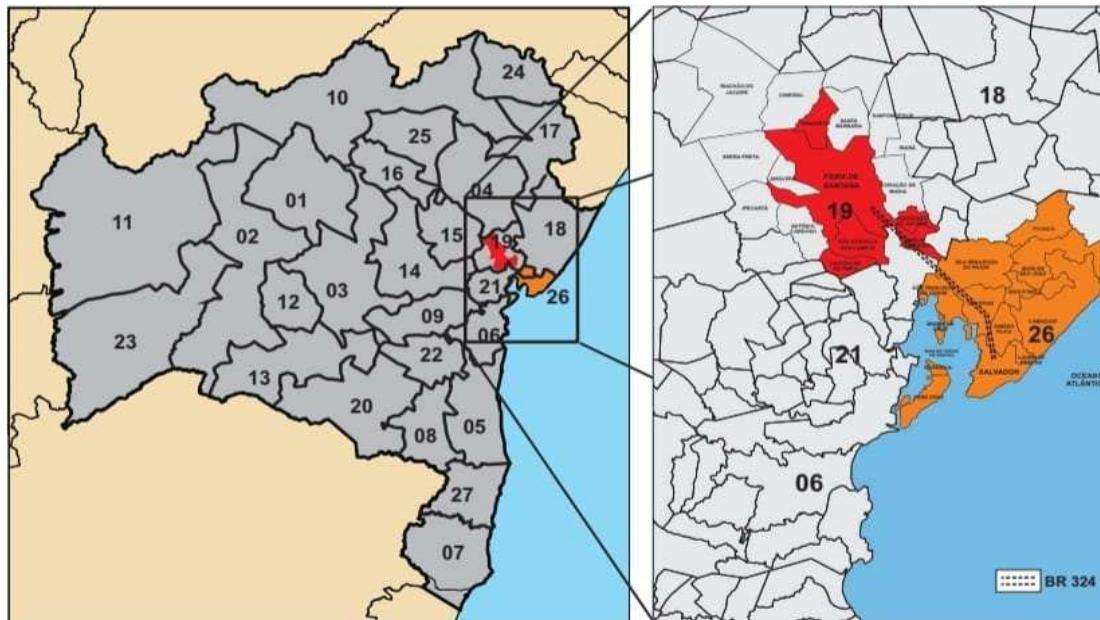


Fonte: IBGE (2021)

Por fim, acrescenta-se às duas importantes características elencadas, o fato de esse espaço representar pouco mais de 1% da totalidade do território do Estado da Bahia. Assim, este estudo se debruçou sobre uma área com um conjunto de características singulares, quais sejam: ser responsável por aproximadamente 50% da atividade econômica do Estado, abrigar aproximados 30% de toda a sua população dentro de um espaço que representa, tão somente, 1,14% do território baiano. A Figura 3 oferece uma visão destacada da região enquanto fração do Estado da Bahia. A parte destacada no mapa é a ilustração gráfica do Eixo

Produtivo BR-324, Salvador e Feira de Santana, municípios extremos, e os dezesseis demais municípios integrantes localizados ao longo desse trecho específico da BR-324.

Figura 3 – Destaque EPBR-324



Fonte: IPEA (2015)

Dessa forma, percebe-se o EPB-R324 como um espaço estratégico que poderia ser perfeitamente concebido como uma região-programa (Boudeville, 1973). Assim sendo, esse trabalho sustenta a noção de que a região deveria possuir um planejamento próprio, com uma clara definição de objetivos a serem perseguidos, como também um preciso diagnóstico dos problemas relevantes a serem tratados.

Argumenta Boudeville (1973) que a região é o resultado da transformação de um espaço abstrato em um espaço geográfico concreto. Assim, este trabalho terá logrado êxito se for capaz de suscitar o debate sobre uma compreensão sistêmica/orgânica para essa fração do território baiano. Acredita-se que o encadeamento dessa compreensão poderá proporcionar ao menos dois resultados distintos, importantes e desejáveis: o primeiro, ao se conceber a região como proposta neste trabalho, que essa concepção seja capaz de produzir resultados que tracionem o desenvolvimento do estado; o segundo, que o planejamento advindo dessa nova concepção regional seja capaz de dinamizar a economia de uma dezena

de municípios para além daqueles industrializados da RMS, de Salvador e de Feira de Santana, quais sejam: Santo Amaro, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, São Sebastião do Passé, Terra Nova, Coração de Maria, São Gonçalo dos Campos, Amélia Rodrigues, Madre de Deus e Conceição do Jacuípe, destacando que este último já desponta no grupo por apresentar números mais robustos, conforme foram percebidos nesse trabalho.

Assim, essa introdução procurou oferecer os primeiros elementos para substanciar uma concepção de região para o conjunto formado pelos dezoito municípios que agregados definem os limites geográficos do Eixo Produtivo BR-324, objeto de estudo desse trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Quanto à tentativa de encontrar-se um conceito absoluto para região, Higgins diz que “[...] uma definição universal aceitável de região sempre resultou estéril, pelo fato de nenhum conceito de natureza tão genérica como esse pode satisfazer, ao mesmo tempo, a geógrafos, cientistas políticos, sociólogos, economistas, antropólogos, etc” (Higgins, 1968). Observação semelhante compartilhada por Ribeiro (1981, p. 22-37 *apud* Wanderley, 2006, p. 95) quando nos diz: “Quanto às considerações sobre região, levanta a dificuldade de se obter uma definição universal.”

Ainda sobre a dificuldade em se estabelecer um conceito para região, diz Breitbach (1988):

A imprecisão do conceito vem fazendo com que o termo região seja utilizado largamente, tanto por economistas como por geógrafos, cientistas sociais, historiadores, etc., sem que o seu conteúdo seja muito bem explicitado. Assim, utiliza-se a palavra região tanto para designar uma área onde se localiza certa atividade produtiva (“região da soja”, “região da pecuária”, etc.) como para uma área com determinadas relações de produção (“região de minifúndio”) ou uma área com características geográficas específicas (“região de serra”), sem contar o uso corrente que é feito do termo regional para designar estadual.

E conclui: “Essa utilização do termo região não atua no sentido de qualificar adequadamente a realidade estudada devido a sua imprecisão” (Breitbach, 1988).

Quando pensamos em estabelecer uma região, o primeiro aspecto que normalmente emerge é a ideia de homogeneidade como característica a definir o espaço. A homogeneidade é certamente aquele atributo mais forte a definir uma região, contudo, a análise, que se pretenda realista, deve considerar que os recursos normalmente não estão distribuídos uniformemente no espaço, o que inevitavelmente implicará em decisões políticas. Assim, aprisionar-se ao atributo homogeneidade para a concepção de uma região significa reduzir significativamente as possibilidades conceituais.

Sobre a análise das atividades econômicas em relação ao espaço, impõe-se a contribuição do economista francês François Perroux. A sua abordagem do espaço

econômico como campo de forças, conduz a uma noção de região polarizada, conceito-chave assim definido por Perroux (1967):

[...] como campo de forças, o espaço econômico é constituído por centros (polos ou sede) de emanação de forças centrífugas e recepção de forças centrípetas. Cada centro, que é ao mesmo tempo centro de atração e de repulsa, tem o seu próprio campo, que é invadido pelos campos de outros centros.

Continua Perroux (1967, p.151):

Sob esse aspecto, um espaço vulgar qualquer é receptáculo de centros e pontos de passagens de forças. Nesse processo, determina-se a zona de influência econômica, ligada ou não a zona de influência topográfica.

Na Visão de Perroux (1967), o polo de crescimento é o espaço onde insere-se a empresa motriz, aquela que tem a envergadura para induzir o crescimento da economia regional ao impulsionar um conjunto maior de outras atividades produtivas, como se a empresa motriz tivesse a capacidade de proporcionar um efeito propulsor na atividade econômica da região. Dessa maneira, a empresa motriz torna-se o elemento central da análise regional. Como pode-se perceber, Perroux (1967) confere à empresa motriz um papel relevante ao observar que esta, ao definir a sua zona de influência, acaba por determinar o contorno da região.

Sobre as características da indústria motriz, diz Souza (2007):

[...] com base na teoria de Perroux, argumenta que a indústria motriz, líder do complexo industrial, obrigatoriamente deve apresentar as seguintes características: a) crescer a uma taxa superior a indústria nacional; b) possuir inúmeras ligações de insumo-produto, realizada em seu meio; c) apresentar-se como uma atividade inovadora, geralmente de grande dimensão e estrutura oligopolista; d) possuir grande poder de mercado, influenciando os preços dos produtos e dos insumos e a taxa de crescimento das atividades satélites a ela ligadas; e) produzir para o mercado nacional e para o mercado externo.

Perroux (1967) ainda identifica outras influências no campo da região, um conjunto de fatores que pode provocar efeitos independente da ação da empresa motriz. Ele elenca três elementos distintos que podem determinar o dinamismo no crescimento: população, inovações e instituições.

Sobre o papel das inovações técnicas e o da disponibilidade de recursos naturais, condição posta como alheia a empresa motriz, revelou Perroux (1967, p.232):

Tendo em conta que cada região possui um recurso natural potencial e cada época contém em si a inovação que transforma o recurso potencial em recurso efetivo, cada região é sucessivamente impulsionada pela inovação que lhe diz respeito.

Boudeville (1973), economista francês especialista em economia territorial, bem define três noções fundamentais que correspondem igualmente a três realidades distintas a definir uma região. A primeira é definida por sua maior ou menor uniformidade, ou, nos seus termos, mais ou menos homogênea. A segunda é estabelecida com base nas relações de interdependência e hierarquização entre as partes, a região mais ou menos polarizada. A terceira pode serposta em função do objetivo a ser alcançado com o estabelecimento da região, tratando-se de uma região-programa ou uma região-piloto.

A *Região Homogênea*, sem lugar a dúvida, clássica e de concepção mais simples, observa sobretudo as semelhanças edafoclimáticas e possui inspiração sobretudo de natureza agrícola. Sobre a sua taxonomia nos revelou Boudeville (1973):

[...] conhecem-na de há muito os geógrafos, os demógrafos e os economistas. Corresponde a um espaço contínuo, cada uma de suas partes constituintes (ou zona) apresenta características tão semelhantes quanto possível às da outra.

Por sua vez, a *Região Polarizada* de inspiração industrial e comercial, estabelece a noção de interdependência. A região polarizada origina-se da irradiação comercial, típica das aglomerações urbanas, que interage com a zona rural e com cidades satélites que assumem funções parciais na hierarquia regional. Sobre a região hierarquicamente polarizada, destacou Boudeville (1973, p. 14):

A região polarizada não é uniforme, em razão dos próprios intercâmbios que a constituem. Define-se pelo contrário como um espaço heterogêneo cujas diversas partes são complementares e mantêm entre si e, particularmente com o polo dominante, um intercâmbio maior do que o estabelecido com a região vizinha.

Continua Boudeville (1973):

Trata-se na realidade de um local de trocas de bens e serviços cuja a intensidade interna sobrepuja em todos os pontos a intensidade externa. A região polarizada é integrada, sem ser uma autarquia.

Quanto à concepção de região polarizada, cumpre destacar que essa conceituação de região está fortemente alicerçada na teoria dos polos de crescimento. Registra-se, dessa forma, a contribuição de Boudeville aos desdobramentos das ideias de Perroux.

A terceira concepção de região posta por Boudeville, a *Região-Programa* ou *Região-Piloto*, pode ser definida por um espaço contínuo, que tem as suas partes submetidas a uma decisão unificada central, essa identificação espacial é posta com a finalidade de estabelecer-se uma autoridade com a explícita finalidade de atingir-se um dado objetivo. Sobre a *região-programa* (*região-piloto*), revelou Boudeville (1973, p. 18): “De um modo geral, a *região-piloto* representa a análise da seleção dos recursos geográficos disponíveis para a realização de uma finalidade situada dentro de um prazo previsto: cinco anos por exemplo”.

Continua Boudeville (1973) sobre a *região-programa*:

[...] podem ser a localização de um tipo de indústria motora, abertura de novas vias de comunicação, ferroviárias, rodoviárias, ou fluviais, criação de novas fontes de energia, a determinação de índices locais de salários ou qualquer outro recurso localizado capaz de favorecer as atividades que se procuram elevar ao máximo.

Ainda sobre o conceito de *região-programa*, escreveu Ferreira (1991) que “[...] uma região para a qual se pressupõe uma clara definição *a priori* dos objetivos a serem alcançados e dos problemas relevantes a serem tratados”.

Como exemplo de região-programa pode-se destacar as Zonas de Desenvolvimento Industrial ou áreas com incentivos para a atração do empreendimento industrial, ou seja, áreas que se concentram em objetivos específicos visando o desenvolvimento regional através da implementação de políticas públicas. Alguns exemplos de Regiões Programa numa perspectiva de Boudeville: (1) Região do Vale do Silício (EUA) com políticas voltadas para empresas de inovação e tecnologia; (2) Região do Delta do Mississipi com políticas voltadas para a revitalização ambiental; (3) Região do Algarve (Portugal) com políticas voltadas para o desenvolvimento sustentável do turismo; (4) A própria

Região Nordeste do Brasil com programas de desenvolvimento econômico e social para reduzir desigualdades regionais. Registra-se que foi rigorosamente dentro dessa noção que o Polo Petroquímico de Camaçari foi instalado na Região Metropolitana de Salvador. Esses exemplos foram elencados para ilustrar como as Regiões Programa podem ser utilizadas para uma abordagem de desafios específicos no que concerne o desenvolvimento de uma região.

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional éposta como um exemplo de programa, que sob Decreto N° 11.926 de março de 2024 tem por finalidade “reduzir as desigualdades econômicas e sociais, intrarregionais e inter-regionais, por meio da criação de oportunidades de desenvolvimento que resultem em crescimento econômico sustentável, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população” (Brasil, 2024).

Quanto ao conceito de região, este suscita uma discussão cuidadosa, uma vez que a regionalização nada mais é que a partição do espaço geográfico em subespaços, a que denominamos região. O problema conceitual surge a partir dos elementos que determinaram a forma pela qual o espaço foi subdividido, ou seja, os elementos que substanciaram a concepção da região.

Ferreira (1991) observa que a delimitação de uma região significa incluir e excluir algumas variáveis visando a atingir objetivos preestabelecidos. Esse exercício resulta, pois, em divergências conforme os analistas estabelecem o que incluir e o que excluir, bem como os objetivos relevantes a serem atingidos. Ainda destaca que o conceito de região impõe o objetivo pretendido, “uma vez que tal construto teórico e abstrato resulta na seleção de um subespaço geográfico por meio de uma seleção de atributos e, em contrapartida, pela exclusão ou subestimação de outros” (Ferreira, 1991). O conceito de região está, por isso, profundamente conectado ao elemento particular a ser examinado e esse acaba por determinar os contornos geográficos que delimitam o objeto, ou seja, a região enquanto conceito abstrato se concretiza ao serem mapeados e delimitados os seus contornos geográficos.

Sobre a conveniência de estabelecer comparações quanto a natureza da região e a sua classificação conforme as três tipologias postas por Boudeville (1973), Ferreira (1991) afirma:

As duas primeiras constituem instrumentos estáticos de análise colocados à disposição da terceira, dependente, por sua vez ou da empresa que busca elevar ao máximo o montante de suas vendas sob a pressão de um lucro satisfatório, ou da autoridade pública que busca promover um crescimento harmonioso dos diferentes recursos regionais e nacionais.

Continua Boudeville (1973) sobre a taxonomia utilizada para se definir uma região:

[...] as três definições de espaço econômico não são forçosamente concordantes nem imprescindivelmente exclusivas. Todas três permanecem indispensáveis.

No que concerne às primeiras formulações teórico-conceituais sobre a formação das regiões, registra-se a contribuição e o pioneirismo das formulações da chamada Escola Alemã. Ainda que os primeiros aspectos dessa Escola estabeleçam o foco de análise nos elementos locacionais da produção, relegando o estudo da região a um segundo plano, acredita-se que as formulações teóricas presentes nos seminais trabalhos de Johan Heinrich von Thünen, Walter Christaller e August Lösch podem e dever ser considerados como a gênese a fornecer a base teórica para o estudo e compreensão do surgimento e desenvolvimento das regiões.

Pioneiro ao formular o seu modelo de localização da produção (de inspiração notadamente agrícola), Thünen desenvolve o que possivelmente foram os primeiros estudos em relação aos aspectos locacionais da produção. Resumidamente, a teoria locacional da produção agrícola postulada por Thünen consiste em um modelo baseado na concepção de uma área circular, plana, homogênea, onde ao centro se localizaria uma cidade que se caracterizaria por se constituir no único mercado para os produtos agrícolas. Essa cidade, ao centro, cingida por terras homogêneas no que se refere a sua produtividade. Outros aspectos relevantes postulados se referem à condição de custo de transporte, similares independentemente da localização da sua produção, como também em relação aos preços dos produtos e dos fatores de produção que são dados, tais postulados assegurariam a existência de uma estrutura de mercado caracterizada por concorrência perfeita. Ainda que não aborde em sua teoria os efeitos de ganhos de aglomeração, Thünen observa a existência de um conjunto de unidades produtoras, o que sinaliza uma certa

agregação da atividade produtiva num certo espaço e, dessa forma, por mais embrionária que possa parecer, estabelece-se a noção de região.

O geógrafo e economista alemão Walter Christaller, destacado pelo seu pioneiro trabalho no campo da teoria da localização, com a sua Teoria dos Lugares Centrais (TLC), apresenta a sua contribuição com formulações teóricas robustas quanto à problemática das questões relacionadas a regionalização. Em sua Teoria, Christaller observou a existência de uma lógica na organização e interação entre as cidades do sul da Alemanha. Christaller observou que a organização social e as atividades econômicas se distribuem no espaço de modo a originar hierarquias.

Impõe-se a necessidade de destacar o conceito de hierarquia, que para Christaller se definiria pela organização espacial de centros urbanos em diferentes níveis, tais níveis se estabeleceriam em função da sua oferta de bens e serviços. Os centros maiores seriam responsáveis por ofertar uma gama maior de serviços e por esse motivo, atenderiam a uma região maior, de modo oposto os centros menores ofereceriam apenas serviços básicos e atenderiam uma área de raio menor. Assim a hierarquia se estabeleceria pela centralidade do lugar, ou seja, pela sua condição de atrair consumidores de áreas vizinhas, definindo dessa maneira a sua área de influência a hierarquia é aspecto fundamental para a compreensão da organização social e econômica do espaço geográfico e distribuição das atividades produtivas.

A Teoria dos Lugares Centrais baseia-se na noção de que as atividades econômicas estão localizadas de modo hierárquico em função dos diferentes graus dos serviços e mercadorias oferecidas. Assim a Teoria dos Lugares Centrais pôde oferecer uma estrutura teórica para compreender como as atividades econômicas podem ser distribuídas e organizadas e, como o próprio nome nos diz, nos remete à noção de centralidade. A TLC também se mostrou relevante para aspectos relacionados à infraestrutura de logística e transporte, uma vez que considera fatores como os custos de transporte e operações logísticas. A sua rica contribuição intelectual ressalta-se pela análise do ordenamento da distribuição espacial das atividades, não apenas no núcleo urbano, mas também no seu entorno. O seu trabalho aborda conceitos fundamentais para o estudo regional, dentre os quais destaca-se a elaborada noção de hierarquia, cuja importância se impõe até a atualidade e ratifica a importância do geógrafo na formulação do conceito de região.

Semelhanças entre as ideias de Perroux e a Teoria do Lugar Central são observadas, podendo-se perceber claramente a noção de centralidade ao se observar as relações de fluxo de bens e serviços entre as cidades ao se situar uma relação de dominância (hierarquia) entre o polo e o seu entorno.

A contribuição de August Lösch éposta a seguir. As ideias de Lösch são apresentadas como formulações mais sofisticadas, tendo como base os trabalhos de Christaller. Lösch, em sua teoria, procurou os determinantes da localização e distribuição ótima da atividade produtiva no espaço, levando em consideração a racionalidade na inter-relação entre a localização da unidade produtora, como também do consumidor. Quanto aos pressupostos basilares do seu modelo, nos revelou Breitbach (1988):

[...] seu modelo incluem a existência de uma planície homogênea onde as condições de transporte e os custos de produção são similares em qualquer ponto. Da mesma forma a distribuição da população, bem como das matérias-primas, é homogênea sobre o espaço em questão.

Continua Breitbach (1988):

Os consumidores têm gostos e preferências idênticos, sendo que aqueles que se localizam nas zonas limítrofes da área em questão serão considerados indiferentes aos dois produtores vizinhos em se tratando de adquirir bens de consumo [...] o espaço configurado a partir desses pressupostos se constitui em uma área de mercado.

Partindo desses pressupostos básicos, Lösch estabelece o seu sistema de equilíbrio geral e no que se refere especificamente aos limites desse referencial teórico, fortalece a noção de região para a área estabelecida pelo mercado, noção alicerçada essencialmente nos mecanismos econômicos.

A Escola Alemã da localização éposta como precursora da forma como entendemos a distribuição espacial das atividades econômicas. Tendo os seus principais autores focados, ainda que de modo distinto, na busca por padrões a definir a organização do espaço produtivo. A Escola Alemã deixou um verdadeiro legado sobretudo para a geografia econômica, estabeleceu conceitos que perduram até os dias atuais e nos fornece condições para a análise e compreensão do espaço

No que se refere às novas abordagens teóricas do desenvolvimento regional, registram-se as seguintes visões (Souza, 2007): a) a Escola da Especialização

Flexível, que procura explicar as transformações ocorridas na esfera produtiva com o surgimento de um novo paradigma tecnológico a partir de 1980; b) os Sistemas de Inovação Regional, que enfatizam a importância da inovação e da tecnologia como forma mais adequada de promover o desenvolvimento regional, c) a Teoria da Competitividade de Porter, que tem como contribuição entender e expor a relação entre aglomeração industrial e seu impacto sobre o desenvolvimento regional, através da noção da competitividade dos *cluster*, definido por Casarotto e Pires (2001) como “[...] um agrupamento geograficamente concentrado de empresas inter-relacionadas e instituições correlatas numa determinada área, vinculadas por elementos comuns e complementares”.

Destaca-se, dentre as novas abordagens teóricas relacionadas ao desenvolvimento regional, a Nova Geografia Econômica (NGE) de Paul Krugman, renomado economista norte-americano, laureado com o Nobel de Economia em 2008, contribuiu enormemente para o debate sobre a teoria da localização com a sua *Nova Geografia Econômica*. Krugman (2002) desenvolveu uma abordagem que teve o propósito de oferecer uma explicação não apenas sobre a distribuição das atividades econômicas, mas, sobretudo sobre a forma como a região se desenvolve. Krugman sustenta a noção de que a concentração das empresas em dada região não se dá de forma aleatória. Para o economista, a localização do empreendimento produtivo é determinada por diversos fatores, dentre os quais: economias de escala, existência de força de trabalho apropriada (talento) e dotação de infraestrutura adequada.

Krugman (2002) observou que a concentração das atividades econômicas invariavelmente proporciona benefícios para as empresas e que essa concentração naturalmente propicia o desenvolvimento da região, impulsionando o crescimento da economia e incentivando aspectos relacionados à inovação. Sobre essas observações, Krugman parece dialogar com Hirschman, quando revelou que “[...] em um mundo onde tanto os rendimentos crescentes como os custos de transportes são importantes, as conexões a montante e a jusante podem criar uma lógica circular de aglomeração.”

Continua Krugman (2002), afirmando que “[...] os produtores hão de querer localizar-se próximos a seus fornecedores e clientes – o que significa que eles querem se localizar próximos uns dos outros [...]” e destaca o importante papel

reservado aos aspectos econômicos da geografia quando nos diz que a “geografia das economias é uma parte do mundo muito visível e importante e que não há mais desculpa para negligenciar o aspecto espacial da vida econômica” (Krugman, 2002, p. 375-376).

No que concerne aos elementos teóricos de que tratam as estratégias do desenvolvimento econômico, o notável economista alemão Alberto Otto Hirschman³ nos revelou a formidável discussão sobre efeitos de encadeamento para frente e para trás, os famosos linkages de Hirschman. Contudo, destaca-se de modo prévio a sua luta como pensador e teórico. Registra-se dentre as suas contribuições, a *Síndrome do Economista Visitante*, o costume de políticos e acadêmicos dos países centrais emitirem prescrições de natureza econômica a países em desenvolvimento, sem um conhecimento minimamente adequado sobre a região.

Um segundo aspecto teórico bem definido por Hirschman (1961) é o importante papel das infraestruturas para o desenvolvimento. O conceito de Capital Social Fixo (CSF) posto por Hirschman nos revela a importância que o economista alemão atribuía à infraestrutura, quando assim define o CSF: “Em um sentido mais amplo, (o Capital Social Fixo) inclui todos os serviços públicos, desde a justiça e através da educação e da salubridade pública até o transporte, as comunicações e a oferta de energia e água...”

Sepúlveda (2011) bem observa o caráter indutor da infraestrutura para o desenvolvimento econômico e social, ao distingui-la quanto a sua natureza estrutural:

Como infraestrutura social consideram-se os equipamentos de uso comum de prestação de serviços públicos nas áreas de educação, saúde pública e saneamento, habitação, cultura, lazer e ócio, etc. E como infraestrutura econômica (ou técnica) os equipamentos que possibilitam os serviços de transporte, telecomunicações, energia, água, dentre outros.

Quanto ao papel da infraestrutura para indução do desenvolvimento, nos diz Sepúlveda (2011): “...existe uma estreita correlação positiva entre a dotação de infraestrutura e os indicadores econômicos mais importantes do nível de desenvolvimento econômico”.

³ Albert O. Hirschman, economista alemão, um dos pioneiros da teoria do desenvolvimento.

Retomando a contribuição teórica dos encadeamentos para trás e para frente, Hirschman define os encadeamentos para trás como “qualquer atividade econômica não primária induzirá esforços para suprir, por meio da produção doméstica, os insumos necessários àquela atividade” (Hirschman, 1984). Quanto aos encadeamentos para frente, Hirschman (1961) bem definiu como “[...] qualquer atividade, que por sua natureza, não atenda exclusivamente a demandas finais, induzirá esforços para que se utilizem seus produtos como insumos em algumas outras atividades”.

Sobre os aspectos teóricos presentes nas ideias de Hirschman nos revelou Souza (2007):

A essência da teoria está no pressuposto de que os investimentos devem ser efetuados em setores selecionados com ampla possibilidade de desencadear um processo propulsor do crescimento produtivo e do emprego [...] salienta que os mecanismos capazes de induzir o desenvolvimento de uma economia poderiam ser encontrados em certos investimentos específicos...

Sobre tais investimentos, continua Souza (2007):

[...] os quais possibilitassem a propagação e a criação de novos investimentos produtivos, via efeitos complementares (efeitos em cadeia “para trás” e “para frente” como indutores do crescimento), que pudessem consolidar as cadeias produtivas setoriais, no sentido de romper com o estágio de atraso econômico das economias subdesenvolvidas.

Dessa forma, Hirschman observa as interações e conexões entre os diferentes setores da economia no que se refere às relações de produção e consumo e como essas relações são postas no sentido de impulsionar o desenvolvimento econômico de um país ou região. A contribuição teórica dos *linkages* de Hirschman oferece o entendimento sobre como as interações e conexões podem influenciar o desenvolvimento econômico.

Assim, Hirschman observa que, em certas situações, deveriam governos de países em desenvolvimento centrar esforços no que chamou de *show-pieces*. Hirschman define *show-pieces* como grandes obras e cita como exemplos hidroelétricas e usinas siderúrgicas, ou seja, grandes empreendimentos que, dada a sua magnitude, o governo não permitiria correr o risco de um eventual fracasso. O Governo garantiria o sucesso na execução do projeto. Esses grandes projetos, na

visão do autor, teriam a capacidade de promover fortes encadeamentos (*linkages*), resultando em um processo de desenvolvimento econômico e social.

Syrquin (1992 *apud* Bianch, 2016) observa que ideias semelhantes podem ser encontradas em W.W. Rostow, Alexander Gerschenkron e François Perroux. Contudo registra que Hirschman foi o primeiro economista a desenvolver a ideia de encadeamentos como a espinha dorsal de uma estratégia deliberada de desenvolvimento. Para Hirschman, os encadeamentos implicariam em interdependência e apontariam as inter-relações de um sistema com mecanismos capazes de induzir atividades produtivas.

A contribuição teórica dos encadeamentos “para frente” e “para trás” (forward and backward linkages) baseia-se nas relações da atividade produtiva que antecede e sucede a produção específica e que, dessa forma, estabelecem elos da cadeia produtiva. Registra-se, sem margem a dúvida, que tal construção teórica encontra-se fortemente amparada e alicerçada nos fundamentos teóricos encontrados nas matrizes insumo-produto. Nesse particular, Hirschman foca os efeitos indutores dos mecanismos de encadeamento. Sobre os efeitos indutores preconizados por Hirschman, nos disse Maluf (2015 *apud* Hirschman, 1977):

O mecanismo de indução adquire especial relevância em presença do fenômeno da convergência quando uma atividade específica ou uma mercadoria particular são capazes de atuar como uma “conspiração multidimensional” em favor do desenvolvimento, num dado contexto histórico e sociopolítico, colocando-se como uma parteira de um novo modelo de produção (Hirschman, 1977).

A ideia postulada estabelece a noção de que a atividade economia e/ou a mercadoria a ser desenvolvida colocaria em marcha o mecanismo indutor dos encadeamentos “para frente e para trás” oriundos da atividade especificamente considerada (Maluf, 2015).

Sobre o desenvolvimento econômico, registra-se como referência o conceito de “Complexidade Econômica”, neste trabalho ancorado nos trabalhos do professor Paulo Gala. Gala (2017) define a Complexidade Econômica como medida de conhecimento produtivo acumulado em uma certa economia. Esse processo acumulativo de conhecimento é percebido pela variedade e sofisticação dos produtos e serviços que um país consegue desenvolver e consequentemente produzir e exportar. Gala postula a ideia de que a chave para o desenvolvimento

econômico é a diversificação da produção. A diversidade produtiva estabeleceria condições propícias para um crescimento mais rápido e sustentável. Outro aspecto elencado por Gala no que diz respeito a diversidade produtiva é o fato de reduzir a vulnerabilidade a choques externos. Ainda sobre o tema, Gala destaca o importante papel do estado na promoção da complexidade econômica que teria como principais funções investir em educação e pesquisa, além de desenvolver políticas industriais voltadas para a diversificação do aparato produtivo nacional.

3 ECONOMIA DO EIXO PRODUTIVO DA BR-324

Relacionados na introdução, percebe-se que o EPBR-324 é formado por dezoito municípios. Nesta etapa, observou-se um conjunto variado de aspectos econômicos e demográficos dos municípios que compõem o espaço ora analisado. É mister registrar, de partida, as diferenças estruturais que guardam as municipalidades observadas neste estudo. Como demonstrou-se, o conjunto, apesar de apresentar grande relevância econômica para o Estado, caracterizou-se por apresentar diferenças significativas quanto aos aspectos econômico, social e demográfico.

Ao se procurar uma primeira aproximação com essa pequena fração do território do Estado da Bahia, nesse trabalho chamado EPBR-324, oferecer um sentido orgânico ao conjunto formado pelos dezoito municípios selecionados é colocado como o objetivo maior e forjar esse entendimento é a contribuição singular proposta por esse trabalho.

3.1 FORMAÇÃO ECONÔMICA DO EPBR-324

Conforme observado na introdução, essa seção se propõe a um breve revisitar da formação econômica do Eixo Produtivo BR-324. A ideia inicial dessa parte do trabalho é realizar um levantamento histórico da formação econômica da região nos últimos setenta anos e, dessa forma, através de uma visão singularmente estabelecida, oferecer uma percepção sobre os aspectos que configuraram o desenvolvimento social e econômico da Região. O levantamento proposto nesta parte direciona atentamente a sua visão para elementos distintivos, que uma vez tomados em conjunto, ofereceram os subsídios para a compreensão da região tal qual proposta neste trabalho. É importante destacar que não se trata de uma revisão geral da formação econômica do Estado, ainda que as estruturas ora analisadas sejam responsáveis por explicar parte significativa da conformação econômica da Bahia. Assim, o levantamento dirigiu o seu olhar para além das estruturas produtivas consolidadas na Região Metropolitana de Salvador, acrescentando-se aquelas estruturas observadas na Região Metropolitana de Feira de Santana, mais

especificamente nos dezoito municípios que, tomados em conjunto, formam o objeto de análise desse trabalho, e, dessa forma, estabelecendo-se as bases para uma nova e ampliada noção para a região.

O levantamento proposto objetivou destacar os elementos constitutivos que forjam a ideia motriz desse trabalho, a transsubstanciação de um espaço econômico abstrato em um espaço geográfico concreto a definir o Eixo Produtivo BR-324.

Assim sendo, o trabalho destaca o encadeamento proposto para esta revisão e define os objetos particularmente tomados a serem analisados, quais sejam:

- i. um breve entendimento do que se convencionou chamar de “enigma baiano”, nos idos dos anos 1950;
- ii. a instalação da Refinaria Landulfo Alves Mataripe no município de São Francisco do Conde, nos anos 1950 (RLAM);
- iii. a implantação do Centro Industrial de Aratu (CIA) nos municípios de Simões Filho e Candeias, nos anos 1960;
- iv. a implantação do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC) no município de Camaçari, no final dos anos 1970;
- v. a implantação do Centro Industrial de Subaé (CIS), nos anos 1980, no município de Feira de Santana;
- vi. a instalação do Complexo Amazon (Ford), no início dos anos 2000;
- vii. as estruturas produtivas que emergem em Conceição do Jacuípe, com destaque para as atividades da Mondial;
- viii. o conjunto de infraestruturas existentes na região, tais quais: a própria BR-324, portos e aeroportos, o fornecimento de energia elétrica, o fornecimento de água e gás, as instituições de ensino e pesquisa.

3.1.1 A Bahia dos Anos 50: “O Enigma Baiano”

A formação econômica da região será apresentada de modo a destacar pontos específicos que possam oferecer uma visão geral para a compreensão da formação econômica da região. O estado de fracasso da economia baiana nos anos 1950 é tomado como ponto de partida para o encaminhamento proposto neste trabalho. Estabelecer o início dos anos 1950 como um ponto de partida para o encadeamento

possui um propósito metodológico claro, elencar dois elementos distintos de importância singular a conformar o desenvolvimento da região numa perspectiva histórica, qual sejam: a industrialização e o planejamento estatal.

O “Enigma Baiano” foi a expressão cunhada por Octávio Mangabeira, governador da Bahia (1946-1950), para expressar a decadência que caracterizava a economia baiana nos anos 1950. O período destaca-se por uma forte retração das indústrias têxtil e fumageira, como observam Guerra e Teixeira (2000): “Essa estagnação, ou decadência se refletia em números: em 1920 a participação da indústria baiana no total do país era de 3,5% ... já em 1940 1,9%”. Esse estado de completo fracasso que caracteriza a economia baiana nos anos 1950 é, também, descrita por Tavares (1966), que observava a “involução industrial da Bahia”.

Almeida (1986), ao se referir a economia baiana dos anos 1950, diz que “A Bahia não tinha industrialização, porque as indústrias tinham fracassado, estavam em fase de desastre, decadência ... daí surgiu a história do ‘enigma baiano’, ‘porque a Bahia não vai pra frente?’, ‘porque é que as coisas na Bahia não caminham?’, ‘nada dá certo?’”.

Almeida (1986) observou as deficiências infraestruturais como os obstáculos ao desenvolvimento industrial do Estado. A rede de transporte não permitia a integração do Estado. As deficiências em infraestrutura também são apontadas por Sarmento (1969), quando observou que a Bahia era o estado do Nordeste com a pior estrutura rodoviária, contando com apenas 31.000 Km, dos quais 70% “carroçáveis”. A oferta ineficiente de energia elétrica foi outro aspecto relacionado pelos autores como obstáculo ao desenvolvimento industrial.

Almeida (2009), em conformidade com as teorias de orientação desenvolvimentista, sobre o importante papel da indústria, ainda observou o desinteresse dos abastados produtores rurais nas atividades industriais:

O interesse deles nos empreendimentos de produção era secundário, quando não fosse nulo. Não tinham tirocínio industrial. O espírito de iniciativa e indústria, tão vivo e tenaz na história ainda recente da Bahia, havia de desencorajar-se e evadir-se em grande parte. E com isto, a natural perda da experiência industrial; enquanto a indústria evoluía em outras partes.

O trecho acima destacado permite observar a clara compreensão do autor sobre ao menos dois aspectos relevantes: o importante papel da indústria e a localização do empreendimento industrial.

Quanto ao primeiro aspecto, a observação de um setor dinâmico e moderno, a indústria, não restam dúvidas de que as economias estruturalmente subdesenvolvidas se caracterizam por possuir grande parte da sua força de trabalho empregada nas atividades agrícolas. Ainda sobre o importante papel da industrialização, destaca-se a necessidade da existência de uma classe capitalista que realize os investimentos produtivos de capital (Cardoso, 2018), aspecto também presente no fragmento acima destacado.

O segundo aspecto, quanto à localização do empreendimento industrial para o desenvolvimento regional, Furtado (1989, p. 238) observa que o processo de industrialização começou no Brasil concomitantemente em quase todas as regiões, contudo, após a Primeira Grande Guerra, ocorreu um processo de concentração industrial no Estado de São Paulo em detrimento de outras regiões, sobretudo do Nordeste brasileiro.

Celso Furtado e o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), já assinalavam as deficiências estruturais do Nordeste e apontavam a necessidade de se intensificar os investimentos industriais para que, dessa forma, a região pudesse se transformar em um centro dinâmico de produção manufatureira.

Foi nesse ambiente que, a partir da segunda metade dos anos 1950, o governo do Estado da Bahia inicia o que possivelmente foi a primeira experiência brasileira em planejamento. Criada em 1955, a Comissão de Planejamento Econômico (CPE) é incumbida a realizar o planejamento necessário para reverter tal situação. São criados os Fundo de Desenvolvimento Agroindustrial (FUNDAGRO) e o primeiro Plano Estadual de Desenvolvimento (PLANDEB).

O Plano de Desenvolvimento do Estado da Bahia (PLANDEB) foi a expressão máxima do planejamento estatal, ao seu tempo. Elaborado no governo de Antônio Balbino (1955-1959) por técnicos da Comissão de Planejamento Econômico da Bahia (CPE), sob a coordenação de Rômulo Almeida, produziu uma precisa análise da economia do Estado. Nas palavras de Spínola (2009):

O PLANDEB significou mais do que um plano. Representou um amplo projeto para a Bahia, cuja a ambição consistia na promoção do seu desenvolvimento econômico e social [...] com um escopo bastante avançado para uma sociedade atrasada, conservadora e reacionária, como era a baiana daquele tempo.

Ainda sobre o PLANDEB, registra-se, como elemento histórico relevante, a opinião de Hirschman: “Olha, eu acho que é a coisa mais original que tenho visto em termos de planejamento regional” (Souza; Assis, 2006, p. 260). Dentre os objetivos do plano, Spinola (2009) destaca: (1) o desenvolvimento, pela Petrobrás, de um programa de utilização das possibilidades industriais provenientes da atividade petrolífera; (2) incentivos para a instalação de uma usina siderúrgica de médio porte, como também para a atração de indústrias metalmecânica, de materiais de construção e de embalagens; (3) suprimento de energia, água, transporte e comunicações; (4) amplo levantamento dos recursos naturais e as suas possibilidades econômicas.

Nesse momento, os primeiros resultados começam timidamente a serem observados: os frigoríficos Mafresa e Friusa, a fábrica de calçados Mirca e o laticínio Alimba são exemplos de investimentos realizados na RMS. Guerra e Teixeira (2000) destacam a importante participação do governo estadual, seja como investidor direto ou financiador dessas novas iniciativas industriais no Estado.

Assim, o início das atividades de prospecção e refino de petróleo no recôncavo baiano, materializadas com a instalação da Refinaria Landulfo Alves Mataripe (RLAM) e pela atividade da Petrobrás, marcam o início do processo de transformação estrutural da economia baiana com a conformação regional do EPBR-324 que aconteceria nas décadas seguintes.

3.1.2 Anos 1950 – Refinaria Landulfo Alves

A descoberta de petróleo e gás no Recôncavo Baiano e a implantação da Refinaria de Mataripe nos anos 1950 marcaram o início do processo de transformação estrutural da economia baiana, como também o início da conformação regional proposta nesse trabalho.

Inicialmente projetada para processar 2.500 barris de petróleo por dia, a refinaria instalada no distrito de Madre de Deus nos anos 1950, hoje município de São Francisco do Conde, caracterizou-se, ao longo da sua história, por um processo continuado de expansão da sua capacidade de produção. Incorporada pela Petrobrás em 1954, e rebatizada de Refinaria Landulfo Alves Mataripe (RLAM), a refinaria entra em operação em 1956, tendo já em 1961 a sua capacidade de processamento diário expandida para 42.000 barris dia (Teixeira,1985).

O início das operações de processamento de petróleo no Recôncavo baiano insere-se como um elemento singular a proporcionar uma nova dinâmica à economia do Estado. A nascente indústria do petróleo no Recôncavo Baiano, materializada pelas atividades da Petrobras, viabilizou a instalação de uma série atividades industriais que não seriam exequíveis sem o fornecimento das matérias primas oriundas da RLAM. Guerra e Teixeira (2000) destacam as instalações da Companhia de Carbonos Coloidais, Companhia Brasileira de Lubrificantes e a Fábrica de Vaselina da Bahia, todas essas instaladas no entorno da nascente refinaria. Guerra e Teixeira ainda destacam a relevância dos valores da produção da indústria química, que representavam 30,2% do valor total da indústria de transformação, tendo a refinaria participado com aproximadamente 50% desse total.

Quanto a relevância dos investimentos da Petrobrás em extração e refino no Estado, destaca Azevedo (1975):

Os investimentos da Petrobras de 55 a 59 passaram de 8,1% da renda interna industrial baiana para 66,9%, demonstrando, dessa forma, o impacto direto dos gastos da Petrobras na economia regional. Além desse impacto direto, os impactos indiretos também foram relevantes, especialmente para os bens de consumo que enfrentavam uma revitalização da demanda provocada pela elevação do nível de salários.

Azevedo (1975) oferece no trecho destacado ao menos duas necessárias observações. A primeira delas, e de fundamental importância para os objetivos desse trabalho, é a assertiva quanto aos impactos diretos dos gastos da Petrobras na economia regional. Esse trabalho postula a ideia de que a conformação do EPBR-324 é fruto de um encadeamento de investimentos que têm na implantação da refinaria e nas atividades da Petrobras o seu ponto de partida. O segundo aspecto observado se refere ao aumento da massa salarial e à consequente

elevação da demanda por bens de consumo, o que também se revelou como um aspecto a dinamizar toda a economia da região, em especial de Salvador, que se caracterizou, nesse processo, como a principal cidade a abrigar a surgente classe operária.

Dessa forma, a implantação da refinaria juntamente com as atividades da Petrobras possibilitou, mesmo que de modo embrionário, a formação de uma classe operária, os “petroleiros”. Caracterizada por receber altos salário para os padrões da época, essa “elite” contribui para a expansão do mercado de bens de consumo na RMS e de modo mais perceptível em Salvador, numa clara demonstração empírica dos efeitos virtuosos derivados da implantação de atividades industriais. Sarmento (1969) já observava os efeitos provenientes dessa crescente massa salarial, indica o autor a presença de aproximados 2000 empregos diretos na indústria, um indicador relevante para os padrões vigentes. Dessa forma, situa-se a chegada da Petrobrás no Recôncavo Baiano como o elemento singular a estabelecer as bases de todo o processo de industrialização que estaria por vir nas décadas seguintes.

A importância das atividades relacionadas à indústria de petróleo e gás para a região pode ser também observada pelas compensações financeiras oriundas da produção de petróleo e gás (*royalties*), que se constituem em aspecto orçamentário relevante para parcela significativa dos municípios destacados neste estudo. A cadeia produtiva ligada à exploração de petróleo e gás abrange diversos municípios, sendo perfeitamente possível observar a presença de alguns municípios destacados neste estudo, dentre os quais: Camaçari, Candeias, Madre Deus, São Francisco do Conde, Salvador, Terra Nova e Simões Filho. A Tabela 1 destacou os valores e o peso dos *royalties* nas receitas totais de alguns municípios acima relacionados e revelou a importância dessa fonte de receita, destacaram-se: Madre de Deus cujos *royalties* respondem por aproximadamente 20% da sua receita total e São Sebastião do Passé, de modo semelhante, com 13,6%.

Tabela 1 - *Royalties* (em R\$1.000,00) e participação na receita total

Municípios	Ano 2018	
	Royalties (R\$ 1 mil)	%
Salvador	5.721,97	0,10%
Camaçari	4.492,18	0,40%
Candeias	19.225,67	4,30%
São Francisco do Conde	32.292,07	6,40%
Madre de Deus	33.181,12	20,10%
São Sebastião do Passé	16.721,70	13,60%

Fonte: SEI (2020)

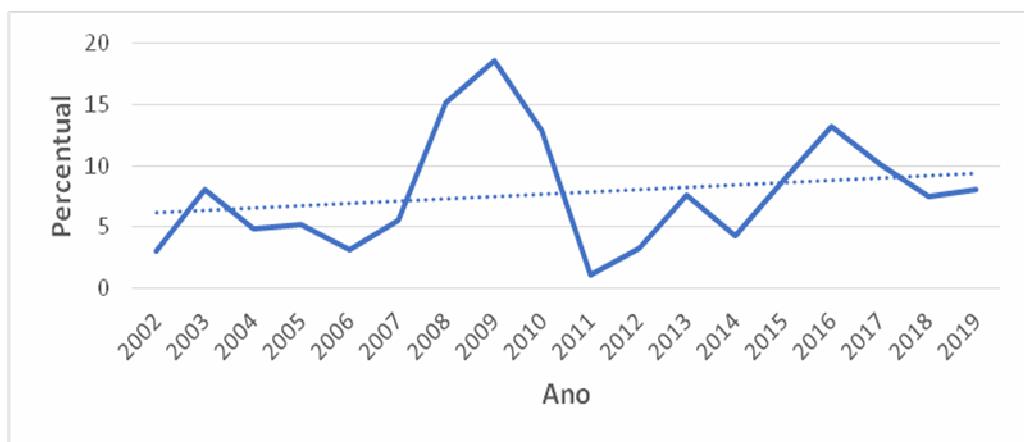
Hoje, privatizada e vendida ao Fundo Árabe MUBADALA, A RLAM, agora rebatizada de Refinaria Mataripe, é administrada pela Acelen, empresa criada para administrar os ativos adquiridos da Petrobrás na Bahia. A Acelen, principal *player* no processamento de petróleo do Estado conta com 26 unidades de processamento e sua capacidade de produção é de aproximadamente 18 milhões de metros cúbicos por ano. A refinaria está apta a produzir 31 tipos de produtos, dentre os quais destacam-se: Diesel, Gasolina, Querosene de aviação, Asfalto, Nafta Petroquímica (principal insumo utilizado pela petroquímica baiana), Gases petroquímicos (propano, propeno e butano), Parafinas, Lubrificantes, GLP, Óleos combustíveis (industriais, térmicas e bunker).

Como se pode perceber, a indústria de petróleo e gás instalada na RMS e de modo mais efetivo no município de São Francisco do Conde, onde encontra-se a Refinaria Mataripe foi elemento dinâmico a impulsionar a economia do Estado dentro da perspectiva histórica que moldou o Eixo Produtivo BR-324.

O Gráfico 1 demonstra a significativa participação da atividade industrial do município de São Francisco do Conde nas duas últimas décadas. A substantiva importância da indústria de petróleo para o município de São Francisco do Conde é posta, ainda que se registrem as grandes variações da participação da sua indústria na atividade industrial do Estado.

O Gráfico 1 ainda indica a tendência de crescimento industrial do município em relação ao PIB industrial do Estado.

Gráfico 1 – Participação da indústria de São Francisco do Conde na atividade industrial do estado da Bahia



Fonte: Elaborado pelo autor (2025) com base em SEI (2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2019)

Assim sendo, a importância da indústria do petróleo para o município, materializada nas atividades da Refinaria Mataripe, se impôs como aspecto distintivo a conformar o Eixo Produtivo BR-324. A relevância da refinaria para o município, para a região e para o Estado pode ser medida em números. A atividade industrial no ano de 2019⁴ respondeu por 62,83% da atividade econômica de São Francisco do Conde, 13,81% da atividade industrial do EPBR-324 e 8,03% da atividade industrial do Estado, ranqueando o município como a terceira economia industrial baiana.

Dessarte, o início das atividades de prospecção e refino de petróleo no recôncavo baiano, materializadas com a instalação da Refinaria Landulfo Alves Mataripe (RLAM) em São Francisco do Conde, como também o início das atividades da Petrobrás, marcaram o início do processo de transformação estrutural da economia baiana e da conformação das relações econômicas e sociais do Eixo produtivo BR-324 desenvolvidas nas décadas seguintes.

⁴ Último ano disponível para consulta no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

3.1.3 Anos 1960 – Centro Industrial de Aratu

Seguindo o encadeamento proposto nesse trabalho, o Centro Industrial de Aratu (CIA) é o segundo elemento a determinar a dinâmica da economia baiana nos anos 1960. Criado pelo decreto nº 19.332, o CIA representou a primeira grande tentativa planejada para a implantação da indústria no Estado da Bahia.

Estabelecidas as condições antecedentes, fundadas na incipiente indústria do petróleo instalada na RMS, mais especificamente a refinaria localizada em São Francisco do Conde, e posto o planejamento como elemento essencial para obliterar a condição de subdesenvolvimento econômico da região, o Centro Industrial de Aratu é colocado como o elemento estratégico para o desenvolvimento industrial do Estado.

A década de 1960 é caracterizada pela forte influência das teses da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), instância técnica da Organização das Nações Unidas (ONU), conhecida por defender a industrialização dentro de um modelo nacional-desenvolvimentista, teses que orientaram a política industrial brasileira até o final dos anos 1980. Dessa forma a industrialização se impôs como o elemento estratégico no processo de superação da pobreza e do subdesenvolvimento.

O planejamento, nesse caso, estaria a refletir a compreensão de que quanto mais tardejamente uma região se industrializa, dentro de uma perspectiva histórica, maiores serão as intervenções econômicas do seu governo (Amesden, 2009). A esse respeito, Gerschenkron (1962 *apud* Amesden, 2009) afirma:

As intervenções aumentam porque os métodos de produção se tornam supostamente mais intensivos em capital. Maiores requisitos absolutos de capital ocasionam com o tempo novos arranjos institucionais envolvendo um papel maior por parte do Estado .

Quanto ao planejamento no Brasil, Sarmento (1969) destacou:

Se quisermos fixar determinada época como início do desenvolvimento planejado e consciente, podemos então considerar o período de 1960 como tal. Esse fenômeno não é exclusivamente baiano mas nordestino e reflete uma filosofia de governo, instalada no Brasil em meados da década de 1950. Era o “desenvolvimentismo”, espécie de guia-prático de ação

governamental, impregnado de nacionalismo, otimismo e uma firme vontade de industrializar o Brasil.

Foi nesse ambiente político-institucional que, o Grupo Técnico de Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), sob a coordenação de Celso Furtado, estabeleceu as bases para a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que aliada ao Banco do Nordeste (BNB), coordenou um amplo conjunto de incentivos fiscais com a finalidade precípua de planejar a industrialização da região. Spínola (2001) destaca o planejamento na esfera estadual ocorrido no período compreendido entre 1950 e 1970, quando revela:

O Estado passou por um processo sistemático de planejamento, no qual se destaca, como seminal, o Plano de Desenvolvimento da Bahia – PLANDEB [...] que detalhou um conjunto de atividades em termos de projetos específicos, principalmente de iniciativa estadual, projetando um setor industrial mais ou menos equilibrado entre a produção de bens de consumo e de capital, mas enfatizando uma prioridade para a especialização das grandes empresas produtoras de bens intermediários, aproveitando alguns recursos naturais à época abundantes na região, como o petróleo.

A criação do Centro Industrial de Aratu (CIA) foi, dessa forma, a expressão maior da ação estatal no planejamento para a implantação da atividade industrial no Estado. O CIA foi fruto de um amplo conjunto de incentivos fiscais viabilizados pela orientação política da época, que entendia ser a desconcentração industrial uma condição para o desenvolvimento nacional.

A política de desconcentração industrial significou, nesse contexto, enveredar esforços no sentido de industrializar outras regiões para além do Sudeste. Nesse contexto, os trabalhos do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), coordenado por Celso Furtado, propôs um Plano de Ação que acabaria por determinar quais seriam os principais objetivos da Sudene. Dentre aqueles relacionados à atividade industrial no Plano de Ação, pode-se destacar: (1) a implantação de um núcleo de siderurgia de porte médio, com capacidade de até 40 mil toneladas de ferro de primeira fusão; (2) o incentivo à instalação da indústria do Cimento e de fertilizantes. Registra-se que as indústrias preconizadas no Plano de Ação elaborado pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste tiveram as suas implantações efetivadas na Região Metropolitana de Salvador.

Destaca-se, ainda, que a implantação do CIA se beneficiou, para além dos incentivos fiscais, de toda uma infraestrutura provida pelo governo do estado para a viabilização dos investimentos industriais em curso. Destacam-se dentre as infraestruturas postas: oferta de terrenos na RMS (mais especificamente nos municípios de Simões Filho e Candeias), estrutura portuária facilitada, rodovias, além das estruturas necessárias para o suprimento de energia e água. Esse amplo conjunto de investimentos, que estabeleceu as bases para a implantação do CIA, está fortemente localizado em dois dos dezoito municípios tomados como objetos desse estudo: Simões Filho e Candeias. Simões Filho, localizado na Região Metropolitana de Salvador, às margens da BR-324, faz divisa com os municípios de Candeias, Dias D'Ávila, Camaçari, Lauro de Freiras e Salvador. Por sua vez, Candeias, também localizado na RMS, às margens da BR-324, faz divisa com os municípios de Simões Filho, São Sebastião do Passé, Dias D'Ávila, São Francisco do Conde e Salvador – observa-se que todos pertencem ao EPBR-324.

Registra-se que esse conjunto de investimentos em infraestruturas utilizados como incentivos às instalações no CIA são elementos utilizados para corroborar a conformação espacial do Eixo Produtivo BR-324. Essas infraestruturas, enquanto elementos orgânicos a conformar a dinâmica econômica da região, estão postas na última subseção desta parte do trabalho.

Quanto ao planejamento e às ações governamentais postas, Guerra e Teixeira (2000) destacam o êxito dos incentivos:

O número de projetos atraídos para o CIA foi impressionante. Em dezembro de 1969, haviam 100 projetos aprovados pela Sudene, dos quais 37 em funcionamento, 43 em análise e 33 com carta de opção para virem a se instalar.

Continuam os autores:

Todos esses investimentos criaram um total de mais de 30 mil empregos diretos [...] porém, 85% dos investimentos destinavam-se ao setor de bens intermediários, revelando a vocação industrial do estado. É dessa época, a instalação da Usiba, Sibra e Ferbasa (Guerra; Teixeira, 2000).

Os autores ainda destacam, para além da siderurgia, a presença da indústria química no CIA:

Vale notar, ainda, que o CIA e o seu entorno passam a sediar novas empresas químicas, a exemplo da CQR, Paskin, Tibrás, Ciquine, Fisiba e, posteriormente, a Dow, antes mesmo da implantação do Polo Petroquímico de Camaçari (Guerra; Teixeira, 2000).

Necessário destacar que, de modo semelhante ao registrado na década anterior, com chegada da Petrobras, o avanço da industrialização decorrente da implantação do Centro Industrial de Aratu promoveu um aumento da classe operária ligada à indústria e o consequente aumento da massa salarial. O operariado industrial e a classe média cresciam com as novas atividades industriais (Guerra; Teixeira, 2000). Sarmento (1969) destaca o Censo Industrial de 1960, que registra a existência de mais de 50 mil pessoas ocupadas na produção industrial do Estado da Bahia.

O Centro Industrial de Aratu foi produto de uma política pública que, à sua época, tinha por objetivo servir como instrumento para a promoção do desenvolvimento econômico e social. A assertiva convicção de que o desenvolvimento possuiria um forte vínculo com a industrialização emergiu como orientação política, estabelecendo a noção de que o desenvolvimento industrial não ocorreria de modo espontâneo.

O CIA, mesmo não tendo alcançado todas as metas inicialmente estabelecidas, alavancou a industrialização baiana na década de 1960. Destaca-se também por ter recepcionado diversos segmentos da indústria e representou, naquele momento, um projeto pioneiro de organização e integração industrial.

Para Carvalho e Pereira (2006, p. 22):

O CIA, criado em 1967, viria a ser o mais destacado exemplo baiano de uma concepção de industrialização, baseada na apropriação, por *policy makers* brasileiros, de algumas teorias de desenvolvimento regional, em voga nos anos 50. Essa concepção, já presente no documento fundador do planejamento baiano – o Plano de Desenvolvimento da Bahia (PLANDEB), de 1959 – estava assentada em versões vulgarizadas de três ideias-chave: o “distrito industrial” de Marshall (1900, 1919) o “polo” de “indústrias motrizes” ou “propulsoras” de Perroux (1967) e os “encadeamentos a jusante e a montante” de Hirschman (1958).

Contudo, ao longo da sua história, o Centro Industrial de Aratu não passaria incólume pelas crises econômicas, como também pelo processo acelerado de

desindustrialização iniciado no Brasil no final dos anos 1980. O abandono das políticas de orientação desenvolvimentista, que caracterizaram o período anterior, e a adoção das teses liberais, que marcaram a condução da economia brasileira no período subsequente, impuseram à indústria nacional significativa perda de participação percentual no seu PIB. Outro ponto a ser observado quanto à desindustrialização no Brasil é que esse processo se inicia com um nível de renda relativamente baixo e sem ter a economia passado por uma experiência adequada de industrialização, um quadro que configuraria o que a literatura econômica denomina de “desindustrialização precoce”.

O Gráfico 2 ilustra a intensidade e a velocidade da queda da participação da indústria nacional como percentual do Produto Interno Bruto, uma diminuição aproximada de 50% nas últimas quatro décadas.

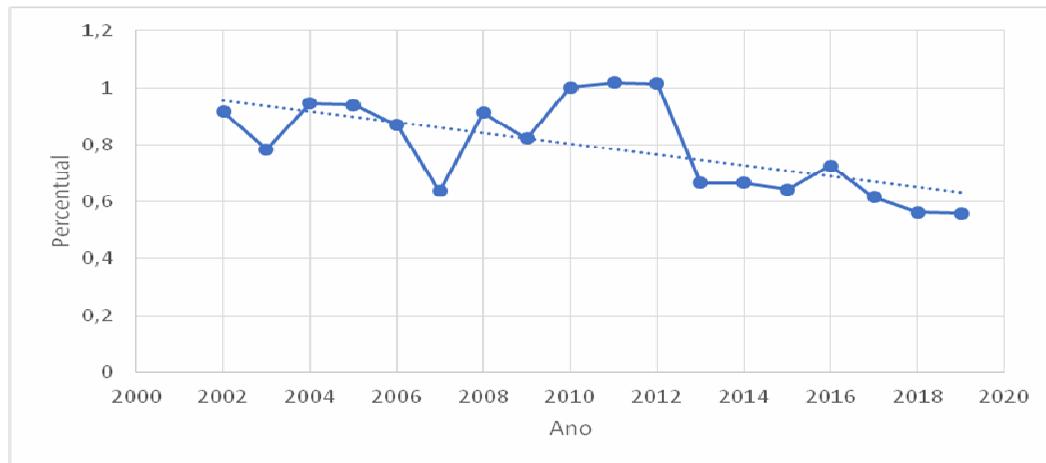
Gráfico 2 – Participação da indústria nacional no PIB



Fonte: Confederação Nacional da Indústria (2022)

A tendência observada em nível nacional replica-se, ainda que de modo tênu, na atividade industrial do Estado (Gráfico 3) e, naturalmente, também na atividade industrial observada nos municípios de Simões Filho (Gráfico 4) e Candeias (Gráfico 5), sítio do Centro Industrial de Aratu.

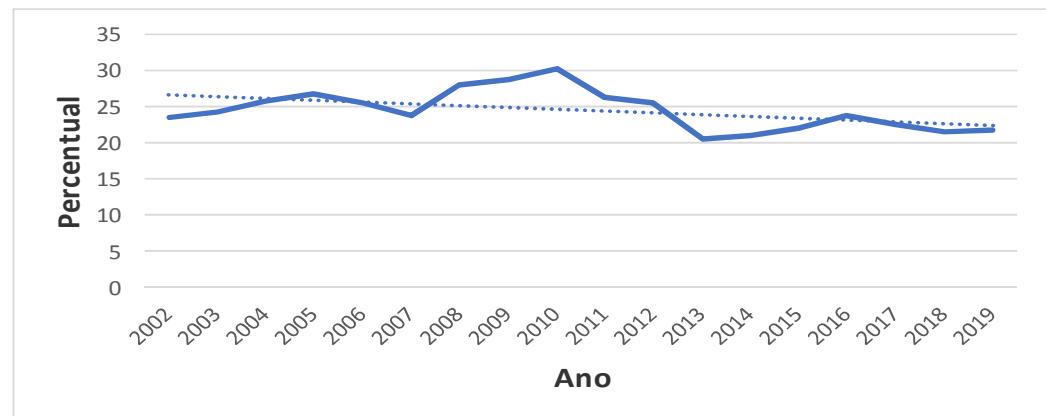
Gráfico 3 – Participação da indústria no PIB do estado da Bahia



Fonte: Elaborado pelo autor (2025) com base em SEI (2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2019)

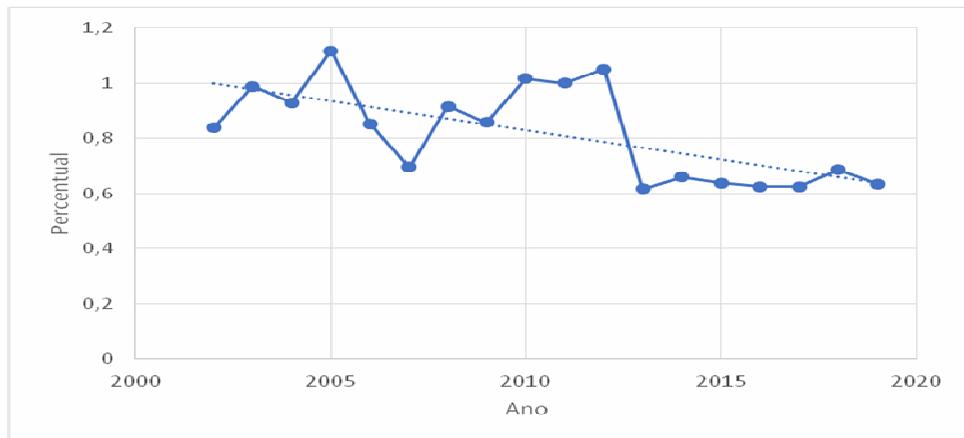
Os Gráficos 4 e 5 demonstraram uma tendência à diminuição relativa da participação das indústrias dos municípios de Simões Filho e Candeias na atividade econômica do Estado da Bahia nas duas últimas décadas.

Gráfico 4 - Participação indústria de Simões Filho na atividade econômica do estado



Fonte: Elaborado pelo autor (2025) com base em SEI (2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2019)

Gráfico 5 – Participação indústria de Candeias na atividade econômica do estado



Fonte: Elaborado pelo autor (2025) com base em SEI (2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2019)

Conforme pôde-se perceber nos gráficos acima, os municípios de Simões Filho e Candeias apresentaram em sua linha de tendência, ainda que de modo moderado, perda de participação das suas atividades industriais na atividade econômica do Estado.

Quanto aos aspectos relacionados às empresas instaladas no Centro Industrial de Aratu, o estudo registra a existência de dois levantamentos. O Primeiro levantamento, realizado pelo PROCIA⁵, em 2017, registra a presença de mais de 180 empresas em funcionamento no Centro Industrial de Aratu. Por meio do levantamento (Anexo C), pôde-se perceber um conjunto bastante heterogêneo quanto às atividades das empresas instaladas no CIA, destacando-se ao menos seis ramos de atividades:

- i. Serviços, comércio, distribuição e logística – registrando o maior número de empresas, 75 unidades, este grupo destaca-se por fornecer serviços de apoio a outras indústrias, como: manutenção e locação de equipamentos; logísticas de distribuição e armazenagem; tratamentos de efluentes, resíduos e reciclagem; envasamento de químicos, dentre outros.

⁵ PROCIA – Associação empresarial cujos membros são pessoas jurídicas instaladas no Centro Industrial de Aratu ou em sua área de influência.

- ii. Química, petroquímica, plásticos – destaca-se por apresentar algumas empresas de grande porte como a Air Liquide. Dentre as principais atividades estão a fabricação de tintas, solventes, produtos de limpeza, poliestireno expansível, resinas e compostos de PVC.
- iii. Papel e celulose, moveleiro e madeira – destaca-se na produção de papelão ondulado, embalagens e móveis residenciais.
- iv. Metal mecânico – além da presença de serviços de apoio à indústria, como serviços de usinagem, registra-se também as atividades de metalurgia e fundição do ferro.
- v. Mineral não metálico – fabricação de artefatos de concreto, pré-moldados, como também o beneficiamento de mármores e granitos.
- vi. Alimentos e bebidas – Destaca-se na produção de massas e biscoitos, bebidas, como também se observa a presença de frigoríficos e hortifrutis.

O segundo levantamento, o Sistema de Gestão Geoespacial de ativos do CIA, programa da Secretaria de Desenvolvimento econômico do Estado da Bahia, realizado pela Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial (SUDIC), registra aspectos relacionados às condições de ocupação do CIA-Sul (Simões Filho) e do CIA-norte (Candeias), conforme pode ser observado nas respectivas Plantas Fundiárias e de Situação (Anexos D e E).

O levantamento realizado pela Secretaria de Governo, também no ano de 2017, indica a presença de 265 empresas em funcionamento nos segmentos da indústria, comércio e serviços no CIA, sendo 227 dessas localizadas no município de Simões Filho e 48 localizadas no município de Candeias. O levantamento ainda indicou 27 industrias em implantação no CIA-Sul, Simões Filho, e outras 7 em implantação no CIA-Norte, Candeias. Outro aspecto relevante do estudo foi o registro quantitativo das indústrias paralisadas, 41 indústrias no CIA-Sul e 2 no CIA-Norte.

Um segundo aspecto relevante observado foi quanto aos percentuais de áreas disponíveis e ocupadas. O estudo revelou que, não obstante as 265 empresas instaladas, 34 em fase de implantação, 24 termos de reserva e 43 industrias paralisadas, essas ocupam tão somente 13,59% da área total do CIA-Sul e 13,22%

da área total do CIA-Norte. As Plantas Fundiárias (Anexos D e E) registram ainda significativa disponibilidade de áreas, 18.456.385,94m² no município de Simões Filho e outros 45.123.300,76m² no município de Candeias. Como pôde ser percebido, os dois levantamentos datam do ano de 2017, foram realizados há oito anos e em um contexto anterior à pandemia, carecendo, portanto, de atualização. Contudo, advoga-se que alguns indicativos como a observação de áreas disponíveis e o perfil das empresas instaladas permaneçam válidos como referência.

Apesar da tendência observada nas duas últimas décadas, de perda da sua participação relativa nas atividades industriais do Estado, os municípios de Simões Filho e Candeias adicionaram 5,47% ao PIB industrial da Bahia em 2019. O município de Simões Filho (CIA – Sul) e o município de Candeias (CIA – Norte) contribuíram respectivamente com 2,56% e 2,91% para o PIB industrial do estado em 2019, tendo Candeias ocupado a 7º posição do PIB Industrial do Estado e Simões Filho a 9º posição do mesmo indicador.

Dessarte, postula-se que o Centro Industrial de Aratu foi, depois da Refinaria Mataripe, o elemento a dinamizar a conformação das relações econômicas e sociais da região. O Polo Petroquímico de Camaçari é posto como o terceiro elemento no encadeamento sequencial proposto neste trabalho e constitui-se como o capítulo de maior importância para o desenvolvimento das relações econômicas, sociais e institucionais administrativas recentes no Estado da Bahia.

3.1.4 Anos 1970 – Polo Petroquímico de Camaçari

A implantação do Polo Petroquímico de Camaçari, no final dos anos 1970, é o terceiro elemento no encadeamento proposto nesse trabalho. A implantação do “complexo petroquímico” foi tomada como o investimento de maior relevância para a conformação regional proposta para o Eixo Produtivo BR-324.

A exequibilidade de um Polo Petroquímico na Bahia nos anos 1970, mais especificamente em Camaçari, foi compreendida como uma conjunção de fatores que combinados convergiram para a sua viabilização. O primeiro desses fatores foi a existência de alguns aspectos de natureza técnica: (1) o Estado possuía as maiores reservas conhecidas de petróleo à época, inclusive a existência de uma refinaria, a

Refinaria de Mataripe, que passaria a se chamar Refinaria Landulfo Alves Mataripe (RLAM); (2) as atividades industriais avançavam vigorosamente no Centro Industrial de Aratu. Dessa forma, a petroquímica se apresentou como um desdobramento natural da industrialização que o Estado experimentava. Sobre esses aspectos, Viana (1984, p. 33) observou:

A concretização de um complexo petroquímico no Recôncavo deve ser entendida, primordialmente, como consequência lógica da condição de ser aquela área a única em que se dispõe simultaneamente, de petróleo e gás, no Brasil ... devendo-se acrescer o alto poder germinativo do empreendimento, inclusive sobre a agricultura nordestina tendo em vista a produção de fertilizantes.

Conforme pôde ser percebido, Viana (1984) antevia a possibilidade de instalação de uma unidade de produção de fertilizantes, o que de fato aconteceu com a instalação da Fábrica de Fertilizantes do Nordeste em Camaçari.

Um segundo aspecto, esse de natureza política, foi a firme orientação do Governo Federal para diminuir os desequilíbrios regionais.

Quanto ao objetivo governamental de diminuir os desequilíbrios regionais, nos revela Oliveira (2006):

Pela primeira vez, o governo escolhia a região Nordeste para instalar um complexo industrial de envergadura depois de ter incentivado a instalação de tantos outros no Sudeste, a exemplo da indústria automobilística, siderúrgica, de bens de capital e metalúrgica, condenando a região a se manter como fornecedora de produtos primários agrícolas.

Nesse contexto observou-se uma intensa disputa política quanto à localização desse investimento entre a Bahia e o Sudeste, que postulava a ampliação do já existente Polo Petroquímico de Cubatão (Petroquímica União). Registra-se, como aspecto relevante, que a decisão de implantar o investimento em Camaçari foi facilitada pela autoridade do governo militar. Oliveira (2006) destaca os aspectos relativos à disputa quanto à localização do investimento:

[...] ampliar o complexo industrial de São Paulo, tinha argumentos econômicos mais favoráveis, tais como menor valor de investimento, proximidade do mercado consumidor e das maiores refinarias de petróleo do País ... A segunda alternativa, de construir um novo complexo industrial no Nordeste, mais especificamente em Camaçari na Bahia, reunia argumentos políticos e estratégicos. O argumento

político falava da desconcentração da atividade econômica, de promover o desenvolvimento de regiões mais pobres do País, de fomentar o surgimento de novos grupos empresariais.

Um terceiro e último aspecto observado foi a crescente demanda por petroquímicos básicos no país. A industrialização brasileira à época foi implementada dentro de uma perspectiva substitutiva de importação e a existência de uma crescente demanda interna por petroquímicos impôs ampliação da sua oferta.

Almeida (2006) bem observou os três aspectos elencados (*apud* Guerra, 2001):

Como nota Guerra (2001), entre outros autores, três razões explicariam esse novo ciclo de investimento industrial. Em primeiro lugar, o fato de que a Bahia se transformara no principal estado produtor de petróleo do país e abrigava uma grande refinaria, passível de ampliação; em segundo, e como consequência, porque a Bahia era a localização ideal para um novo polo petroquímico, capaz de atender a crescente demanda de insumos básicos da indústria brasileira concentrada em São Paulo; e, finalmente, porque o governo central ainda defendia, na época, uma política de integração nacional baseada, em tese, no objetivo de diminuição dos desequilíbrios regionais.

Conforme encadeamento estabelecido, o processo que dá forma ao Eixo Produtivo BR-324 assenta-se em uma espécie de tríade do crescimento econômico iniciado nos anos 1950, com as respectivas atividades da indústria do petróleo, seguidas da instalação do Centro Industrial de Aratu nos anos 1960. Contudo, foi o Polo Petroquímico de Camaçari, em 1970, que consolidou, dado o porte dos investimentos, a industrialização da região.

Guerra e Gonzales (1996) destacaram as transformações estruturais da economia do Estado em função da petroquímica instalada em Camaçari, quando registraram:

As taxas de crescimento do PIB do Estado na década de 1970 foram muito expressivas, apresentando para a década taxa média de 11,4%, significativamente mais elevada que a taxa média nacional de 8,6%.

A petroquímica insere-se na matriz econômica do Estado como importante elemento a tracioná-la. Os números relativos ao crescimento da atividade industrial não deram margem a dúvida, conforme Guerra e Gonzales (2002, p. 27):

[...] a *performance* da indústria de transformação nos últimos cinco anos da década de 70, as taxas de crescimento foram impressionantes: 32,0% em 1977, 12,9% em 1978, 29,4% em 1979 e 26,6% em 1980. Não se teve nada igual até os dias atuais.

Outro aspecto de grande relevância foi o incremento sobre a arrecadação estadual de impostos em função das atividades petroquímicas. Almeida (2006) registra o incremento na arrecadação do ICM industrial entre meados da década de 1970 e a primeira metade da década de 1980, quando a expansão da nova indústria teve importantes consequências para a tributação estadual, com o ICM industrial passando de 30% do total desse imposto para 55%, no período.

O incremento na arrecadação possibilitou ao Estado a ampliação dos gastos públicos com investimento e custeio. Dessa forma, a nascente indústria petroquímica possibilitou uma ampliação considerável da administração pública. Salvador sendo a sede administrativa do estado, por possuir uma importante e estruturada prefeitura, como também instituições do Governo Federal, beneficiou-se por abrigar uma classe média robustecida pela crescente presença de servidores públicos.

Ainda sobre o aumento da arrecadação proveniente da operação do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), Pessoti e Pessoti (2008) destacam: “[...] estudo detalhado [...] que o orçamento de Camaçari seria, no final da década de 70, multiplicado por dezoito”. O objetivo do estudo seria demonstrar a capacidade de pagamento aos agentes financeiros com a finalidade de viabilizar os recursos necessários para a construção de infraestrutura urbana no município de Camaçari, o que acabou por não acontecer.

Quanto à infraestrutura idealizada para servir ao trabalhador do Polo, observou-se que o projeto urbanístico não chegou a ser realizado por questões orçamentárias, o que representou uma perda de oportunidade para se construir um centro urbano mais equipado, como tem sido feito em outros países, por ocasião de instalações de complexos industriais. Rômulo Almeida já observava a importância da urbanização de áreas adjacentes a complexos industriais nascentes, conforme destacam Souza e Assis (2006, p. 370, *apud* Almeida, 2009):

[...] mostrava que enquanto as fábricas estavam sendo instaladas, construíam uma cidade onde já havia até escola de balé para os filhos dos operários ... era o que havíamos advertido quanto ao

COPEC. Se a gente tivesse lá um núcleo urbano previamente instalado, teríamos custos menores de implantação e o pessoal mais satisfeito; e, depois, aquelas casas iriam servir para o pessoal de operação. Aqui não se cuidou da questão urbana nem antes nem depois da implantação do projeto, e o resultado foi que Camaçari abrigou quem, em regra, não tinha emprego no Polo, porque o pessoal mais qualificado do COPEC ficou morando em Salvador.

Salvador beneficiou-se fortemente dos efeitos multiplicadores associados ao Complexo Petroquímico de Camaçari. Sendo o aumento da massa salarial proveniente da expansão do funcionalismo público, somando-se àquela advinda da montagem e operação das plantas industriais e destacando-se, nesse ponto, o emergir de empresas da construção civil pesada, com destaque natural para a Odebrecht.

A expansão urbana da capital foi um outro aspecto relacionado em grande medida ao dinamismo econômico estabelecido pela atividade petroquímica. Registrhou-se a implantação de novos bairros em Salvador, a exemplo da Pituba e do Caminho das Árvores. Destacou-se, ainda, a presença de grandes grupos empresariais baianos sediados na capital, dentre os quais destacaram-se o Banco Econômico, a rede de supermercado Paes Mendonça e a Odebrecht, já citada.

Dessa forma, pôde-se perceber que o Complexo Petroquímico de Camaçari foi elemento determinante para o desenvolvimento das relações sociais e econômicas da região pesquisada. Naturalmente, o desenvolvimento dessas relações se dera mais fortemente nos municípios da RMS e mais especificamente em Salvador, que adquiriu feição de uma típica metrópole periférica do Capitalismo mundial.

Silva (2008) destacou o expressivo crescimento de diversos núcleos urbanos da RMS, como Candeias, Simões Filho, Camaçari e Dias D'Ávila, em função da implantação da Refinaria Landulfo Alves, do Centro Industrial de Aratu, do Polo Petroquímico de Camaçari, como também registrou a metalurgia do cobre no município de Candeias. Contudo, destaca o protagonismo do município de Salvador que, nas suas palavras:

[...] foi sujeito a um grande impacto, absorvendo a maior parcela do crescimento populacional da RMS, a partir dos anos 1980. Após a ocupação do “Miolo” de Salvador as áreas disponíveis no Município tornaram-se mais escassas, resultando numa conurbação com os municípios vizinhos de Simões Filho e Lauro de Freitas, com extensão para a Orla de Camaçari.

Andrade (2009) destacou nova dinâmica espacial para Salvador, em função da atividade industrial. Primeiro, um significativo aumento do fluxo migratório em busca de melhores empregos derivados da industrialização; segundo, a industrialização da RMS impõe a Salvador a condição de espaço adequado à habitação e às atividades de serviços; um terceiro aspecto observado, já destacado, foi a ampliação do espaço urbano de Salvador, que se destacou pela construção de avenidas de vales, shoppings centers e dos edifícios de negócios em áreas distantes do centro histórico; destacou, ainda, a expansão da oferta do mercado imobiliário.

As transformações observadas na Região Metropolitana de Salvador nas três últimas décadas do século XX resultaram em um elevado índice de urbanização dos seus municípios. Os Indicadores Municipais (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2018), revelaram um grau de urbanização de 100% para os municípios de Salvador e Lauro de Freitas, destacam-se, ainda, Camaçari e Dias D'Ávila, com respectivamente 95,5% e 94% do mesmo indicador.

Sobre a atração de migrantes no período, revelam Guerra e Gonzales (1996):

Quando se examinou o desenvolvimento industrial do estado foi dito que as novas feições da economia baiana, particularmente da RMS, se consolidaram ao longo dos anos 80. Tornando-se polo de atração de migrantes, a RMS experimentou um marcante crescimento demográfico nos anos recentes. Dos 13 milhões de habitantes do estado, quase 20% concentram-se nela. [...] A industrialização e a urbanização geraram, através das empresas criadas, uma nova classe média e um operariado urbano que, juntos, compõem as bases de um apreciável mercado, de consumo para bens finais.

Assim sendo, a Região Metropolitana de Salvador consolida-se tendo a industrialização e a urbanização como os elementos determinantes que estabeleceram e configuraram hierarquicamente as relações econômicas, sociais e administrativas institucionais observadas nos municípios que deram forma ao Eixo Produtivo BR-324.

3.1.5 Feira de Santana – relevância na hierarquia regional

Feira de Santana, conforme o encadeamento proposto nesse trabalho, é espaço estratégico no processo conformativo que estabeleceu os limites geográficos do Eixo Produtivo BR-324. Esta subseção destaca, dentre outros aspectos, o Centro

Industrial do Subaé (CIS) como elemento relevante que, somado à localização estratégica do município, como também ao tamanho da sua população, fazem de Feira de Santana, além da segunda cidade em importância do Estado, um espaço particular das relações sociais e econômicas realizadas no EPBR-324.

A importância de Feira de Santana para a economia do Estado foi fruto de um processo histórico marcado pela sua estratégica localização. Localizada em uma faixa intermediária entre o litoral e o interior do Estado, possui um regime pluviométrico relativamente bem distribuído que, aliado às condições geológicas da região, favorece o aparecimento de inúmeras lagoas e nascentes, serviu como principal atrativo para a fixação do homem na região (Santo, 2003). Esse processo de fixação do homem na região foi determinante para que se constituísse, no local chamado de Fazenda Sant'Ana dos Olhos D'Água, um ponto de parada em função da abundância de água, tanto para o consumo humano como também para o consumo animal. Logo, como consequência natural, desenvolveu-se na região um pequeno comércio e o início do que viria a ser uma grande feira de gado, conforme destaca Silva (2021):

Em virtude desse fluxo populacional, em curto espaço de tempo, algumas pessoas começaram a se fixar ao redor da região da fazenda, de modo que um pequeno comércio foi estabelecido... surgindo assim uma feira de gado e de comércio de pequenos produtos essenciais para a subsistência dos moradores e viajantes.

Dessa forma, Feira de Santana se impôs como um importante entreposto, estrategicamente localizado entre o Recôncavo Baiano e todo o interior do Estado, o que fortaleceu o seu comércio local e a formação embrionária de uma indústria voltada ao beneficiamento de fumo, como também aquela indústria diretamente associada à atividade da pecuária, com o beneficiamento do couro.

Destaca-se que as estradas que interligavam o interior do estado à capital eram poucas e extremamente precárias; e as viagens, realizadas por tração animal, demandavam tempo. Tal realidade culminou na construção, por parte do governo do estado, da estrada Salvador-Feira. Registra-se, também, que o traçado da BR-116 passaria por Feira de Santana. Quanto à importância dos investimentos rodoviários para a formação econômica de Feira de Santana, nos diz Cruz (1999):

O município seria beneficiado, assim, da confluência de interesses que reforçavam sua posição estratégica, perante os fluxos de

capitais com destino ao Nordeste e a Salvador, fortalecendo o comércio local e gerando investimentos em atividades diversificadas.

A importância dos investimentos rodoviários para o desenvolvimento de Feira de Santana foi destacada por Silva, Leão e Silva (1985):

A rodovia BA-ES integrou o município a região do cacau, enquanto a estrada para Goiás foi aberta até Seabra. A estrada BA-PI foi concluída até Jacobina, com ramais que se estendiam até Xique-Xique, Sento Sé, e Juazeiro. Através de São Sebastião do Passé, Feira se integrou ao nordeste do Estado e a Sergipe e Alagoas. Em 1949, a BR-116 (em cascalho) foi concluída e Salvador, através de Feira de Santana, ligou-se ao sudoeste do Estado e aos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Ainda sobre a infraestrutura rodoviária, continuam os autores:

Paralelamente, construiu-se grande parte da estrada transnordestina, ligando a Bahia a Pernambuco, via Feira de Santana. Com esta rodovia, todos os municípios da microrregião de Serrinha e do Sertão de Canudos aproximaram-se de Feira de Santana (...) pelos fins da década de 50, o Estado iniciou a fase de rodovias asfaltadas, com a conclusão da BR-324. Entre 1960 e 1980, Feira de Santana tornou-se um centro de irradiação de vias asfaltadas para todos os maiores centros urbanos do Estado e do País.

Dessa forma, a estrutura rodoviária presente foi elemento relevante para o estabelecimento das condições necessárias para o desenvolvimento dos setores terciário e industrial feirense, conforme Cruz (1999):

Desde cedo, os excedentes obtidos com a atividade comercial haviam proporcionado o surgimento de uma incipiente indústria [...]. Em 1940, Feira de Santana já possuía 29 estabelecimentos, entre usinas de beneficiamento e fábricas de pequeno porte.

A nascente indústria feirense se deparava com ao menos dois fatores limitantes: o primeiro deles, o tamanho do mercado consumidor local e regional, o que se constitui em um verdadeiro problema para a formação de capital (Nurkse, 1957); o segundo problema se referia à concorrência sofrida pelos produtos feirenses em relação aos produzidos em Salvador. Ainda assim, Feira de Santana experimentaria um grande crescimento da sua indústria entre o início e o final da segunda metade do século XX, como observou Cruz (1999):

A indústria feirense do início dos anos 60 possuía 293 estabelecimentos, 41,6% dos quais dedicados à transformação de minerais não-metálicos e 18% de gêneros alimentícios. Apenas 2,7% dos estabelecimentos produziam bens de consumo duráveis ou de capital. Em 1960, Feira de Santana era o segundo município baiano em número de estabelecimentos industriais.

Um segundo aspecto, para além das estruturas rodoviárias, se refere ao provimento energético a partir de Paulo Afonso. Registra-se a expansão da rede de transmissão de energia elétrica para Salvador que, ao passar por Feira de Santana, tornou possível satisfazer a demanda de indústrias de maior porte.

Foi nesse ambiente que Feira de Santana se tornou um importante centro econômico regional. Sua localização estratégica aliada à ampla infraestrutura rodoviária e energética transformara o município no principal entroncamento rodoviário do Nordeste. Toda essa estrutura possibilitou que o município desenvolvesse a sua indústria que, como demonstra-se, foi grandemente beneficiada pela orientação estatal de incentivar a sua interiorização e, dessa forma corrigir desigualdades regionais.

Foi justamente no contexto de fomento à industrialização do interior que o Centro Industrial de Subaé (CIS) inseriu-se nas atividades econômicas de Feira de Santana. Como parte de um projeto nacional, de orientação desenvolvimentista e fortemente apoiado no ideário Cepalino, a desconcentração industrial passa a ser um objetivo a ser materializado através da implantação de indústrias na região Nordeste.

O processo de industrialização em Feira de Santana ganha impulso com a criação CIS. Duas áreas são destinadas para recepcionar as novas instalações fabris: a primeira localizada na BA-502 (CIS-Tomba), e a segunda às margens da BR-324 (CIS-BR-324). Registra-se uma terceira área localizada no município de São Gonçalo dos Campos, incorporada posteriormente.

A base para a atração dos investimentos para o CIS, foi um amplo conjunto de incentivos, destacando-se os incentivos fiscais aportados pelo Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR). Quanto aos incentivos fiscais, Spinola (2001) destacou:

O apoio da Sudene foi fundamental para a implantação do Centro Industrial do Subaé. As quatro primeiras unidades industriais

instaladas na área do Tomba contaram com financiamento, a fundo perdido, para a aquisição de galpões industriais e, através dele o CIS foi incluído em eventos de promoção industrial no Centro-Sul do país.

Continua Spinola (2001) sobre os incentivos fiscais: “A área do CIS era classificada como prioridade “A” pela Sudene, na concessão de incentivos fiscais, e isso constituiu-se no principal fator de atração à época.” Para além dos incentivos fiscais, incentivos em infraestruturas foram postos para viabilizar as novas localizações industriais, conforme Azevedo (1975, p. 18) nos diz:

Estas áreas desempenham um grande papel na atração das novas atividades industriais devido as vantagens que oferecem para os empresários, em consequência dos pré investimentos realizados pelo setor público na área de transporte, energia, água, comunicações e terrenos.

Apesar da infraestrutura posta nas áreas que compõem o CIS, os estabelecimentos industriais observados em Feira de Santana caracterizaram-se por possuir uma distribuição espacial difusa por todo o município. A opção pelas margens da BR-324, em função da logística facilitada, foi aspecto apontado por Spínola (2009). Cruz (1999) destacou que a dispersão territorial dos estabelecimentos industriais estaria relacionada aos custos de localização no CIS, proibitivos às empresas de porte menor, que preferiram instalar-se mais próximas do mercado consumidor.

Quanto a sua produção, o Centro Industrial do Subaé caracterizou-se inicialmente por produzir bens de consumo intermediários, destinados a suprir as demandas do Centro Industrial de Aratu e do Polo Petroquímico de Camaçari. Contudo, o perfil da produção industrial de Feira de Santana seria alterado em função das crises econômicas e de uma maior abertura comercial, conforme Silva (2021):

[...] com o agravamento da crise macroeconômica do país, aliada a política econômica de maior abertura comercial, em detrimento da continuidade das políticas de desconcentração industrial, que acabaram por estimular o crescimento de indústrias do ramo de vestuários, alimentos e bebidas, tanto no país quanto na indústria local, o que fez com que a indústria feirense acabe por majoritariamente produzir bens de consumo não-duráveis.

Quanto à composição do setor industrial feirense, o município abriga (FIEB, 2015) um total de 646 unidades fabris em seu município. Os números revelaram que aproximadamente 40% dessas empresas empregam até cinco funcionários e que a maioria dessas indústrias opera em segmentos pouco intensivos em capital. Destacaram-se os segmentos de alimentos e bebidas, têxtil e couro, como também pequenas unidades voltadas a metalurgia.

Registrhou-se, no Guia Industrial do Estado da Bahia (FIEB, 2015), que 581 empresas operam com até cinquenta funcionários, o que equivale a aproximadamente 90% do total das unidades industriais feirenses. Essas empresas, juntas, empregaram aproximadamente seis mil trabalhadores distribuídos em diversos segmentos, com destaque para a indústria da construção civil (que empregou 18,29%), seguido da indústria têxtil (14,32), metal mecânico (14,21%), alimentos e bebidas (12,09%) e serviços (12,65%). Esses cinco segmentos empregaram aproximados 71% da força de trabalho no recorte de empresas com até cinquenta funcionários. A elevada quantidade de pequenas empresas, aliada à diversidade setorial, reflete a importância da atividade econômica feirense e o alcance que esta possui nos municípios localizados em torno da sua área de influência.

Quando o recorte é feito com aquelas empresas que operam com mais de cem trabalhadores (Tabela 2)⁶, observou-se que juntas empregavam mais de treze mil trabalhadores, ou seja, mais que o dobro da força de trabalho empregada nas 581 empresas destacadas no recorte anterior (até 50 empregados).

Quanto à composição da atividade industrial feirense nos últimos vinte anos, nos revelou Silva (2020):

Ainda há a predominância dos setores de bens de consumo não-duráveis, com destaque para o setor alimentício, bebidas e pneus que empregam a maior parte da mão-de-obra industrial. Contudo, também é observado o crescimento da indústria do setor da construção civil, em virtude da política expansionista de habitação praticada pelo governo federal na primeira década do século XXI.

⁶ A Tabela 2 representa uma aproximação atualizada da Tabela 4 de Silva (2021).

Tabela 2 - Indústrias de Feira de Santana com mais de 100 empregados

Nº	Nome da Empresa	Ramo de Atividade	Nº Pessoas empregadas	Percentual de Empregados em Relação às 50 maiores Empresas
1	Pirelli Pneus Ltda.	Fabricação de Pneus	1423	10,82
2	Aceflex	Têxteis	1200	9,13
3	O. L. Papéis Ltda.	Produtos de Papel	803	6,11
4	Borrachas Vipal S/A	Fabricação Artefatos de Borracha	789	6,00
5	Sustentare Saneamento	Coleta de Resíduos não perigosos	740	5,63
6	L Marquezzo	Construção Civil	617	4,69
7	Belgo Bekaert Arames	Arames de Aço	555	4,22
8	Nestlé	Alimentos e Bebidas	510	3,88
9	Sipel Construções	Construção Civil	485	3,69
10	Color Visão	Eletrodomésticos	447	3,40
11	Pro Linhas	Têxtil	416	3,16
12	Brasfrut	Alimentos e Bebidas	412	3,13
13	Klabin S/A	Papelão Ondulado – Embalagem	361	2,75
14	Penha Embalagens	Papelão Ondulado – Embalagem	348	2,65
15	Newell Brands Brasil	Eletrodomésticos	316	2,40
16	CSO Engenharia	Construção Civil	280	2,13
17	Espumil	Sabões e Detergentes	280	2,13
18	Marschall Indústria	Equipamentos de Iluminação	258	1,96
19	Labovet	Medicamentos Veterinários	242	1,84
20	MA Almeida Engenharia	Construção Civil	222	1,69
21	Frango Esse	Alimentos e Bebidas	210	1,60
23	Gazin	Fabricação de Colchões	198	1,51
24	Adinor	Alimentos e Bebidas	176	1,34
25	Frieveira	Alimentos e Bebidas	160	1,22
26	GGS Indústria	Têxtil	152	1,16
27	Tecnolens	Artigos Ópticos	146	1,11
28	Olimpia Empreendimentos	Construção Civil	146	1,11
29	Casa do Sofá	Fabricação de móveis	145	1,10
29	Lupus	Alimentação Animal	143	1,09
30	Doce Pop	Alimentos e Bebidas	138	1,05
31	Pepsico	Alimentos e Bebidas	134	1,02
32	H Marinho Empreendimentos	Construção Civil	133	1,01
33	Inbrasil	Sabões e Detergentes	132	1,00
34	Prefaz	Construção Civil	116	0,88
35	Indústrias Anhembi	Produtos de Limpeza	106	0,81
36	P. Ferreira Filho Eireli	Papelão Ondulado – Embalagem	106	0,81
37	Placo do Brasil	Construção Civil	103	0,78

Fonte: Elaborado pelo autor (2025) com base em FIEB (2015)

Quanto ao aspecto hierárquico da atividade industrial feirense de grande porte e quanto ao destino da sua produção, destacou Silva (2020, p. 98):

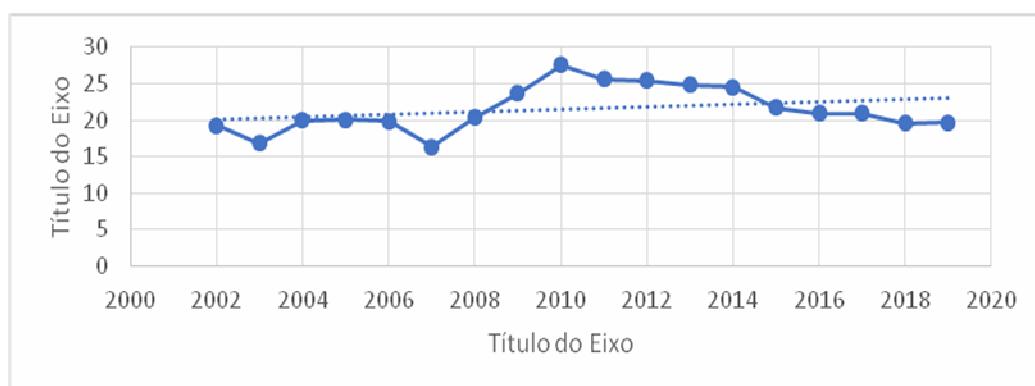
A produção do Centro Industrial do Subaé serve como apoio aos produtos industriais feitos no Sudeste, sobretudo São Paulo. Isso inclui o suprimento da produção industrial para todos os estados do Nordeste, para o Polo Petroquímico de Camaçari... principalmente as multinacionais Pirelli, Nestlé e Ambev.

Continua Silva (2021, p. 16):

[...] também há um sistema hierárquico entre o CIS e outros centros industriais localizados próximos à cidade de Feira de Santana como o CIA e, principalmente o COPEC. A predominância de indústrias como Pirelli, Geral Tec (Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos), Metaf Indústria (Estruturas Metálicas) e a Viva Ambiental indicam a aproximação de complementaridade à Produção do Polo Petroquímico de Camaçari ou até mesmo serviços auxiliares.

Quanto à atividade industrial realizada em Feira de Santana nos últimos vinte anos, pôde-se perceber (Gráfico 6) que a participação da indústria na atividade econômica do município se manteve praticamente inalterada. Observou-se, no período, um sensível crescimento da participação da indústria na economia feirense entre os anos de 2006 até 2010, quando, a partir de então, o percentual da atividade industrial na economia do município passou a apresentar uma tênue tendência decrescente, seguida de estabilização nos dois últimos anos da série.

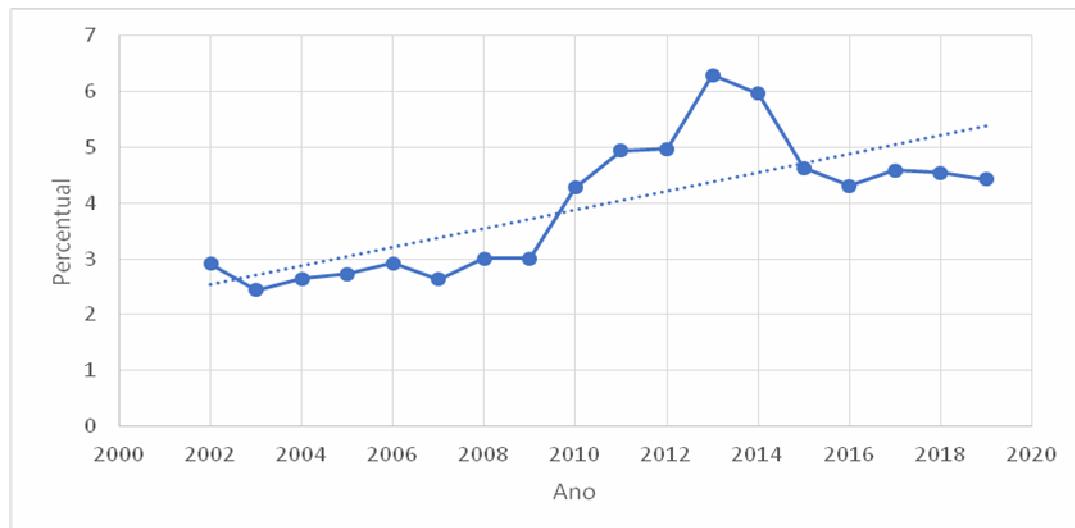
Gráfico 6 – Participação da indústria na atividade econômica de Feira de Santana



Fonte: Elaborado pelo autor (2025) com base em SEI (2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2019)

Quanto à participação da Indústria feirense na atividade industrial do Estado nos vinte últimos anos (Gráfico 7), pôde-se observar que apresentou uma tendência de crescimento no período, ainda que seja perfeitamente possível observar uma queda entre os anos 2013 e 2016, seguida de uma estabilidade nos últimos anos da série.

Gráfico 7 – Participação da indústria de Feira de Santana na atividade industrial do estado



Fonte: Elaborado pelo autor (2025) com base em SEI (2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2019)

Os Gráficos 6 e 7, acima, corroboraram a ideia de que as estruturas produtivas observadas em Feira de Santana encontram-se estruturalmente enraizadas dentro de uma perspectiva regional. A participação da indústria feirense na atividade industrial do Estado nos últimos 20 anos oscilou entre três e seis pontos percentuais, estabilizando-se em aproximados 4,5% nos últimos anos analisados.

Assim, Feira de Santana está hierarquicamente inserida de modo relevante nas relações sociais e econômicas estabelecidas no EPBR-324. Para além da expressiva atividade industrial, o município robustece-se da sua pujante economia dos serviços que, aliada ao tamanho da sua população, como também pela sua estratégica localização e infraestrutura rodoviária, impõe-se de modo relevante como o extremo norte do Eixo Produtivo BR-324.

3.1.6 Complexo Industrial Ford Nordeste

Passados mais de 20 anos desde a implantação do Polo Petroquímico de Camaçari, período em que a política industrial nacional ficou relegada a um segundo plano e caracterizado pela prevalência das ideias liberais e da busca da estabilização monetária, a implantação do Complexo Industrial Ford Nordeste⁷ (CIFN) em Camaçari, Região Metropolitana de Salvador, inseriu-se como o elemento novo a dinamizar a economia baiana do início do século XXI.

A instalação do Complexo Industrial Ford Nordeste foi marcada por uma intensa disputa entre os estados da Bahia e do Rio Grande do Sul, a contenda interterritorial, materializada no que se convencionou chamar de Guerra Fiscal, significava para a montadora uma diminuição dos seus investimentos em função de aportes de recursos públicos. Registra-se que a escolha da Bahia para sediar o Complexo Industrial Ford Nordeste, a época, o maior investimento da Ford no mundo, implicou em uma série de incentivos, conforme observou Najberg (2003):

[...] uma série de medidas foram tomadas pelo governo federal para ampliar a participação da indústria automobilística no país. A indústria contou com diversas medidas no âmbito federal... redução da alíquota de impostos (ICMS e IPI) ... além do Regime Automotivo.

Continua a autora (Najerg, 2003):

O Regime Automotivo, criado em fins de 1995 e reformulado 1997 para a inclusão dos estados menos desenvolvidos, é um conjunto de incentivos fiscais para a implantação de empresas do setor, com incentivos mais generosos para as unidades que se implantassem em regiões menos desenvolvidas.

O Regime Automotivo Especial do Governo Federal direcionava incentivos adicionais com o objetivo de viabilizar investimentos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Segundo a lei que o instituiu, as montadoras que se instalassem nessas regiões teriam certas facilidades, tais quais: redução em até 100% do imposto de importação de máquinas, equipamentos e moldes; redução em até 90%

⁷ Registra-se o encerramento das atividades do Complexo Industrial Ford Nordeste em 11 de janeiro de 2021.

no Imposto de Importação de matérias-primas; redução em até 50% sobre o Imposto de Produtos Industrializados (IPI); isenção do Imposto de Renda (Lima, 2002).

A forte atuação do Governo do Estado para a atração do investimento somou-se aos incentivos federais. Dentre as vantagens oferecidas pela Bahia, destacaram-se investimentos em infraestrutura, tanto para a Ford como para os seus fornecedores (sistemistas), adequações em instalações portuárias, investimentos em Capital Fixo Social (CFS) para educação, transporte, saúde e segurança, como bem observou Lima (2002):

A Bahia foi escolhida para a implantação do Projeto Amazon, entre outros fatores, devido ao conjunto de benefícios fiscais e financeiros oferecidos, a possibilidade de o Governo do Estado realizar obras complementares de infraestrutura necessária à operacionalização do projeto, notadamente na construção do porto de Aratu, e a localização estratégica do estado frente aos mercados nacionais e internacionais.

Ainda sobre a atuação do governo do estado para a atração do investimento observou, Oliveira Filho (2004):

A escolha locacional em favor da Bahia refletiu basicamente o esforço do governo estadual, na medida em que inexistia uma tradição local na produção automobilística... a estratégia de atração empreendida pelo setor público, através da concessão de incentivos estaduais suficientes para compensar os custos de instalação e operação.

Continua Oliveira Filho (2004):

O governo baiano forneceu um conjunto de incentivos fiscais, financeiros e de infraestrutura para a instalação do Complexo Ford, dos quais muitos estavam amparados no Programa Especial de Incentivo ao setor Automotivo da Bahia – PROAUTO[...]

O empenho em viabilizar o Complexo Industrial Ford Nordeste em Camaçari justificava-se pela grandeza do investimento. Os números impressionavam, com capacidade para produzir até 250 mil veículos por ano, o Complexo Industrial Ford Nordeste significou um investimento superior a U\$1,9 bilhão, sendo U\$1,2 bilhão capitais oriundos da própria montadora e outros U\$700 milhões aplicados pelos sistemistas de produção (Pessoti; Pessoti, 2008).

Com a sua cadeia produtiva totalmente integrada, o CIFN organizou-se como um condomínio industrial, uma configuração em que os principais fornecedores se instalaram no próprio parque industrial da montadora, quando não mesmo dentro da própria linha de montagem. Sobre o arranjo organizacional da Ford Camaçari, nos revelou Oliveira Filho (2004):

[...] foi concebido com base no que a literatura tem denominado de condomínio industrial, onde a montadora e os fornecedores de sistemas ou módulos⁸ estão distribuídos, hierarquicamente, na mesma plataforma produtiva, possibilitando uma maior integração entre ambos.

Os sistemista inserem-se na cadeia de produção para além de meros fornecedores, pois participam do processo de montagem final do veículo. Sobre a participação dos fornecedores sistemistas da CIFN Camaçari, destacou Oliveira Filho (2004):

São fornecedores de serviço de logística integrada, de gerenciamento e de provisão de serviços gerais e de componentes automotivos propriamente dito, totalizando 27 empresas sistemistas⁹[...] Suprindo esses fornecedores sistemistas, está um outro grupo de empresas que se instalaram na circunvizinhança do complexo automotivo, diretamente ligados àqueles¹⁰.

Ainda sobre a implantação da Ford e empresas sistemistas em Camaçari, nos revelou Uderman (2008):

[...] a expansão do segmento automobilístico, decorrente da implantação da montadora Ford e empresas sistemistas em Camaçari, também melhorou as condições de investimentos para a Bahia. Importantes projetos, como o de duas grandes empresas produtoras de pneus (Continental do Brasil e Bridgestone/Firestone), além de outros investimentos menores voltados para a produção de suprimentos automotivos.

Conforme pôde ser observado nas seções anteriores, a formação econômica do Estado foi fortemente marcada pela concentração econômica na Região

⁸ Esses fornecedores são denominados sistemistas.

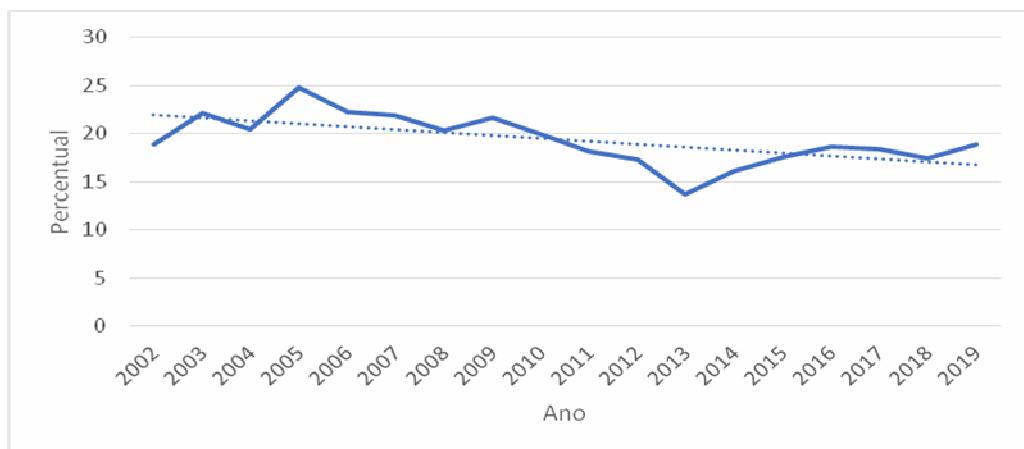
⁹ Dentre os fornecedores instalados em Camaçari, pode-se citar: Autometal, Arvin, Benteler, BSB, Colauto, DDOC, Dow, Ferrolene, Intertrim, Kautex, Textron, Lear, Mapri-Textron, Metagal, Pelzer, Pilkington, Pirelli, SaarGummi, Siebe e Valeo.

¹⁰ Fora de Camaçari, instalaram-se os seguintes fornecedores: Borlem, Krupp, Siemens e TWE.

Metropolitana de Salvador. Registra-se, de partida, que o Complexo Industrial Ford Nordeste, ao se instalar em Camaçari, reforçou uma estrutura econômica regional consolidada, forjada pela tríade RLAM, CIA e COPEC, um processo iniciado nos anos 1950 e bem definido por Teixeira e Guerra (2000) como “exógena e espasmódica”.

Camaçari, com a sua economia consolidada pela indústria petroquímica instalada nos anos 1970 reforçou, através Complexo Industrial Ford Nordeste, a sua posição hierárquica na estrutura regional que conformou o EPBR-324. Os Gráficos 8 e 9 demonstram respectivamente as participações da indústria camaçariense na atividade econômica do Estado, como também na composição da atividade econômica do Município.

Gráfico 8 – Participação da indústria de Camaçari na atividade industrial do estado



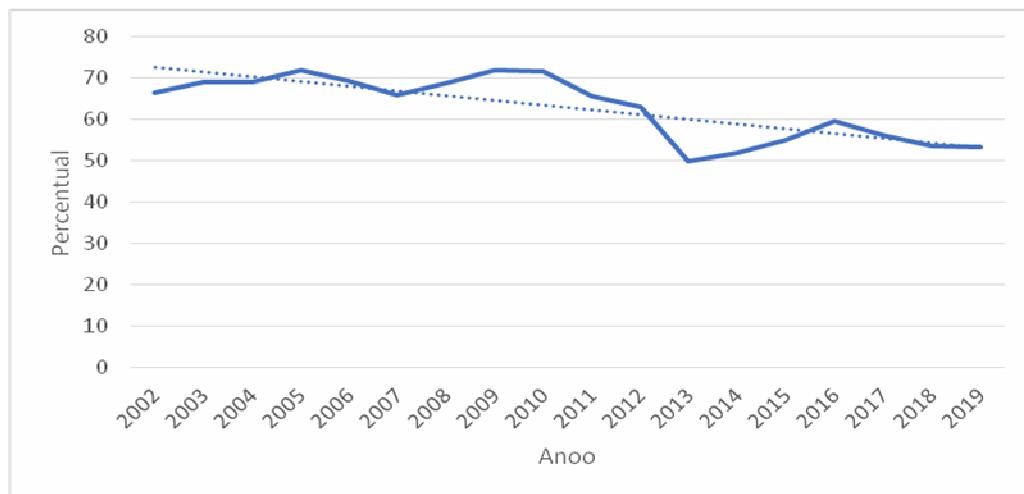
Fonte: Elaborado pelo autor (2025) com base em SEI (2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2019)

Quanto à participação da indústria de Camaçari na atividade industrial do Estado nas duas últimas décadas (Gráfico 8), pôde-se perceber que o município apresentou números que reforçam a condição singular da indústria do município para a economia baiana e, naturalmente, insere o município de modo relevante na hierarquia que conforma o EPBR-324.

O Gráfico 8 registra a participação da indústria camaçariense a partir de 2002, quando contribuiu com aproximados 18% de toda a atividade industrial do Estado. Pôde-se perceber que o período foi marcado por uma relativa variação da produção industrial enquanto fração da atividade industrial do Estado. Destaca-se, no período,

o ano de 2005, quando a atividade industrial do município registrou impressionantes 25% da atividade industrial baiana, observando-se que nesse mesmo ano o CIFN bateu recorde de produção fabricando 250 mil veículos. A despeito da retração observada no período entre os anos 2009 e 2013, observou-se que a partir de 2014 a atividade industrial retoma trajetória ascendente, alcançando em 2019 participação semelhante àquela observada em 2002, início da série. A relativa estabilidade da participação industrial de Camaçari éposta para reafirmar a condição consolidada que o município possui na estrutura econômica que dá forma ao Eixo Produtivo BR-324, reafirmando como aspecto distintivo a elevada concentração da sua atividade econômica em alguns poucos municípios.

Gráfico 9 – Participação da indústria de Camaçari na economia do município



Fonte: Elaborado pelo autor (2025) com base em SEI (2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2019)

O Gráfico 9 reforça a condição de cidade industrial posta para o município. A série iniciada em 2002 registra a impressionante participação da indústria na atividade econômica camaçariense, participando com aproximados 70% entre os anos 2002 e 2010, apresentando uma queda nos três anos seguintes, contudo mantendo a participação da indústria na economia do município sempre acima dos 50%.

Por fim, nota-se que a série, finalizada em 2019, naturalmente, não captura o encerramento das atividades do CIFN em Camaçari, fato ocorrido em janeiro de 2021. Registra-se que o encerramento das atividades do Complexo Industrial Ford

Nordeste em Camaçari impõe a necessidade de atualização dos dados que compuseram a série que serviu de fonte para a elaboração dos Gráficos 8 e 9.

3.1.7 Conceição do Jacuípe: a indústria nos anos 2000

Essa penúltima subseção foi exclusivamente dedicada à análise do emergir industrial que vem caracterizando o município de Conceição do Jacuípe desde o início dos anos 2000. O tratamento singular dispensado ao município está fortemente ancorado no rápido e vigoroso crescimento da sua indústria e impõe-se como relevante na perspectiva de que o fenômeno observado possa ser replicado em outros municípios da região que, a princípio, possuiriam características semelhantes àquelas inicialmente percebidas em Conceição do Jacuípe.

Conceição do Jacuípe localiza-se na Região Metropolitana de Feira de Santana, dista 97 Km de Salvador, sua principal via de acesso se faz através da BR-101 e faz divisa com Feira de Santana, Coração de Maria, Terra Nova, Amélia Rodrigues e Santo Amaro (como se pode perceber, todos integrantes do EPBR-324).

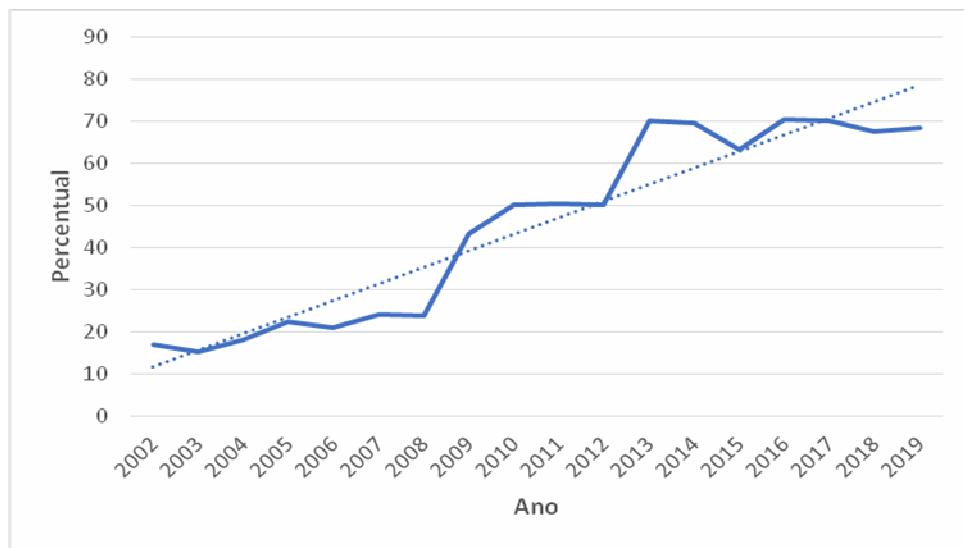
O Município de Conceição do Jacuípe, até o início dos anos 2000, caracterizava-se por ter a sua economia essencialmente voltada para as atividades primárias, o setor de serviço também se inseria na economia do município de modo relevante. Observando-se os percentuais das atividades econômicas do município para o ano de 2002, constatou-se que o setor primário contribuiu com 12,42% da atividade econômica do município, o setor secundário e terciário contribuíram, respectivamente, com 16,98% e 70,68%, destacando-se que os 16,98% da participação da indústria na atividade econômica do município em 2002 estavam significativamente abaixo da participação da indústria na economia do Estado, que em 2002 foi de 23,47%.

A produção industrial do município de Conceição do Jacuípe em 2002 representou apenas 0,18% da atividade industrial do Estado. A título de ilustração, a atividade da indústria Camaçariense foi mais de duzentas vezes superior àquela observada em Conceição do Jacuípe, essa relação seria profundamente alterada nos anos seguintes. Ao observar-se essa mesma relação para o ano de 2019, a

produção industrial realizada no município que abriga o polo petroquímico e a Ford¹¹, dentre tantas outras plantas industriais, apresentou uma atividade industrial aproximadamente sete vezes maior que aquela observada em Conceição do Jacuípe, numa clara demonstração do dinamismo da indústria do município da RMFS.

A transformação da estrutura econômica do município de Conceição do Jacuípe inicia-se em 2008, o Gráfico 10 ilustra essa evolução até 2019.

Gráfico 10 – Participação da indústria na atividade econômica de Conceição do Jacuípe



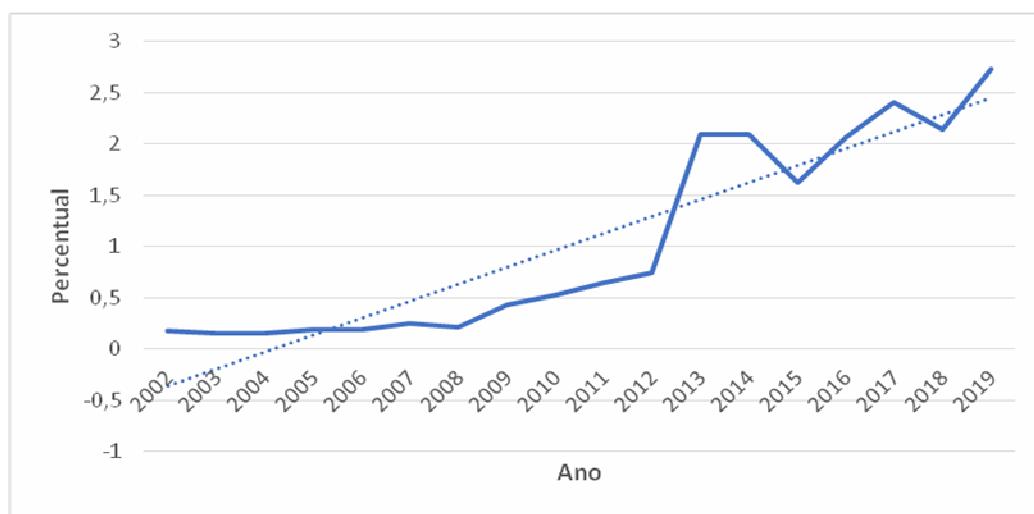
Fonte: Elaborado pelo autor (2025) com base em SEI (2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2019)

Conforme pôde-se perceber, a atividade industrial no município toma um impulso extraordinário a partir do ano de 2008. A participação da indústria, que não ultrapassava os 17% da atividade econômica do município em 2002, passou por um intenso processo de expansão da sua capacidade a partir dos anos 2008, quando esta já representava 23,83% da atividade econômica do município. Contudo, nada se igualaria à expansão observada nos cinco anos seguintes. A indústria de Conceição do Jacuípe tem a sua produção ampliada em aproximados 250%. A atividade secundária chegou a representar 70% de toda a atividade econômica do município entre os anos de 2013 e 2019.

¹¹ Números para 2019 - Registra-se a plena atividade da montadora Ford.

A Importância da nascente indústria no município baiano, refletiu-se, naturalmente, para além dos limites do município. A industrialização de Conceição do Jacuípe contribuiu de modo relevante para a composição da atividade industrial do Estado. O Gráfico 11 demostrou a evolução da participação da indústria conjacuipense em termos percentuais para a indústria da Bahia.

Gráfico 11 – Participação da indústria de Conceição do Jacuípe na atividade industrial estado



Fonte: Elaborado pelo autor (2025) com base em SEI (2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2019)

Conforme pôde-se perceber, a participação da indústria de Conceição do Jacuípe em 2002 na atividade industrial do Estado foi de aproximados 0,18%, esse patamar seria significativamente alterado nos anos seguintes. O Gráfico 11 registrou uma firme trajetória ascendente da participação da indústria conjacuipense a partir de 2008, significativamente robustecida após 2012, que culminou em aproximados 3% de participação na atividade industrial do Estado da Bahia em 2019. O fato relevante a determinar esse ponto de inflexão na economia do município foi a instalação da fábrica da Mondial, gigante dos eletroportáteis, no município, em 2006.

A Mondial é uma empresa nacional de capital fechado, líder no segmento de eletrodomésticos portáteis. A empresa começou as suas atividades no município paulista de Sorocaba, com a fabricação de ventiladores e liquidificadores. Dois anos depois, inaugurava uma fábrica no município de Camaçari, que foi posteriormente

transferida para o município de Conceição do Jacuípe, objeto de estudo dessa subseção.

Em operação desde 2006 no município, a Mondial está instalada em uma área superior a 240.000 m², onde encontra-se a sua fábrica, com área construída de 100.000 m² (Figura 4).

Figura 4 – Fábrica da Mondial em Conceição do Jacuípe



Fonte: Chiara (2021)

A importância da fábrica para a geração de empregos foi aspecto tomado de modo singular, as atividades da Mondial empregam aproximadamente 50% da população ativa do município. Em números, a fábrica emprega, hoje, aproximados 3.500 funcionários em sua unidade. As transformações sociais e econômicas oriundas da instalação da fábrica em Conceição do Jacuípe foram determinantes para a evolução da economia local, conforme revelou Candido (2017):

A cidade de conceição do Jacuípe era tipicamente agrícola onde a maioria das pessoas trabalhava no campo, e que agora têm a oportunidade de atuar na indústria... recebendo treinamento, carteira assinada, férias e demais direitos trazendo renda e mais qualidade de vida a população local.

Continua o autor: “[...] com a chegada da fábrica da Mondial, ... aconteceu uma evolução social e econômica naquela região. Logo surgiram os mercadinhos, lojas de roupas e vestuário, lojas de motocicletas e o comércio em geral” (Candido, 2017).

A fábrica da Mondial instalada em Conceição do Jacuípe é a maior produtora de eletroportáteis e *air fryers* do mundo fora da China. Líder no segmento de eletroportáteis, a empresa possui mais de 300 produtos em linha, divididos em cinco segmentos: ventilação, eletrônicos, ferramentas, cuidados pessoais e portáteis. Exporta para diversos países, dentre os quais destacaram-se Espanha, Emirados Árabes, África do Sul; tem, também, uma forte presença na América Latina, exportando para Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Colômbia.

A unidade de Conceição do Jacuípe é a maior e principal instalação da empresa, contudo a Mondial possui outras unidades, sendo uma na China em Guangzhou, outra na Zona Franca de Manaus, como também um departamento de design center e concepção de produtos localizado no município paulista de Barueri. Sobre esta última unidade, localizada no município paulista, Silva (2021) já ressaltava a importância de se desenvolver relações entre as indústrias da Região Metropolitana de Feira de Santana e as instituições de ensino superior e pesquisa instaladas na região, quando observou:

[...] utilizar do poder da educação no município de Feira de Santana através das universidades do município e das escolas técnicas tanto para fornecer mão-de-obra qualificada para a indústria, quanto para produzir inovação e tecnologia que gerem aumento da produtividade industrial.

Sobre o desenvolvimento de novos produtos e matérias-primas, observou-se a existência de cooperação técnica entre a Mondial e a Braskem. A Braskem fornece matéria-prima para a fabricação das *air fryers*. A gigante petroquímica, localizada no Polo Petroquímico de Camaçari, fornece resinas termoplásticas desenvolvidas especificamente para atender às necessidades mecânicas e estéticas de peças que demandam certas propriedades, tais quais, brilho e resistência térmica. A vantagem da parceria com a Braskem mostrou-se importante na medida em que a nacionalização do insumo possibilitou encurtamento dos prazos de entrega, a possibilidade de incorporar tecnologia – o que invariavelmente pode significar a possibilidade de desenvolvimento de novos produtos –, como também é aspecto relevante para o desenvolvimento da cadeia do plástico nos municípios do EPBR-324.

Outro aspecto a viabilizar a nacionalização no fornecimento do insumo, como também a fabricação em Conceição do Jacuípe de novos produtos, foi o estabelecimento de um novo patamar para o câmbio. A consolidação de um câmbio acima dos cinco reais, nos últimos anos, foi aspecto relevante para a decisão de se produzir em Conceição do Jacuípe produtos antes importados, conforme revelou o Chiara (2020):

[...] a empresa anunciou que iria fabricar no país batedeiras, ventiladores de grande porte... caixas de som e cooktops... “Com o dólar se consolidando acima dos R\$5, entrou no nosso radar a fabricação local de mais produtos”, afirma o sócio fundador da empresa, Giovanni Marins Cardoso.

A importância da taxa de câmbio como instrumento para a competitividade da indústria é aspecto exaltado por inúmeros economistas. Sobre o tema, Bresser-Pereira (2018, p. 44) afirma: “Uma taxa de câmbio apreciada no longo prazo torna a indústria do país não competitiva e desestimula seus investimentos, tornando-se um obstáculo ao crescimento”. E continua, sobre a importância da taxa de câmbio para a indústria: “[...] a taxa de câmbio funciona como um interruptor que liga ou desliga as empresas do mercado externo e também do mercado interno quando as tarifas de importação são baixas” (Bresser-Pereira, 2018, p. 56).

Como exemplo, o autor observou o ciclo cambial do país entre os anos 2007 e 2014, período em que a cotação do dólar flutuou em torno dos R\$2,80. Sobre a taxa de câmbio no período, disse: “[...] ao fazer seus cálculos de investimento, o empresário considera essa taxa de câmbio e verifica que com ela o investimento planejado não será competitivo, não obstante use a melhor tecnologia disponível, e não investe” (Bresser-Pereira, 2018, p. 56).

Dessa forma, ao que parece, a consolidação de uma taxa de câmbio a orbitar o valor de R\$5 por dólar, poderá constituir em um importante estímulo à ampliação da capacidade produtiva das indústrias, conforme registrou o fundador da Mondial ao revelar a intenção de expandir a produção da unidade fabril de Conceição do Jacuípe.

Para além da Mondial, o município de Conceição do Jacuípe registrou a existência (FIEB, 2015) de outras 36 unidades industriais. A análise individual dessas empresas permitiu algumas constatações. A primeira delas foi a de que

aproximadamente 65% dessas empresas se instalaram após a chegada da Mondial no município, o que pode sugerir que a presença da gigante dos eletroportáteis tenha, de alguma, forma estimulado novos investimentos na região.

O segundo aspecto observado foi a presença de oito indústrias relacionadas à cadeia do plástico, o que demonstra a relação de complementaridade entre essa fração da indústria conjacuipense e a indústria petroquímica instalada na Região Metropolitana de Salvador. Essa mesma relação também pode ser percebida na produção de fertilizantes encontrada no município, que tem na petroquímica da RMS a sua fonte de insumos.

O terceiro aspecto observado foi a presença significativa de empresas relacionadas à construção civil no município. Registraram-se 7 empresas desse segmento, todas instaladas após a chegada da Mondial. Destaca-se a MAM Engenharia, com aproximados 400 funcionários. Por fim, registrou-se a presença de 8 empresas relacionadas a atividades de apoio, dentre as quais se destacaram os serviços de manutenção industrial e coleta de resíduos.

O crescimento da população no período foi igualmente motivo de destaque. O município de Conceição do Jacuípe apresentou uma taxa de crescimento da sua população, entre os anos 2000 e 2021¹², de 28,39%, tendo a sua população de 26.194 habitantes, em 2000, saltado para 33.631 habitantes em 2021. O crescimento da população registrado no período supera aqueles observados para o Estado, que cresceu no mesmo período 14,65%, como também o observado para Salvador, que teve a sua população ampliada em 18,83% no mesmo período.

O dinamismo econômico observado em Conceição do Jacuípe também se refletiu no percentual da sua população ocupada. Dentre os dezoito municípios pertencentes ao EPBR-324, apenas Lauro de Freitas apresentou um percentual da sua população ocupada maior que o de Conceição do Jacuípe, ainda assim foi possível destacar que Conceição do Jacuípe apresentou o maior crescimento desse indicador entre os anos de 2019 (28,70%) e 2021 (30,40%), um incremento de 5,92%.

¹² IBGE Cidades – População estimada.

Dessa forma, o destaque dado ao município de Conceição do Jacuípe foi posto pela singularidade com que a sua economia e, de modo mais específico, a sua atividade industrial emergiram nos últimos anos. As transformações econômicas e sociais em curso no município, fruto desse dinamismo, podem e devem ser melhor observadas na perspectiva de serem replicadas em outras municipalidades que, por serem vizinhas e por oferecerem condições semelhantes àquelas inicialmente encontradas em Conceição do Jacuípe, em tese poderiam ser capazes de seguir uma trajetória semelhante de desenvolvimento.

3.1.8 A Infraestrutura a corroborar o sentido orgânico ao EPBR-324

Essa última subseção tem o objetivo de destacar o papel das infraestruturas postas na região e como dão força à ideia central desse trabalho.

A importância da infraestrutura para o desenvolvimento econômico e social foi e continua sendo objeto de estudo de inúmeros economistas e não economistas. Quanto a sua definição e importância para o desenvolvimento, Nurkse (1957, p. 172) observou:

Se há um lugar determinado para a atividade do governo no campo do investimento, este é, com aprovação quase geral, nas obras e serviços públicos essenciais, desde as rodovias e ferrovias até os sistemas telegráficos e telefônicos, usinas de força, obras hidráulicas e, finalmente, mas não menos importantes, escolas e hospitais. [...] Notamos que, na ausência dessas facilidades básicas, existentes nos países adiantados, a formação de qualquer quantidade de capital privado pode tornar-se decepcionantemente pequena.

Hirschman (1961, p. 131), ao estabelecer o conceito de Capital Fixo Social (CFS), define de modo funcional infraestrutura. Segundo o autor,

CFS é geralmente definido compreendendo os serviços básicos, sem os quais as atividades primária, secundária e terciária produtivas não podem funcionar. Num sentido mais amplo, inclui todos os serviços públicos, desde a justiça e a ordem, através da educação e saúde pública, até o transporte, comunicações, suprimento d'água e de energia, bem como o capital geral agrícola, tais sejam os sistemas de irrigação e de drenagem (Hirschman, 1961, p. 131).

Contudo, o autor observa a existência de um núcleo para o conceito, destacando “atividades diretamente produtivas”, dentre as quais transportes e energia.

Destacada a importância da infraestrutura para o desenvolvimento econômico e social, observar as infraestruturas presentes no EPBR-324 será, doravante, o objetivo dessa subseção. Conforme enfatizado ao longo do trabalho, a região abriga aproximados 50% da atividade econômica do Estado, o que faz da infraestrutura presente nessa fração do território aspecto de necessário registro.

A primeira dessas infraestruturas, a própria BR-324, a principal rodovia do Estado e que, até bem pouco, era a única rodovia duplicada na Bahia. A BR-324 é posta como a infraestrutura a conectar os dezoito municípios que, juntos, definem os limites para a região proposta nesse trabalho. A sua importância define-se numa perspectiva orgânica, sistêmica, ou seja, é a infraestrutura que confere à região a noção de integralidade. A BR-324, dessa forma, corrobora fisicamente a construção intelectual, que é a concepção do Eixo Produtivo BR-324 enquanto espaço orgânico das relações econômicas e sociais. Nesse aspecto, deve-se, ainda, registrar uma série de entroncamentos rodoviários (entre os principais: BR-116, BR-101, BA-523, BA-093, BA-099), o que faz da região a mais bem provida deste modal no Estado e confere ao Município de Feira de Santana, limite ao norte do EPBR-324, a condição de maior entroncamento rodoviário do Nordeste.

O Aeroporto Internacional de Salvador – Deputado Luís Eduardo Magalhães, localizado em Salvador, destacou-se como o oitavo aeroporto do país em movimentação de passageiros. Os Portos de Salvador e Aratu, juntos responsáveis por mais de 95% da movimentação de navios (SEI, 2019) também são elencados como infraestruturas de grande porte que dão o necessário suporte à atividade econômica do Estado.

As infraestruturas de abastecimento de água e o índice de segurança hídrica da região (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, 2021) também se impõem como elementos importantes a serem destacados. Nesse ponto, observou-se a existência de uma grande infraestrutura que, através de um conjunto de represas, com natural destaque para a represa de Pedra do Cavalo, no Rio Paraguaçu, formam o sistema integrado de abastecimento de água da região.

A base instalada para oferta de gás natural na região foi outro aspecto relevante da infraestrutura registrada. A Companhia de Gás do Estado da Bahia (BAHIAGÁS), fornece o energético para os segmentos industrial, automotivo, comercial e residencial, atendendo, atualmente, a vinte e um municípios baianos. Dentre esses, doze pertencentes ao Eixo Produtivo BR-324: Salvador, Camaçari, Simões Filho, Candeias, Dias D'Ávila, Conceição do Jacuípe, Lauro de Freitas, São Francisco do Conde, Amélia Rodrigues, Santo Amaro, São Sebastião do Passé e Feira de Santana. Conforme pôde-se perceber, a infraestruturaposta na região para o fornecimento do energético atende aos municípios de Salvador, Feira de Santana e a outros dez municípios localizados entre esses dois extremos. Restando exclusos do fornecimento apenas seis municípios: Terra Nova, Antônio Cardoso, Coração de Maria, Madre de Deus, Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos. Compreende-se que a infraestrutura para o fornecimento do energético seja algo relevante e que deva ser compreendida como um elemento que proporcione à região alguma vantagem numa perspectiva locacional das estruturas produtivas, sobretudo aquelas industriais.

Assim sendo, procurou-se a Companhia de Gás da Bahia (BAHIAGÁS), com o propósito de verificar sobre a viabilidade técnica de se atender aos seis municípios do EPBR-324 exclusos do fornecimento. Em entrevista, o responsável pela área de expansão e novos negócios da Companhia revelou a total viabilidade técnica, inclusive ressaltou que as infraestruturas das redes de fornecimento instaladas ao longo da BR-324, estariam aptas a atender uma eventual demanda dos seis municípios até então não atendidos. Ressaltou, ainda que o fornecimento ainda não se faz presente exclusivamente por conta da inexistência de uma demanda mínima. Por fim, o representante da BAHIAGÁS ainda salientou que os investimentos necessários para essa específica ampliação da rede não representariam um problema de natureza financeira, dadas as condições de caixa da Companhia. Dessa forma, a infraestrutura para o fornecimento de gás foi tomada como um aspecto que reforça a noção de região econômica para o conjunto dos municípios que agregados dão forma ao Eixo Produtivo BR-324.

A presença de instituições de ensino superior é destacada como infraestrutura na perspectiva de “Capital Social Fixo” (Hirschman, 1961). Dentre as instituições de ensino superior, registraram-se: a Universidade Federal da Bahia (UFBA), criada em

1946; a Escola Baiana de Medicina, fundada em 1961; a Universidade Católica de Salvador (UCSal), criada em 1972; a Universidade Estadual da Bahia (UNEB), de 1983; e a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) de 1970. A. Sobre a importância dessas instituições, Almeida (2006) revelou:

Tais empreendimentos tiveram um múltiplo papel para a economia soteropolitana, qualificando a força de trabalho local, incrementando sua capacidade empreendedora e atraindo recursos públicos federais e estaduais.

Sobre os efeitos diretos dessas instituições para a capital, continua o autor:

[...] Salvador pôde dar continuidade a uma de suas mais tradicionais vocações: a acolhida de estudantes de outras regiões, que contribuíam para dinamizar não apenas a vida econômica da cidade, mas, também, sua vida cultural. No final dos anos 1980, a Bahia contava com quase 50 mil estudantes matriculados no 3º grau, a esmagadora maioria dos quais concentrados em Salvador.

Ainda sobre o ensino superior, quanto à titulação docente, destacou-se (SEI, 2017) a presença de 6.993 doutores no Estado da Bahia, dos quais 4.027 (57,5%) residentes em Salvador e 575 (8,22%) residentes em Feira de Santana; para mestres, o Anuário Estatístico da Bahia (SEI, 2017) registrou 8.430 na Bahia, dos quais 4.668 (55,37%) em Salvador e 784 (9,3%) em Feira de Santana.

A pesquisa registrou, ainda, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), com unidades em diversos municípios do EPBR-324 (Salvador, Feira de Santana, Camaçari, Lauro de Freitas, Santo Amaro, São Francisco do Conde, Dias D'Ávila e Candeias).

A infraestrutura em saúde (CSF) na região segue, de modo um pouco mais tênue, a tendência de concentrar-se na RMS, principalmente em Salvador e em Feira de Santana. O número total de leitos observados no Estado (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2016) foi de 28.904, dos quais 10.328 leitos localizaram-se no EPBR-324 (35,73%), destacando-se 7.861 leitos em Salvador e 1.358 leitos em Feira de Santana. Quanto aos hospitais públicos, registraram-se três hospitais federais no Estado, todos em Salvador; 42 hospitais públicos da rede estadual no Estado, sendo 19 em Salvador, 3 em Feira de Santana, 1 em Camaçari e 1 em Lauro de Freitas.

Compreendendo-se a prestação jurisdicional como serviço público essencial (Hirschman, 1961), observou-se que o Estado da Bahia possui 203 comarcas da justiça comum nos seus 417 municípios. Essa relação é substancialmente alterada ao observar-se que nos 18 municípios do Eixo Produtivo BR-324 apenas 4 deles não são comarcas da Justiça Comum (Madre de Deus, Antônio Cardoso, Conceição da Feira e Coração de Maria). Ainda em relação à prestação jurisdicional, constatou-se que a Justiça do Trabalho está presente em seis municípios dos 18 que compõem EPBR-324 (Salvador, Camaçari, Candeias, Simões Filho, Santo Amaro e Feira de Santana).

Por fim, registram-se algumas considerações sobre as infraestruturas acima elencadas, em grande parte caracterizadas por uma pesquisa descritiva/quantitativa: (1) entende-se que a pesquisa não esgota as infraestruturas postas na região; (2) não se pretendeu revelar a noção de que as infraestruturas acima descritas sejam adequadas e/ou suficientes para atender as demandas socioeconômicas da região; (3) pretendeu-se, tão somente, se estabelecer, assertivamente, que, independentemente de qualquer insuficiência ou mesmo inadequação, as infraestruturas postas no Eixo Produtivo BR-324 são as mais robustas dentre as existentes no restante do território baiano.

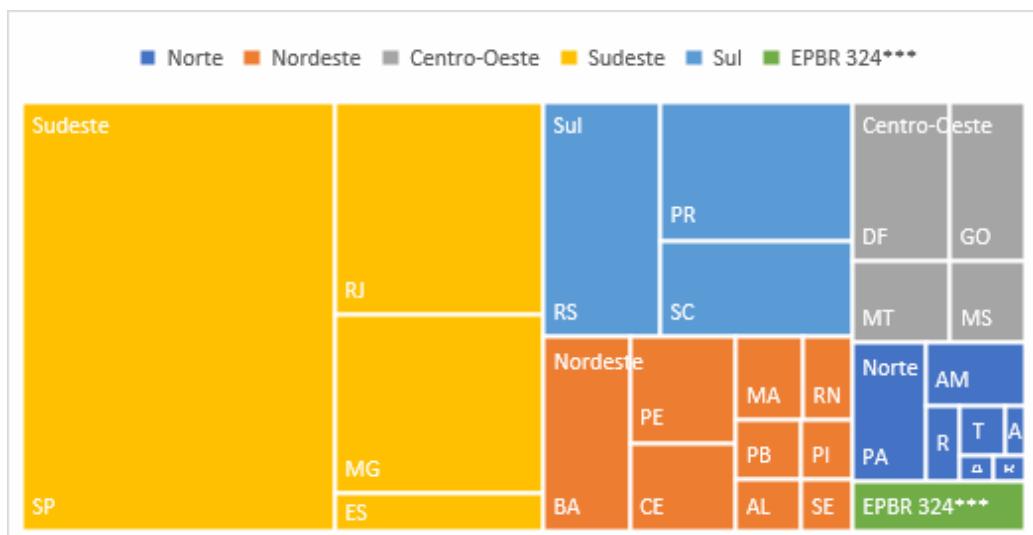
4 EIXO PRODUTIVO BR-324: ORGANIZAÇÃO HIERÁRQUICA DA PRODUÇÃO

Esta seção é composta por duas subseções em que se discutem, respectivamente, aspectos relacionados à *Concentração Econômica* e ao *quantum produzido nos municípios da região* e às *Disparidades Estruturais*. Observou-se que a organização e a localização da área da produção econômica seguem uma disposição hierárquica no Eixo Produtivo BR-324.

No propósito de se estabelecer uma compreensão para região dentro de uma perspectiva hierárquica da localização da produção, somam-se aos aspectos anteriormente analisados comparações que podem oferecer um reforço argumentativo quanto à defesa do que se propõe: estabelecer o entendimento de que o EPBR-324 pode perfeitamente ser identificado como uma região.

Fosse o EPBR-324 uma unidade da Federação, seria algo próximo à décima terceira economia do país (Anexo A). A atividade econômica realizada na região seria maior que a observada no Estado do Mato Grosso do Sul e a mesma observação é possível ao se comparar com a atividade econômica realizada no Estado do Amazonas. Ainda a título de comparação, a atividade econômica realizada no EPBR-324 equivaleria à soma dos produtos internos dos estados do Mato Grosso do Sul e Tocantins (Treemap 5).

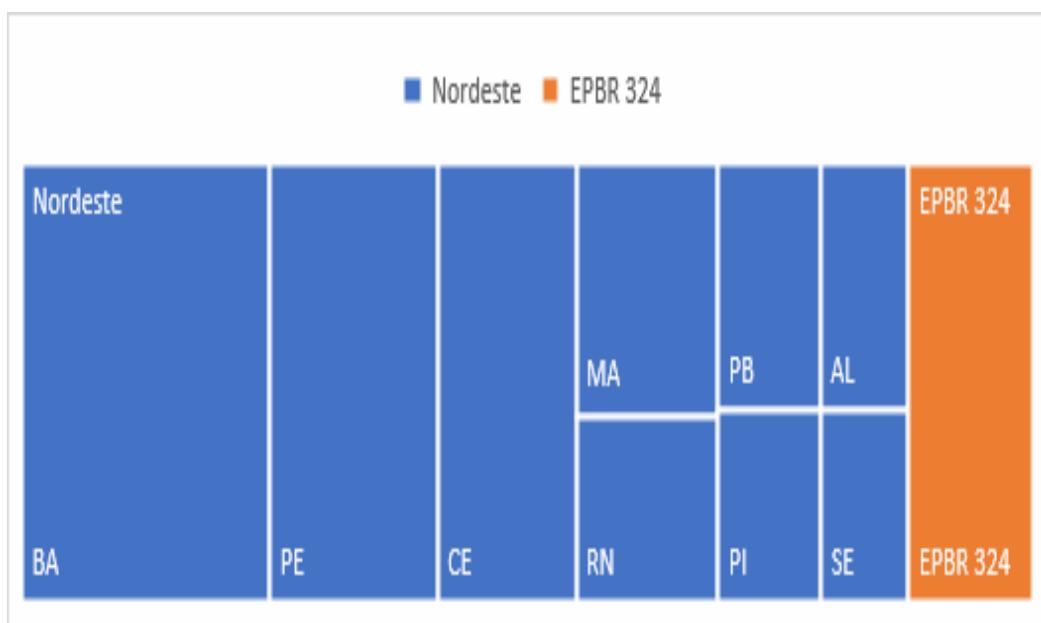
Treemap 5 – Mapa PIB região/estados (EPBR 324)



Fonte: IBGE (2021)

Se as mesmas comparações forem feitas tomando apenas os estados da Região Nordeste, o EPBR-324 seria a quarta maior economia da região, atrás apenas da Bahia (maior PIB do Nordeste), de Pernambuco e do Ceará (Treemap 6). A comparação também poderia ser feita com a soma das economias dos estados do Rio Grande do Norte, Piauí e Sergipe, que apresentariam juntas uma atividade econômica ligeiramente maior que o observado para o EPBR-324.

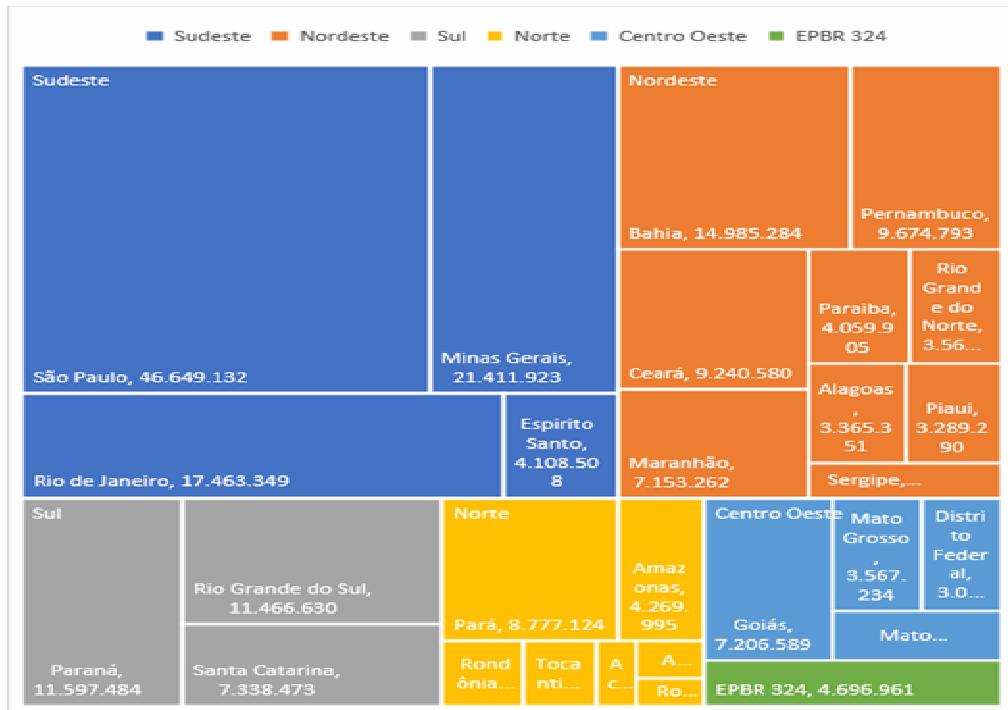
Treemap 6 – PIB Estados do Nordeste com a representação do EPBR 324



Fonte: IBGE (2021)

O tamanho da sua população é outro elemento a corroborar a importância de uma compreensão de região para o EPBR-234. De modo semelhante às comparações realizadas anteriormente, fosse o EPBR-324 uma unidade da federação (Anexo B), teria a décima terceira maior população dentre as vinte e sete unidades da federação. O EPBR-324 possuiria uma população ligeiramente maior que aquelas tomadas individualmente nos estados do Amazonas, Espírito Santo e da Paraíba e significativamente maior que a do Distrito Federal, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (Treemap 7).

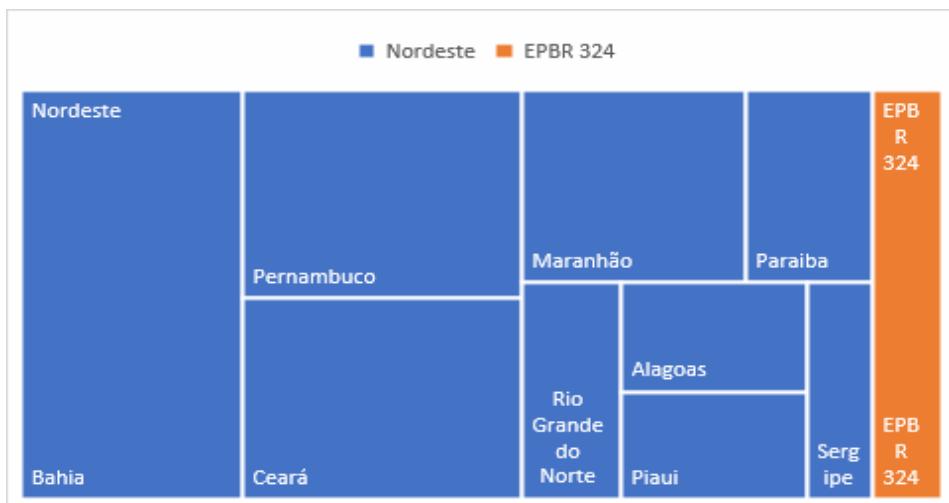
Treemap 7 – Mapa da população por região e estados com a representação do EPBR 324



Fonte: IBGE (2021)

Mantendo-se os mesmos parâmetros das comparações anteriores, tomando-se apenas os estados nordestinos, teria o espaço a que se devota esse estudo a quinta maior população da região Nordeste (Treemap 8), ficando atrás, apenas, do próprio estado da Bahia, além dos estados de Pernambuco, Ceará e Maranhão.

Treemap 8 – Mapa população estados do Nordeste (EPBR 324)



Fonte: IBGE (2021)

4.1 CONCENTRAÇÃO ECONÔMICA

A primeira percepção ao analisarmos os números tabulados neste trabalho, foi a constatação de como a atividade econômica, especialmente a atividade industrial, foi concentrada no Estado. Os números não dão margem à dúvida quanto à elevada concentração da atividade econômica na Região Metropolitana de Salvador. Feira de Santana, na condição de segunda maior concentração populacional do Estado, naturalmente também ofereceu números expressivos quanto a sua participação na atividade econômica, destacou-se, ainda, a emergente produção da indústria de Conceição do Jacuípe.

Como se pôde perceber, foi o desenrolar do processo iniciado pela chegada da Petrobrás nos anos 1950 e encadeado pelas implantações do Centro Industrial de Aratu, nos anos 1960, do Polo Petroquímico de Camaçari, nos anos 1970, do Centro industrial do Subaé, também nos anos 1970, do Projeto Amazon (Ford), no início dos 2000, e pela estrutura industrial que emergiu em Conceição do Jacuípe, também nos anos 2000, mais especificamente a fábrica da Mondial, que possibilitou o estabelecimento das condições para a concepção proposta neste trabalho: a noção de um Eixo Produtivo tendo Salvador e Feira de Santana como limites a definir uma região composta por dezoito municípios ligados através da BR-324. Este trabalho ainda elencou, como elementos conformativos ao Eixo Produtivo BR-324, um amplo conjunto de infraestruturas que corroboraram a noção postulada de região para o conjunto dos municípios quando tomados de modo agregado.

Feita a breve revisão histórica da formação econômica da região, analisar a atividade econômica realizada pelos dezoito municípios que compõem a região se constitui no passo seguinte para se compreender a dinâmica das relações econômicas e sociais existentes, que estabelecem as relações hierárquicas entre os municípios que compõem o EPBR-324. A análise das economias dos municípios integrantes do Eixo Produtivo BR-324 forneceu uma importante aproximação quanto às dimensões das atividades econômicas empreendidas na região. Registraram-se os valores absolutos adicionados em milhões de reais realizados por cada um dos municípios tomados nesse estudo. Os valores adicionados por cada município (Quadro 1) foram apresentados desagregados nas seguintes atividades: agropecuária, indústria e serviços.

Os municípios ora agregados caracterizaram-se por possuir dinâmicas distintas quanto aos aspectos relacionados a suas atividades econômicas, o que pode ser percebido como uma estrutura hierárquica a definir as relações internas entre os municípios da região. A análise do Quadro 1 permitiu constatar diferenças significativas quanto ao menos dois aspectos econômicos do conjunto. O primeiro e mais evidente diz respeito às dimensões das suas atividades econômicas e, naturalmente, quanto aos valores adicionados por cada um desses municípios à economia do Estado, a relevância de alguns desses municípios é evidente. O segundo aspecto refere-se à participação de cada setor para a composição da atividade econômica dos municípios, ou seja, ao aspecto relacionado às estruturas das suas economias. Nesse ponto, é possível perceber que, invariavelmente, o setor serviço é o mais relevante, de modo oposto, o setor primário se revela como o de menor peso. Quanto ao setor secundário, a indústria, este insere-se com grande relevância para alguns municípios.

Quadro1 – Valores absolutos adicionados pelos municípios do eixo produtivo BR-324

Bahia - Municípios Selecionados	Valor Adicionado (R\$ milhões)		
	Agropecuária	Indústria	Serviços
Bahia	17.488,12	56.013,54	127.392,28
Salvador	43,61	6.733,85	39.290,86
Camaçari	14,58	10.556,08	7.855,13
Candeias	11,7	1.629,02	1.724,95
Dias d'Ávila	2,39	1.763,57	921,42
Lauro de Freitas	1,88	1.160,22	3.616,35
São Francisco do Conde	12,45	4.499,83	2.201,32
Simões Filho	7,87	1.435,23	2.351,19
Madre de Deus	2,29	59,26	260,901
São Sebastião do Passé	16,95	188,2	236,95
Santo Amaro	54,99	195,24	304,78
Terra Nova	6,06	24,34	27,385

Feira de Santana	53,83	2.483,35	8.057,25
Antônio Cardoso	6,04	4,08	42,235
Conceição da Feira	31,41	73,05	91,088
Coração de Maria	14,17	18,22	61,17
Conceição do Jacuípe	35,34	1.534,28	536,77
São Gonçalo dos Campos	24,9	189,31	452,753
Amélia Rodrigues	33,14	25,9	140,395
Somatório	373,6	32.573,03	68.172,90

Fonte: SEI (2019)

A relevância econômica de cada município, tomado isoladamente, pode ser melhor percebida quando observada a sua posição no *ranking* das maiores economias do Estado (Quadro 2).

Quadro 2 – *Ranking* PIB do município na atividade econômica do estado

Municípios	Ranking PIB do Estado	Municípios	Ranking PIB do Estado
Salvador	1°	Santo Amaro	47°
Camaçari	2°	Terra Nova	271°
Candeias	10°	Feira de Santana	3°
Dias d'Ávila	16°	Antônio Cardoso	282°
Lauro de Freitas	6°	Conceição da Feira	111°
São Francisco do Conde	4°	Coração de Maria	173°
Simões Filho	8°	Conceição do Jacuípe	19°
Madre de Deus	66°	São Gonçalo dos Campos	37°
São Sebastião do Passé	54°	Amélia Rodrigues	104°

Fonte: IBGE (2019)

Vejam-se algumas observações preliminares baseadas nos dados apresentados na Quadro 2:

- i. A relevância econômica dos municípios localizados nos dois extremos do Eixo Produtivo BR 324, Salvador e Feira de Santana, que ocupam respectivamente a primeira e a terceira colocações;
- ii. Dos dezoito municípios analisados, sete encontram-se entre as dez maiores economias do Estado, em ordem: Salvador, Camaçari, Feira de Santana, São Francisco do Conde, Lauro de Freitas, Simões Filho, Candeias (à exceção de Feira de Santana, todos pertencentes a RMS);
- iii. a existência de duas estruturas produtivas distintas, a primeira e de maior relevância, aquela perfeitamente identificada como sendo a Região Metropolitana de Salvador e outra, de relevância econômica menor, associada em grande parte à Região Metropolitana de Feira de Santana;
- iv. uma terceira observação relevante, e já referida neste trabalho, a significativa posição de Conceição do Jacuípe no *ranking*;
- v. apenas cinco municípios não participam do primeiro quartil do *ranking* das maiores economias da Bahia, quais sejam: Terra Nova, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Coração de Maria e Amélia Rodrigues.

4.1.1 Concentração econômica – Serviços

Os dados revelaram a forte prevalência do setor serviços na composição da estrutura econômica dos municípios pesquisados. A Tabela 3 registrou a participação percentual de cada setor nas economias municipais. Salvador destaca-se dentre todos os municípios com o maior percentual do setor serviços na composição da sua economia, 87,72%.

Tabela 3 – Composição percentual atividade econômica (Municípios EPBR-324)

Bahia - Municípios Selecionados	Composição Relativa do PIB Bahia - Municípios Selecionados)			
	Agropecuária%	Indústria%	Serviços%	TOTAL%
Bahia	8,71	27,88	63,41	100
Salvador	0,08	12,2	87,72	100
Camaçari	0,07	53,32	46,61	100
Candeias	0,31	42,92	56,77	100
Dias d'Ávila	0,08	59,06	40,86	100
Lauro de Freitas	0,03	20,74	79,23	100
São Francisco do Conde	0,17	62,83	37	100
Simões Filho	0,18	33,1	66,72	100
Madre de Deus	0,48	12,49	87,03	100
São Sebastião do Passé	2,76	30,6	66,64	100
Santo Amaro	7,02	24,92	68,06	100
Terra Nova	5,55	22,29	72,15	100
Feira de Santana	0,43	19,64	79,94	100
Amélia Rodrigues	11,32	8,85	79,83	100
Conceição do Jacuípe	1,58	68,63	29,79	100
Conceição da Feira	11,2	26,04	62,77	100
Coração de Maria	7,52	9,67	82,81	100
São Gonçalo dos Campos	3,11	23,61	73,28	100

Fonte: SEI (2019)

A elevada participação dos serviços na economia soteropolitana reflete os aspectos históricos da sua formação, dentre os quais pode-se perfeitamente identificar: (1) os aspectos relacionados a sua condição de capital do Estado; (2) como, também, o intenso movimento migratório vivido a partir dos anos 1960, em decorrência do processo de industrialização ocorrido nos municípios vizinhos, o que se refletiu no aumento da sua população e no acelerado processo de urbanização.

Quanto ao tamanho da população Clark (2010) nos revela:

Muita gente se surpreende com o fato de que diversas atividades – provavelmente a maioria delas, numa comunidade moderna – se beneficiam do aumento populacional. Com efeito, a maior parte das operações econômicas de uma comunidade moderna é efetuada de tal modo que, se houvesse um aumento da população e da dimensão do mercado, a organização se tornaria mais econômica e a produtividade por indivíduo aumentaria em vez de diminuir.

Conforme Silva (2008):

O crescimento do setor industrial na Bahia não aconteceu sozinho. Além dos serviços empresariais, naturalmente solicitados, com as grandes empresas produtoras de bens intermediários, surge também uma nova classe média urbana que, por sua vez, principalmente em Salvador, gerou o desenvolvimento do comércio e o surgimento de inúmeras pequenas e medianas empresas de serviços.

Verificou-se nesta pesquisa que os projetos industriais realizados nos municípios de Simões Filho, Candeias e sobretudo Camaçari não proveram as estruturas urbanas adequadas para recepcionar a força de trabalho empregada na construção e operação dessas indústrias. Esse fenômeno foi destacado por Rômulo Almeida (Souza; Assis, 2006, p. 370):

Se a gente tivesse lá um núcleo urbano previamente instalado, teríamos custos menores de implantação e o pessoal mais satisfeito; e, depois, aquelas casas iriam servir para o pessoal de operação. Aqui não se cuidou da questão urbana nem antes nem depois da implantação do projeto, e o resultado foi que Camaçari abrigou quem, em regra, não tinha emprego no Polo, porque o pessoal melhor qualificado do Copec ficou morando em Salvador.

Registra-se similar dinâmica para o município de Lauro de Freitas, que apresenta uma participação de 79,23% do setor serviços na sua atividade econômica. Lauro de Freitas, como um fruto da expansão imobiliária da capital, se caracterizou, em grande medida, por apresentar-se como uma continuidade territorial da Capital. Essa percepção está fortemente amparada na estrutura viária da avenida Luís Viana Filho (Avenida Paralela) e atualmente pelo Corredor Metroviário da Avenida Paralela.

Scheinowitz (1998) apontou as motivações que levaram à expansão urbana em direção a Lauro de Freitas. Segundo o autor, a opção se deu inicialmente em função do crescimento de Salvador apontar em direção ao norte, contudo ainda destaca como motivo a facilidade de acesso, por não depender do sistema *ferry-boat*, e o aspecto especulativo quanto à compra de terrenos a preços razoáveis.

Feira de Santana, o outro extremo do EPBR-324, também se caracterizou por apresentar na estrutura da sua atividade econômica grande relevância no setor serviços, 79,94%. Essa significativa participação do setor serviços na composição da economia feirense reflete a sua vocação para o beneficiamento dos produtos oriundos da agropecuária, como também a sua localização estratégica, muito

adequada para abrigar serviços de distribuição e logística, soma-se, por óbvio, a intensa atividade comercial que é uma característica histórica do município.

Ainda sobre o setor serviços na composição das economias municipais em estudo, observa-se que os demais municípios da Região Metropolitana de Salvador, apesar de apresentarem valores adicionados robustos para o setor serviços, exibem valores relativos significativamente menores, a explicação está nas pujantes atividades industriais desses municípios. Insere-se nesse grupo o município de Conceição do Jacuípe, pertencente a RMFS, caracterizado por possuir em sua estrutura econômica uma significativa participação industrial. Essa constatação pode ser facilmente percebida, também, nos municípios de Camaçari, Candeias, Dias d'Ávila, São Francisco do Conde e Simões Filho. Os demais municípios apontados, notadamente aqueles pertencentes à Região Metropolitana de Feira de Santana, caracterizaram-se por apresentar valores adicionados significativamente menores ao setor serviços, o que, sem dúvida, é reflexo dos tamanhos das suas economias e populações (Tabela 4).

Quanto à participação dos serviços para a economia do Estado (Tabela 7), os municípios de Salvador e Feira de Santana, naturalmente, se revelaram como os dois centros de maior relevância, tendo participado, respectivamente, com 26,47% e 5,53% de todo o valor adicionado aos serviços do Estado. Seguidos por Camaçari, Lauro de Freitas, São Francisco do Conde, Simões Filho, Candeias e Dias D'Ávila. A somatória dos valores adicionados aos serviços realizados pelos oito municípios acima relacionados foi de 81.120,42¹³ de um total de 84.463,15¹⁴ produzido pelo EPBR-324, o que demonstra a elevada concentração dessa atividade econômica na Região Metropolitana de Salvador (RMS) acrescida do município de Feira de Santana. Os números relativos aos serviços adicionados pelos dezoito municípios destacados representaram aproximadamente 46,16% de todo o setor serviço do Estado. Contudo, tomando-se a somatória dos oito municípios acima destacados, observa-se que adicionam 44,13% ao setor serviços do Estado e 96,04% dessa atividade no EPBR-324.

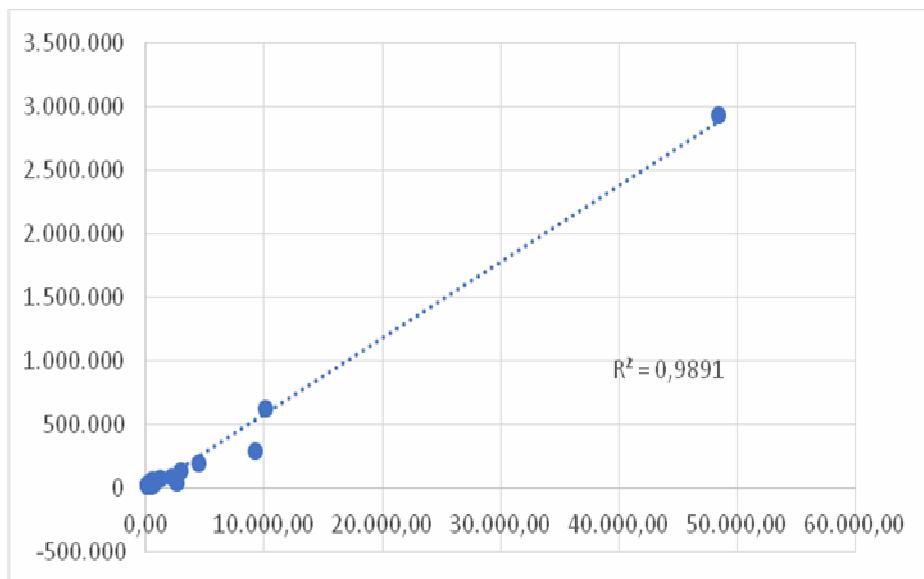
¹³ Em milhões de reais

¹⁴ Em milhões de reais

Tamanha concentração impôs a necessidade de destacar a diminuta participação dos dez demais municípios integrantes do EPBR-324, que contribuíram apenas com 3,96% do que foi produzido pelo referido agrupamento e não mais que 1,83% do valor adicionado aos serviços na composição da atividade econômica do Estado.

A concentração da atividade econômica do setor serviços está fortemente correlacionada com a concentração demográfica dos municípios analisados, conforme pode-se perceber pelo Gráfico 12. Destacam-se os coeficientes de determinação ($R^2 = 0,9891$) e correlação ($R = 0,994$).

Gráfico 12 – Tamanho da população associado ao tamanho do setor serviço



Fonte: Elaborado pelo autor com base em SEI (2019)

Por fim, destaca-se, como já revelado anteriormente, que o Eixo Produtivo BR-324, apesar de abrigar 30,69% da população do Estado, participa com aproximadamente 46,16% do setor serviços do mesmo, em um firme postulado de que uma área organizada para produzir em maior escala provavelmente proporcionará uma produtividade mais elevada por unidade de trabalho.

Tabela 4 – População dos municípios do eixo produtivo BR-324

Municípios	População	Área (km ²)	Densidade demográfica (hab./km ²)	% População do Estado
Estado da Bahia	15.276.566	564.830,60	27,05	
Salvador	2.938.092	693,3	4237,84	19,23%
Camaçari	292.074	784,7	372,21	1,91%
Candeias	89.271	258,4	345,48	0,58%
Dias D'Ávila	79.401	184,2	431,06	0,52%
Lauro de Freitas	194.641	57,7	3373,33	1,27%
São Francisco do Conde	39.790	262,9	151,35	0,26%
Simões Filho	134.674	201,2	669,35	0,88%
Madre de Deus	20.689	32,2	642,52	0,14%
São Sebastião do Passé	45.660	538,3	84,82	0,30%
Santo Amaro	61.836	492,9	125,45	0,40%
Terra Nova	13.527	198,9	68,01	0,09%
Feira de Santana	622.639	1.338,00	465,35	4,08%
Antônio Cardoso	12.200	294,5	41,43	0,08%
Conceição da Feira	22.840	162,9	140,21	0,15%
Coração de Maria	23.961	348,2	68,81	0,16%
Conceição do Jacuípe	33.624	117,5	286,16	0,22%
São Gonçalo dos Campos	37.634	300,7	125,15	0,25%
Amélia Rodrigues	26.424	173,5	152,3	0,17%
SOMATÓRIO/EPBR 324	4.688.977	6.440,00	728,1	30,69%

Fonte: SEI (2016)

Os números relativos aos serviços adicionados pelos dezoito municípios do EPBR-324 representaram aproximadamente 46,00% de todo o setor serviços realizado no Estado, tendo Salvador participado com aproximados 26% dessa atividade. Tamanha concentração pode ser significativamente ampliada ao somarmos os serviços realizados em Feira de Santana (5,53%). Como pôde ser percebido, apenas esses dois municípios participaram com mais de 30% de todo o setor serviços da economia baiana.

Tamanha concentração revelou o impacto das atividades econômicas e os seus efeitos sobre essa fração do território baiano. Dessa forma, Salvador e Feira de Santana (principalmente Salvador) podem ser perfeitamente tomadas como lugares centrais. A Teoria dos Lugares Centrais trata das relações das cidades e o seu entorno, ou seja, a questão da centralidade exercida pelo lugar. As cidades possuem

hierarquias diferentes e os seus níveis hierárquicos são determinados pelas funções que essas exercem. Conforme pôde ser percebido, Salvador e Feira de Santana se destacaram por apresentar as maiores populações, uma condição importante para o estabelecimento de certas atividades econômicas, notadamente aqueles serviços mais especializados e sofisticados.

Preto (2013) destaca: “[...] locais centrais podem ser divididos em níveis principal e intermediários, ou seja, locais que assumem funções parciais do próximo nível superior.” O município de Salvador assume essa posição hierárquica superior seguido do município de Feira de Santana que, mesmo em uma posição hierárquica inferior, ofereceu serviços especializados em diversas áreas, dentre as quais serviços de saúde complexos e educação superior. Já Lauro de Freitas, como uma conurbação do município de Salvador, e dada a sua estrutura urbana, insere-se realizando parcialmente funções hierárquicas do nível superior (Salvador), demonstrando alguma sensibilidade às economias de aglomeração.

4.1.2 Concentração econômica – Indústria

A atividade industrial realizada no Eixo Produtivo BR-324 foi percebida como o principal elemento a estabelecer as bases que conformaram a região proposta neste estudo. Alguns municípios se destacaram pela forte presença da atividade industrial em sua matriz produtiva, dentre os quais sobressaíram-se: São Francisco do Conde (62,83%), Camaçari (53,32%), Dias D’Ávila (59,06%), Candeias (42,92%), Simões Filho (33,10%) e São Sebastião do Passé (30,60%), todos localizados na Região Metropolitana de Salvador. Registra-se, contudo, os valores robustos adicionados por Camaçari, Salvador e São Francisco do Conde (Quadro 2). Quanto à Região Metropolitana de Feira de Santana, destacou-se a emergente atividade industrial observada em Conceição do Jacuípe, que tem na sua indústria 68,63% da sua atividade econômica, como também anota o representativo valor adicionado por Feira de Santana, de 2.483,35¹⁵.

¹⁵ (em R\$ milhões)

Ainda foi possível verificar que, dentre os dezoito municípios que juntos compõem o EPBR-324, apenas sete destes possuem participação relativa da indústria menor que aquela observada para o Estado (27,88%): Salvador, Lauro de Freitas, Feira de Santana, Madre de Deus, Amélia Rodrigues, Coração de Maria, Antônio Cardoso. Contudo, deve-se ressaltar os números absolutos robustos observados nos três primeiros, registrados no Quadro 1 e Tabela 3.

Tabela 5 – Composição atividade econômica dos municípios do EPBR-324

Bahia - Municípios Selecionados	% Agricultura PIB Estado	% Indústria PIB Estado	% serviço PIB Estado
Salvador	0,25	12,02	26,47
Camaçari	0,08	18,85	5,04
Candeias	0,07	2,91	1,18
Dias d'Ávila	0,01	3,15	0,67
Lauro de Freitas	0,01	2,07	2,42
São Francisco do Conde	0,07	8,03	1,45
Simões Filho	0,05	2,56	1,58
Madre de Deus	0,01	0,11	0,23
São Sebastião do Passé	0,1	0,34	0,22
Santo Amaro	0,31	0,35	0,29
Terra Nova	0,03	0,04	0,04
Feira de Santana	0,31	4,43	5,53
Amélia Rodrigues	0,19	0,05	0,13
Conceição do Jacuípe	0,2	2,74	0,36
Conceição da Feira	0,18	0,13	0,1
Coração de Maria	0,08	0,03	0,09
São Gonçalo dos Campos	0,14	0,34	0,32
Somatório	2,14	58,15	46,16

Fonte: SEI (2019)

A concentração industrial na Região Metropolitana de Salvador foi aspecto relevante observado neste trabalho. Conforme visto, foi fruto de um processo histórico de decisão política. A implantação da Refinaria Landulfo Alves Mataripe (RLAM) no município de São Francisco do Conde, nos anos 50, marcou o início

desse processo, encadeado pelas implantações do Centro Industrial de Aratu (CIA), na década de 60, nos municípios de Simões Filho e Candeias, seguido da implantação do Polo Petroquímico de Camaçari, na década de 70. Novo fluxo significativo de investimento só se registraria no início dos anos 2000, com o Complexo Ford Nordeste. Para a Região Metropolitana de Feira de Santana, o aspecto relevante, também já observado, foi o emergir industrial de Conceição do Jacuípe.

A Tabela 5 trouxe a participação relativa dos municípios em cada um dos três setores desagregados em relação à economia do Estado. Pode-se perceber que os municípios que compõem o EPBR-324 participaram com 58,15% de toda a produção industrial do Estado. Camaçari destacou-se participando com 18,85% de toda a atividade industrial do Estado, seguido de Salvador com 12,02%, São Francisco do Conde com 8,03%, Feira de Santana 4,43%, Candeias 2,91%, Dias d'Ávila 3,15%, Conceição do Jacuípe 2,74% e Simões Filho 2,56%.

Por sua vez, a atividade industrial apresentou números ainda mais expressivos quanto a sua concentração. Destaca-se a soma do valor adicionado à indústria realizado pelos municípios do EPBR-324, que juntos participaram com mais de 58% de toda a atividade industrial do Estado. Contudo, ao observar-se a atividade da indústria realizada nos municípios do EPBR-324 localizados na RMS (Salvador, Camaçari, Candeias, Dias d'Ávila, Lauro de Freitas, São Francisco do Conde, Simões Filho, Madre de Deus e São Sebastião do Passé), esses participaram com 50,03% de toda a atividade industrial do Estado da Bahia. Somando-se aos 50,03% da participação da produção industrial desses municípios os 7,17% realizados em Feira de Santana e Conceição do Jacuípe, esses localizados na RMFS, o total da produção industrial atinge a soma de 57,20%, restando aos demais municípios do EPBR-324 uma participação de aproximadamente 0,95% do valor adicionado à produção industrial do Estado da Bahia. A pequena participação dos outros sete municípios (Santo Amaro, Terra Nova, Amélia Rodrigues, Conceição da Feira, Coração de Maria, São Gonçalo dos Campos e Antônio Cardoso) no valor adicionado à indústria, apenas 0,95%, foi posta em relevo com a finalidade de explicitar a necessidade de intervenções similares àquela observada no município de Conceição do Jacuípe.

A concentração econômica da RMS é característica bastante conhecida e muito bem observada, conforme Guerra, Teixeira e Araújo (2011):

No que tange a concentração espacial, a RMS continua com forte predominância, pois nela se localizam os grandes empreendimentos químico e metalúrgico e a indústria automotiva¹⁶ e sua cadeia de fornecedores. O peso da RMS é também marcante na geração de empregos formais ... a RMS concentra mais da metade desses empregos, apesar de ter, aproximadamente, apenas 25% ¹⁷da população do estado.

A análise dos dados econômicos permitiu, com clareza, observar o *locus* onde a produção se realizou com maior intensidade. A produção industrial está fortemente localizada e concentrada nos municípios da Região Metropolitana de Salvador, somada à produção realizada no município de Feira de Santana e, mais recentemente, àquela observada no município de Conceição do Jacuípe. Conforme foi colocado na introdução, essa concentração foi determinada por uma série de investimentos industriais que possibilitou a instalação de importantes empresas que, ao desenvolverem a economia da RMS, também contribuíram com a sua concentração.

4.2 DISPARIDADES ESTRUTURAIS E HIERARQUICAS

O Eixo Produtivo BR-324, apesar de representar uma fração relativamente pequena do Território do Estado da Bahia e de possuir uma atividade econômica bastante relevante, aproximadamente 50% da atividade econômica do Estado, apresentou significativas disparidades estruturais entre os seus municípios. A análise das Tabelas 6 e 7 , permitiu constatar aspectos relevantes a distinguir os municípios pertencentes ao EPBR-324.

¹⁶ Registra o encerramento das operações do Complexo Ford em Camaçari.

¹⁷ O EPBR324 possui aproximadamente 30% da população do estado.

Tabela 6 - PIB per capita, salário médio mensal, percentual da população ocupada

Bahia - Municípios Selecionados	PIB per capita	Salário Médio Mensal Trabalhadores Formais	Percentual População Ocupada
Bahia	19.324,00		
Salvador	22.232,68	3,4	28,70%
Camaçari	81.105,66	3,6	27,10%
Candeias	50.279,23	3,1	19,70%
Dias d'Ávila	36.526,22	2,8	20,00%
Lauro de Freitas	33.059,94	1,7	58,50%
São Francisco do Conde	225.290,31	5,2	23,10%
Simões Filho	43.740,28	2,2	29,70%
Madre de Deus	23.019,15	4	14,30%
São Sebastião do Passé	14.504,51	3	15,20%
Santo Amaro	13.628,51	1,9	9,70%
Terra Nova	8.907,66	1,6	11,20%
Feira de Santana	24.074,06	1,9	21,90%
Antônio Cardoso	9.395,63	1,4	5,50%
Conceição da Feira	12.009,80	1,8	9,40%
Coração de Maria	7.586,96	1,5	9,20%
Conceição do Jacuípe	68.300,94	1,8	28,70%
São Gonçalo dos Campos	27.516,55	1,9	18,50%
Amélia Rodrigues	12.394,40	1,8	12%

Fonte:IBGE (2021)

A Região Metropolitana de Salvador caracterizou-se, nesta pesquisa, como o motor a tracionar a economia do Estado. O PIB per capita de todos os municípios do EPBR-324 pertencentes a RMS, excluso São Sebastião do Passé (Tabela 6), foram significativamente maiores que o PIB per capita do Estado. Nesse particular, destacou-se o município de São Francisco do Conde, onde localiza-se a Refinaria Landulfo Alves Mataripe¹⁸ (RLAM), seguido do município de Camaçari, que abriga o maior Polo Petroquímico do hemisfério sul e o Complexo Ford Nordeste¹⁹, e dos municípios de Candeias e Simões Filho, esses últimos também com forte participação da indústria em suas economias e sítio do Centro Industrial de Aratu.

Contudo, ao observar-se o PIB per capita dos municípios mais próximos a Feira de Santana, a constatação é bem diferente daquela observada na RMS, o que reforça a existência de diferenças estruturais relevantes no grupo analisado. Além

¹⁸ Recentemente vendida pela Petrobras ao Fundo Árabe Mubadala.

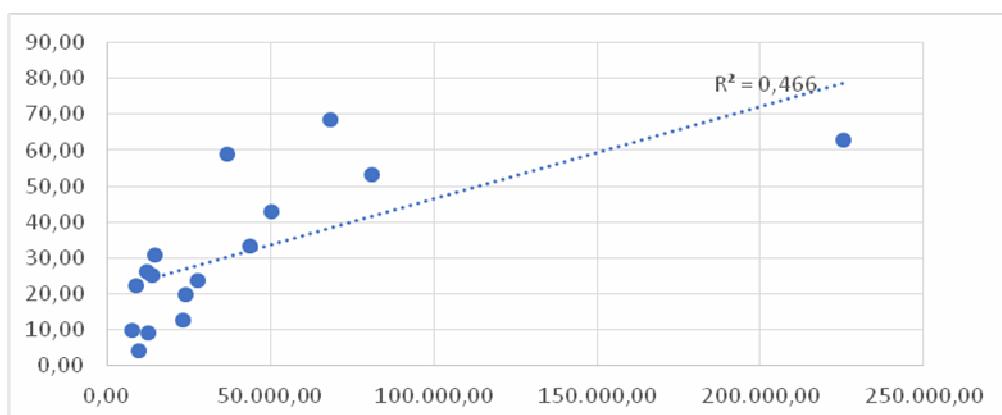
¹⁹ Os números são de 2019.

de Feira de Santana, apenas dois municípios (São Gonçalo dos Campos e Conceição do Jacuípe) apresentaram PIB per capita superior ao do Estado. Esses municípios, com natural destaque para Feira de Santana e Conceição do Jacuípe, possuem uma certa capacidade industrial instalada e, no caso de Feira de Santana, uma forte economia de serviços dentro de um robusto mercado consumidor. Os demais municípios desse grupo apresentaram números sensivelmente menores se comparados aos municípios da RMS, dentre os quais destacam-se os municípios de Terra Nova, Antônio Cardoso, Coração de Maria e Amélia Rodrigues, todos com PIB *per capita* aproximadamente 50% menor que a média do Estado.

Postula-se que a inexistência de investimentos industriais significativos nesses municípios possa explicar as diferenças observadas nos indicadores de PIB per capita, salário médio mensal e percentual da população ocupada. Conforme pôde-se perceber, este trabalho registrou apenas dois movimentos industriais relevantes na RMFS: o Centro Industrial de Subaé (CIS), em Feira de Santana, e a fábrica da Mondial, em Conceição do Jacuípe.

A seguir, foram apresentados gráficos que estabeleceram as relações entre os percentuais relativos às atividades industriais de cada município, associadas ao PIB per capita (Gráfico 13), Salário Médio Mensal (Gráficos 14 e 15) e População Ocupada (Gráfico 16). Por meio dessas associações, procurou-se perceber a existência de possíveis correlações. A identificação de uma dinâmica econômica distinta para Salvador e Lauro de Freitas, fortemente associada ao setor serviços, impôs a exclusão desses dois municípios nas associações representadas nos referidos gráficos.

Gráfico 13 – Percentual da indústria associada ao PIB per capita



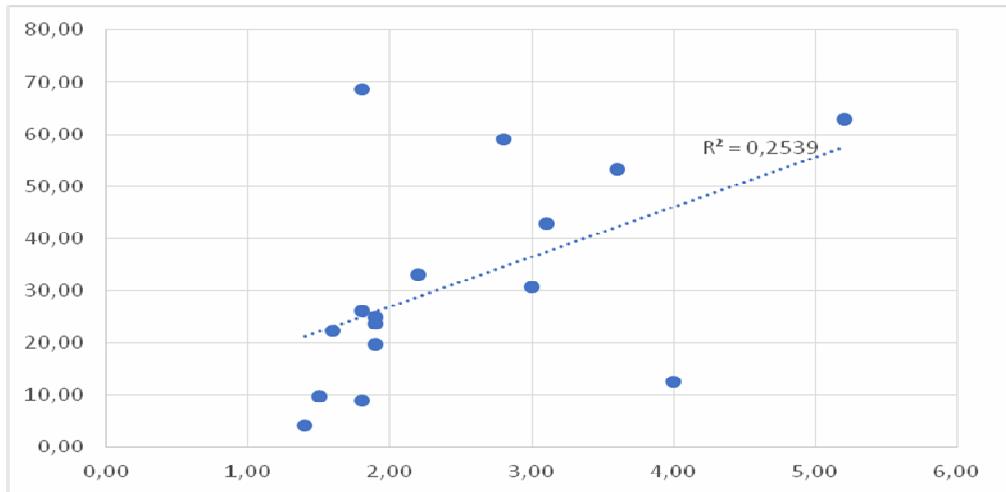
Fonte: Elaborado pelo autor (2025) com base em IBGE (2021) e SEI (2023)

O Gráfico 13 representa a associação entre a participação relativa da indústria na economia dos municípios e o seu PIB per capita. Conforme pode ser percebido no gráfico, essa relação apresentou uma moderada correlação positiva ($R = 0,682$) entre a participação relativa da indústria e a renda per capita dos municípios²⁰ do Eixo Produtivo BR324, tendo o seu Coeficiente de Determinação $R^2 = 0,466$ a explicar essa relação. A proposição de que uma maior participação da indústria na economia do município proporciona níveis maiores no seu PIB per capita revelou-se aceitável. Essa constatação é utilizada para corroborar a ideia de que as diferença locacionais da atividade industrial entre os municípios do Eixo Produtivo BR-324 se constitui em aspecto relevante para a explicação das diferenças estruturais encontradas na região e reflete posições hierárquicas nas relações sociais e econômicas.

As Associações entre a participação relativa da indústria na economia do município e o salário médio mensal dos trabalhadores (Gráfico 14) foi outro indicativo a corroborar a existência de diferenças estruturais nos municípios do EPBR-324. Os municípios da RMS apresentaram indicadores substancialmente melhores que os municípios mais próximos a Feira de Santana. O salário médio mensal na RMS foi, em média, 50% maior que os observados nos demais municípios. Essa diferença salarial é tomada para reafirmar a noção da existência de uma hierarquia na estrutura econômica do EPBR-324, em que Salvador representou o nível hierárquico superior. Os municípios intermediários, além de desempenharem funções parciais do nível superior, se destacaram por abrigar uma robusta atividade industrial. O nível hierárquico mais baixo caracterizou-se pela presença de uma série de aspectos próprios a distingui-los, como: (1) uma pequena população, (2) baixa ou inexistente atividade industrial e (3) uma participação relativa maior da atividade primária.

²⁰ A análise exclui os municípios de Salvador e Lauro de Freitas

Gráfico 14 – Percentual da indústria associada ao salário médio trabalhadores formais dos municípios

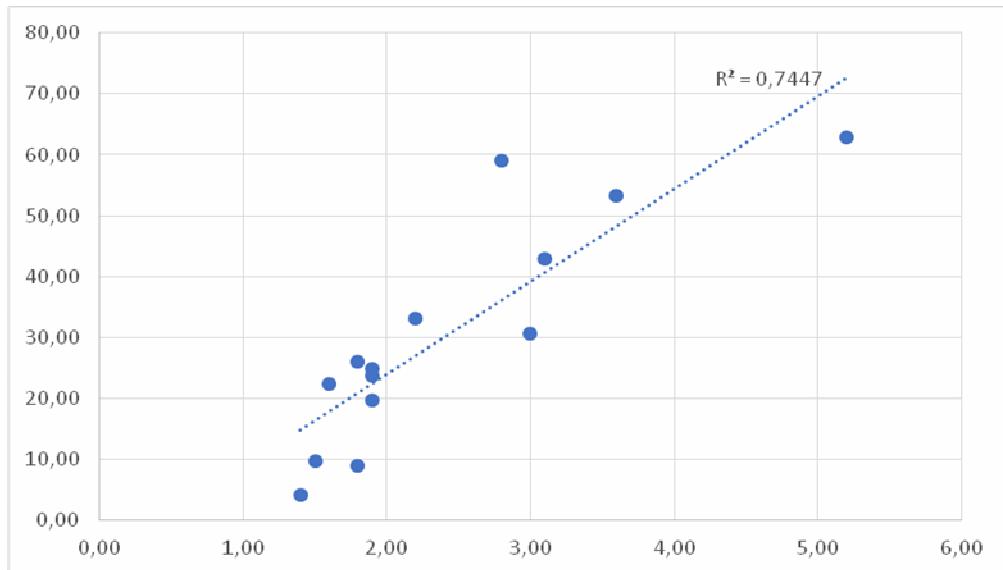


Fonte: Elaborado pelo autor (2025) com base em IBGE (2021) e SEI (2023)

Pode-se perceber pelo Gráfico 14 que a correlação entre a participação percentual da atividade industrial e o salário médio mensal dos trabalhadores formais não se revelou consistente quanto a sua força (0,2539). O R^2 indica que essa associação explica pouco mais de 25% dessa relação. Contudo, a análise mais detida dos dados permitiu observar dois elementos relevantes que perturbam o postulado de que uma forte atividade industrial deva produzir salários mais elevados. A primeira observação se refere à elevada participação do setor serviços (87,03%) na estrutura produtiva de Madre de Deus, que ao refletirem as atividades portuárias realizadas no município, proporcionaram a segunda maior média para os salários formais, conforme pode ser observado na Tabela 6. A segunda observação foi a relação inversa entre a forte participação da atividade industrial (68,63%) no município de Conceição do Jacuípe e o salário médio mensal dos trabalhadores formais, de apenas 1,8 salário mínimo. Postula-se que essa diferença deva estar associada ao fato de que a industrialização observada nesse município é fato relativamente novo e, dessa forma, ainda não transbordou os seus efeitos virtuosos para o mercado de trabalho local.

Assim sendo, o Gráfico 15 apresenta a mesma associação feita no Gráfico 14, excluindo, contudo, os dois municípios destacados, Madre de Deus e Conceição do Jacuípe.

Gráfico 15 – Percentual da indústria associada ao salário médio trabalhadores formais dos municípios

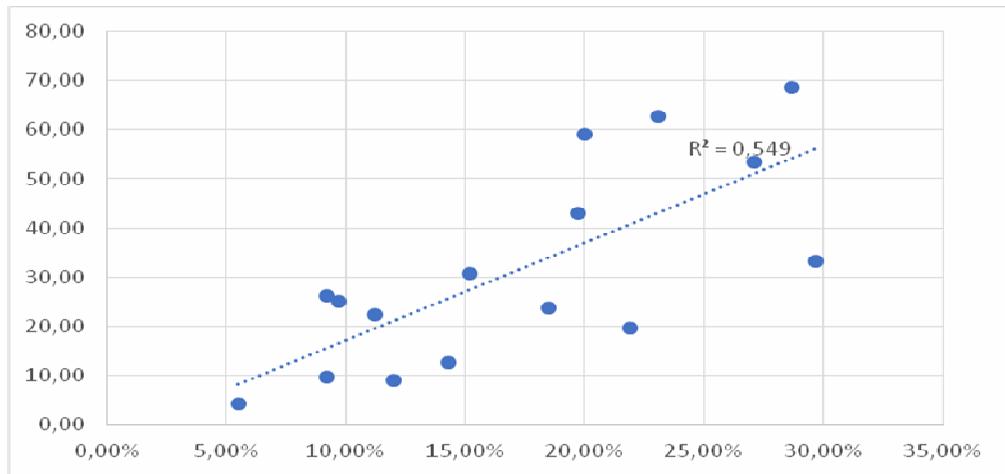


Fonte: Elaborado pelo autor (2025) com base em IBGE (2021) e SEI (2023)

Conforme pode-se perceber no Gráfico 15, a participação percentual da indústria apresentou um R^2 que explica 74,47% do salário médio mensal dos trabalhadores formais. Dessa forma, a associação entre a participação percentual da indústria na economia do município e o salário médio mensal dos trabalhadores formais apresentou uma forte correlação positiva, de 0,8629, reforçando o postulado de que uma maior participação do setor industrial na economia deve proporcionar um nível salarial mais elevado.

Quanto ao percentual da população ocupada, pôde-se perceber que localiza-se de modo mais relevante na Região Metropolitana de Salvador e nos municípios de Feira de Santana e Conceição do Jacuípe. Seguindo a mesma orientação das duas análises anteriores, o Gráfico 16 apresentou a associação entre o percentual da atividade industrial do município e o percentual da população ocupada.

Gráfico 16 – Participação percentual da indústria associada ao percentual da população ocupada dos municípios



Fonte: Elaborado pelo autor (2025) com base em IBGE (2021) e SEI (2023)

Conforme pôde-se perceber no Gráfico 16, a participação percentual da indústria na atividade econômica dos municípios apresentou um percentual significativo a explicar o percentual da população ocupada, o que pode ser percebido pelo valor do coeficiente de determinação ($R^2 = 0,549$). Quanto ao coeficiente de correlação, a associação entre os dois indicadores apresentou uma forte correlação positiva de 0,740.

As três associações apresentadas acima corroboram a ideia de que o Eixo Produtivo BR-324 tem a sua estrutura produtiva hierarquizada em ao menos três níveis hierárquicos básicos. Naturalmente, essa perspectiva representa tão somente uma simplificação das relações sociais e econômicas presentes na Região.

As cidades de hierarquia superior funcionam como nós centrais de uma rede e naturalmente exercem um papel de comando. Tal posicionamento é reflexo de fatores econômicos, sociais e político-institucionais. Dentre as principais características a determinar as posições hierárquicas das cidades, pode-se elencar:

- i. tamanho da população – maior número de habitantes em relação às outras cidades do seu entorno;
- ii. variedade de bens e serviços – oferece serviços e bens não encontrados nas cidades do entorno;

- iii. área de influência – tem a capacidade de atrair consumidores de cidades distantes;
- iv. serviços complexos – oferece serviços mais sofisticados (exemplo: atividades financeiras);
- v. economias de escala – permite a redução de custos e o aumento da eficiência;
- vi. economias de aglomeração – a conectividade entre diversas empresas e instituições possibilita sinergias e promove a inovação;
- vii. acessibilidade – a localização estratégica e a presença de infraestrutura de transporte;

As características acima destacadas, uma vez combinadas, definem a posição hierárquica das cidades. Dessa maneira, a sua posição pode serposta em função da robustez de fatores econômicos, sociais e políticos.

No caso dos municípios do EPBR-324, o nível hierárquico principal está representado pelos municípios de Salvador, seguido pelo município de Feira de Santana. Esses dois municípios caracterizaram-se por abrigar estruturas mais robustas da administração pública (inclusive do judiciário), sede de importantes empresas, como também centralizaram a oferta de serviços relativamente mais complexos e sofisticados. A presença de algumas infraestruturas de grande porte, observadas nos dois municípios, reforçaram as suas posições superiores na hierarquia regional. Conforme registrado nesse trabalho, destacou-se a presença de universidades, institutos de pesquisa, serviços especializados em saúde e infraestrutura aeroportuária.

O próximo nível hierárquico (intermediário), ainda que exerça parcialmente atividades do nível superior, caracterizou-se por abrigar de modo mais intenso as atividades industriais. Os municípios de Camaçari, Candeias, Simões Filho e São Francisco do Conde, todos localizados na Região Metropolitana de Salvador, e o município de Conceição do Jacuípe, na Região Metropolitana de Feira de Santana, se inserem nesse nível hierárquico intermediário. O nível intermediário possui função estratégica, uma vez que funciona como elemento de ligação entre as cidades maiores e as pequenas cidades. As cidades de nível intermediário caracterizam-se por exercer uma significativa influência regional, normalmente atraindo a população

de cidades menores em busca de compras, serviços e entretenimento. Outro aspecto bastante relevante encontrado em cidades de nível intermediário é a presença de centros industriais, que, conforme pode-se perceber, caracterizaram os municípios acima relacionados.

O terceiro nível hierárquico (inferior), caracterizou-se por apresentar uma baixa participação da indústria e uma maior atividade do setor primário em suas estruturas produtivas. Dentre esses municípios, destacaram-se: Antônio Cardoso, Amélia Rodrigues e Coração de Maria. As cidades de ordem inferior caracterizam-se por apresentar uma pequena população, limitada oferta de bens e serviços, área de influência restrita e ausência de atividades complexas. A sua importância relaciona-se principalmente com a organização do espaço rural. Conforme anotado nesse trabalho, características presentes nos municípios acima relacionados.

Outros dois indicadores relevantes para a compreensão das diferenças estruturais dos municípios do EPBR-324 foram revelados na Tabela 7.

Tabela 7 - Coeficiente de Gini e índice de desenvolvimento humano

Bahia - Municípios Selecionados	Coeficiente de Gini	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)
Bahia	0,6278	0,66
Salvador	0,64	0,759
Camaçari	0,55	0,694
Candeias	0,51	0,691
Dias d'Ávila	0,53	0,676
Lauro de Freitas	0,65	0,754
São Francisco do Conde	0,52	0,674
Simões Filho	0,53	0,675
Madre de Deus	0,56	0,708
São Sebastião do Passé	0,55	0,712
Santo Amaro	0,57	0,646
Terra Nova	0,46	0,578
Feira de Santana	0,61	0,712
Antônio Cardoso	0,5	0,561
Conceição da Feira	0,48	0,634
Coração de Maria	0,57	0,592
Conceição do Jacuípe	0,53	0,663
São Gonçalo dos Campos	0,57	0,627
Amélia Rodrigues	0,46	0,666

Fonte: IBGE (2021) e DATASUS (2022)

O primeiro deles, o Coeficiente de Gini, é um clássico indicador para medir a concentração da renda. O segundo, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), um indicador que tem a sua base de cálculo formulada a partir de três indicadores básicos: o produto interno bruto per capita, o grau de escolaridade e a expectativa de vida. O IDH varia de 0 (zero) a 1 (um), quanto mais próximo de 1, maior a qualidade de vida.

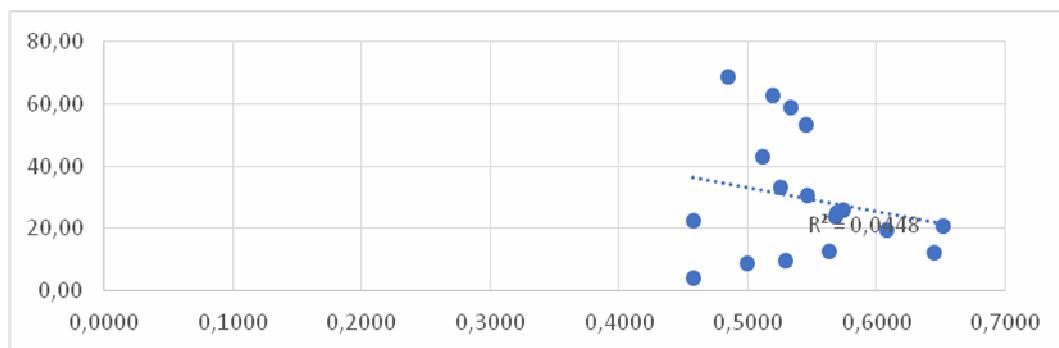
Quanto à concentração da renda, medida pelo Coeficiente de Gini, postula-se que a desigualdade econômica deva diminuir à medida em que a complexidade econômica aumenta. Nesse trabalho, reconhecem-se as atividades da indústria como sendo as mais complexas numa relação bastante simplificada entre os outros dois setores analisados, a agropecuária e o setor de serviços.

Gala (2017) demonstra de maneira robusta que países mais complexos apresentam menores níveis de desigualdade social medidos por coeficientes de Gini:

O aumento da complexidade permite um desenvolvimento econômico com mais inclusão, contribuindo para criar circuitos virtuosos de desenvolvimento cultural, social e tecnológico que se retroalimentam e formam uma rede produtiva mais sustentável (Gala, 2017, p. 115).

Ao identificar a indústria, dentre os setores analisados, como o setor moderno e, por sua vez, de maior complexidade, esperou-se encontrar uma correlação negativa entre o percentual da indústria nas matrizes econômicas dos municípios do EPBR-324 e os seus respectivos coeficientes de Gini. O Gráfico 17 ofereceu essa associação.

Gráfico 17 – Participação percentual da indústria associada ao coeficiente de Gini dos municípios



Fonte: Elaborado pelo autor (2025) com base em IBGE (2021) e SEI (2023)

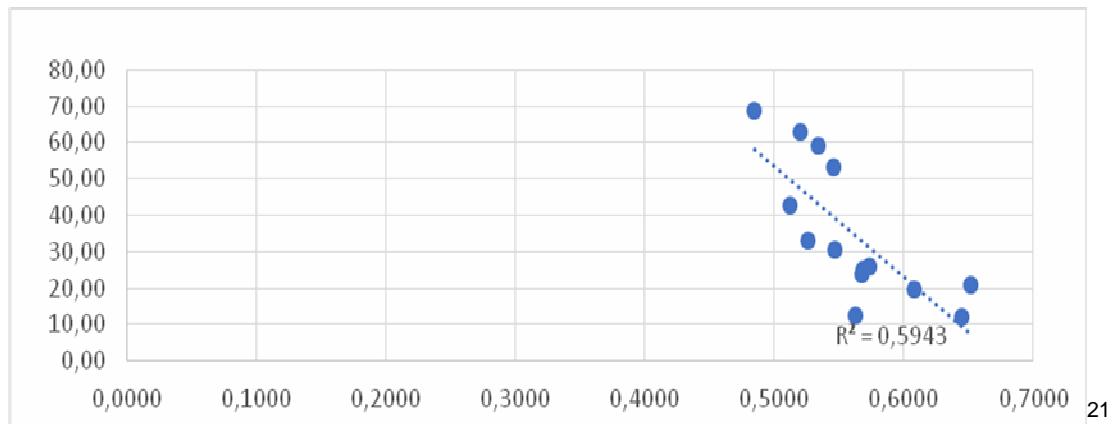
Conforme pode-se perceber no Gráfico 17, a participação percentual da indústria associada ao coeficiente de Gini apresentou um coeficiente de determinação ($R^2 = 4,48\%$) extremamente baixo. Dessa forma não explicando a relação. O que também pode ser observado pelo coeficiente de correlação extremamente baixo, de apenas 0,211.

Contudo, a análise atenta dos dados que geraram o Gráfico 17 suscitou uma proposição, no mínimo, interessante. Quatro municípios (Antônio Cardoso, Coração de Maria, Terra Nova e Amélia Rodrigues) apresentaram indicadores a confrontar fortemente o postulado de uma relação inversa entre uma matriz econômica mais complexa e a concentração da renda, nesse trabalho expresso pela relação entre a participação percentual da indústria na matriz econômica do município e o seu coeficiente de Gini. A percepção foi a de que esses quatro municípios, por ainda não terem recepcionado investimentos industriais minimamente relevantes, possuem uma estrutura distributiva mais homogênea da pobreza, o que lhes confere um menor grau na concentração da renda. Gala (2017) oferece uma explicação para o aspecto observado quando nos diz:

O caminho para a evolução da complexidade pode ser bastante tortuoso. Do ponto de vista regional, o aumento da complexidade e da produtividade sempre resulta em aumento da desigualdade num primeiro momento. A região que experimenta um aumento da complexidade dá um enorme salto de renda em relação as regiões que não passaram por esse processo.

O Gráfico 18 demonstra a mesma relação do Gráfico 17, contudo exclui os quatro municípios, que, como visto, destoavam do postulado de que uma maior participação da atividade industrial se correlacionaria de modo inverso com o coeficiente de Gini.

Gráfico 18 – Participação percentual da indústria associada ao coeficiente de Gini dos municípios



Fonte: Elaborado pelo autor (2025) com base em IBGE (2021) e SEI (2023)

O Gráfico 18 não permitiu margem a dúvida quanto à forte correlação negativa entre os índices associados. O coeficiente de determinação ($R^2 = 59\%$) ofereceu uma significativa explicação. Quanto ao coeficiente de correlação ($R = -0,77$), apresentou uma forte correlação negativa, corroborando o postulado de uma relação inversa entre a indústria, neste trabalho tomado como setor de maior complexidade, e a concentração da renda, expressa pelo Coeficiente de Gini.

Dentre os indicadores observados na Tabela 7, o Índice de Desenvolvimento Humano²² (IDH) é revelador ao reforçar a percepção das diferenças estruturais existentes. Como pôde ser percebido, todos os municípios pertencentes à Região Metropolitana de Salvador possuem IDH acima da média estadual (IDH Bahia 0,660). Os destaques observados foram os municípios de Salvador e Lauro de Freitas, com 0,759 e 0,754 respectivamente. De modo oposto, os municípios mais próximos a Feira de Santana apresentaram IDH relativamente mais baixo. As exceções positivas, mais uma vez, foram os municípios de Feira de Santana (IDH 0,712) e Conceição do Jacuípe (IDH 0,663), que, como demonstrado, passou por um intenso processo de industrialização nas duas últimas décadas.

²¹ Exclusos os municípios de Antônio Cardoso, Coração de Maria, Amélia Rodrigues e Terra Nova.

²² O IDH utilizado é o disponível no site do IBGE, referente ao último censo demográfico (2010).

Os municípios localizados na RMS notabilizaram-se por um processo de industrialização que conformou as suas relações sociais e econômicas que, dessa forma, bem definiu os aspectos que determinaram as suas posições na hierarquia regional. O IDH desses municípios, conforme anotado na Tabela 7, foi elemento a corroborar a noção do processo de industrialização anotado nesse trabalho.

As posições hierárquicas estabelecidas entre os municípios do EPBR-342 situam-se além dos limites do processo de industrialização ocorrido na região. O trabalho elencou diversos aspectos que, agregados, explicaram as relações de centralidade exercidas por Salvador e Feira de Santana, limites extremos do EPBR-324, como também observou a heterogeneidade espacial conferida ao conjunto dos municípios que compõem o Eixo Produtivo BR 324, aferindo as suas respectivas relevâncias dentro da inserção regional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados neste trabalho ofereceram elementos que reforçam a compreensão de que o potencial econômico do EPBR-324 está em grande parte concentrado nos principais municípios pertencentes à Região Metropolitana de Salvador, acrescida dos municípios de Feira de Santana e Conceição do Jacuípe. Contudo, o estudo percebeu que as potencialidades econômicas da região estão postas de modo a possibilitar um desenvolvimento mais equânime, principalmente para aqueles municípios que ainda não experimentaram um processo de industrialização minimamente significativo em suas economias.

Ao perceber-se o *locus* da atividade econômica relevante, concentrada nos principais municípios da RMS acrescidos de Feira de Santana e Conceição do Jacuípe, estabeleceu-se uma indagação natural: qual o motivo para inserirem-se outros sete municípios (Santo Amaro, Terra Nova, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Coração de Maria, São Gonçalo dos Campos e Amélia Rodrigues) que, do ponto de vista das suas atividades econômicas, apresentaram números significativamente menores. A resposta de certa forma já foi dada na introdução e ao longo do trabalho, contudo, uma explicação, ou melhor, uma justificação se impôs nas considerações finais.

O ponto de partida, conforme já explicitado na introdução, foi o fato de esse grupo estar localizado entre os dois maiores centros populacionais e econômicos do Estado, Salvador e Feira de Santana, e, dessa forma, poderem, pelo menos teoricamente, estar inseridos em uma estrutura que os permitisse participar dos efeitos provenientes das aglomerações econômicas e demográficas que distinguem o espaço objeto deste trabalho. Convém reiterar que o EPBR-324 abriga aproximadamente 1/3 da população do Estado e 50% de toda a sua atividade econômica. Todos os municípios pertencentes ao EPBR-324 estão às margens da BR-324, infraestrutura física a viabilizar o fluxo das relações econômicas e sociais da região, como também estão muito próximos (não mais que 100Km) dos dois maiores mercados consumidores do estado, Salvador e Feira de Santana. Dessa forma, pelo menos em tese, poderiam ser beneficiados pelos aspectos econômicos locacionais de natureza geográfica. Ainda, postulou-se como elementos dinamizadores não apenas as distâncias e os custos de transporte, mas, também,

conforme apontado, um amplo conjunto de elementos infraestruturais que dão ao conjunto dos municípios um sentido orgânico.

O trabalho ainda realizou uma breve revisão sobre as teorias de localização econômica. Observou-se que a seleção dos municípios pertencentes ao EPBR-324 encontra um forte amparo nas Teoria da localização, e de modo mais assertivo na Teoria dos Lugares Centrais (TLC), ao observar que a distribuição das cidades segue uma lógica que ordena o espaço de modo a estruturá-lo hierarquicamente.

Por fim, esse trabalho sintetizou e relacionou as seguintes considerações finais:

- I) O Eixo Produtivo BR-324, região formada pelos municípios de Salvador, Camaçari, Lauro de Freitas, Simões Filho, Dias D'Ávila, Candeias, São Francisco do Conde, Madre de Deus, Santo Amaro, São Gonçalo dos Campos, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, São Sebastião do Passé, Terra Nova, Coração de Maria, Conceição do Jacuípe, Amélia Rodrigues e Feira de Santana, todos contíguos, equivale a 1,14% do território do Estado da Bahia. Ainda apresenta, como aspecto distintivo, ser responsável por aproximados 50% da atividade econômica do Estado e abrigar algo próximo de 30% da população baiana. A atividade econômica realizada no EPBR-324, como também o tamanho da sua população, apresentou dimensões semelhantes à de algumas unidades da federação, o que foi posto como elemento a corroborar a noção proposta de região, numa perspectiva “área-programa”, para o conjunto formado pelos dezoito municípios.
- II) A atividade econômica no Estado da Bahia está fortemente concentrada na Região Metropolitana de Salvador, destacando-se, também aquela realizada em Feira de Santana e Conceição do Jacuípe. O processo de conformação econômica da região foi assentado em uma espécie de tríade econômica, iniciada com as atividades de prospecção e refino de petróleo e pela chegada da Petrobras, nos anos 1950; seguidas da implantação do Centro Industrial de Aratu, nos anos 1960, e do Complexo Petroquímico de Camaçari, no final dos anos 1970. Destacou-se, também, na ordem cronológica, a implantação do Centro Industrial de Subaé, o Complexo Automotivo Ford Nordeste e a Mondial (esta última, no município de Conceição do Jacuípe).

- III) A conformação econômica da região foi percebida como fruto de um processo político-institucional de desenvolvimento planejado. Políticas de incentivo fiscal e investimentos em infraestruturas foram apontados como elementos cruciais para a viabilização da atividade industrial da região. Essa percepção está posta para apontar, de modo assertivo, que o EPBR-324 pode, perfeitamente, ser compreendido como uma área-programa, um espaço contíguo onde as partes possam interagir de modo orgânico e se organizarem a partir de uma decisão central, estabelecendo uma clara definição dos objetivos a serem alcançados e dos problemas relevantes a serem tratados.
- IV) A noção político-institucional do desenvolvimento planejado é posta, neste trabalho, como elemento para obliterar a condição de atraso daqueles municípios do EPBR-324 que, como visto, ainda não conseguiram perder a sua feição rural. Destacaram-se nesse aspecto: São Gonçalo dos Campos, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Terra Nova, Coração de Maria e Amélia Rodrigues.
- V) As infraestruturas encontradas no EPBR-324 foram postas como elementos a reforçar a noção orgânica das relações sociais e econômicas da região. A começar pela própria BR-324, que oferece a dimensão física de integralidade espacial. Destacou-se, ainda, a existência de um amplo conjunto de infraestruturas a corroborar a dimensão orgânica para a região, dentre os quais: portos e aeroportos; fornecimento de energia elétrica, gás e água; e a forte presença de instituições de ensino e pesquisa.
- VI) Observou-se que a organização e a localização da produção econômica seguem uma disposição hierárquica no Eixo Produtivo BR-324. Salvador, como lugar central, assume uma posição hierárquica superior seguido do município de Feira de Santana, que mesmo percebido em posição hierárquica inferior a Salvador, ofereceu serviços especializados em diversas áreas, dentre as quais serviços complexos na saúde, como também educação superior. As demais cidades, entre os citados extremos, assumem funções parciais e os seus níveis hierárquicos são determinados pelas diferentes funções que essas cidades possuem em relação a suas respectivas atividades econômicas.

Este trabalho encontra-se longe de esgotar e explicar a dinâmica econômica da região analisada. Muitas outras contribuições poderão ser somadas com o propósito de oferecer aportes a este modesto estudo que devotou atenção a esse pequeno, importante e singular espaço do território baiano, o Eixo Produtivo BR-324.

REFERÊNCIAS

ACELEN. *Produtos*. São Paulo. Disponível em: <https://www.acelen.com.br/fazemos/#produtos>. Acesso em: 3 ago. 2022.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO. *Atlas águas*. Estado, Bahia. Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://www.ana.gov.br/atlasaguas/atlas-aguas?m=estado&b=BA>. Acesso em: 14 set. 2024.

AGUIAR, Manoel Pinto de. *Notas sobre o enigma baiano*. Salvador: CPE, 1958.

AGUIAR, Manoel Pinto de. Notas sobre o enigma baiano. *Revista Planejamento*, Salvador, v. 4, out.-dez. 1977.

ALMEIDA, Paulo. A economia de Salvador e a formação da sua região metropolitana. In: Carvalho, Pereira (org.). *Como anda Salvador*. Salvador: Edufba, 2006. p. 11-53.

ALMEIDA, Rômulo. *Rômulo: Voltado para o futuro*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1986.

ALMEIDA, Rômulo. Traços da história econômica da Bahia no último século e meio. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, v.11, n. 19, jan. 2009.

AMSDEN, Alice H. A ascensão do “resto”: os desafios ao ocidente de economias com industrialização tardia. São Paulo: UNESP, 2009.

ANDRADE, Thompson Almeida; SANTOS, Angela Moulin Simões Penalva Santos; SERRA, Rodrigo Valente. *Fluxos migratórios nas cidades médias e regiões metropolitanas brasileiras: a experiência do período 1980/96*. Rio de Janeiro: IPEA, 2009. (Texto para discussão, n. 747).

AZEVEDO, José Sergio Gabrielli. *Industrialização e incentivos fiscais na Bahia*: uma tentativa de interpretação histórica. 1975. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 1975.

BAHIA. *Lei complementar n.35, de 06 de julho de 2011*. Institui a Região Metropolitana de Feira de Santana. Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/1028289/lei-complementar-35-11>. Acesso em: 15 maio 2022.

BAHIA. Secretaria Planejamento do Estado da Bahia. *PIB baiano tem crescimento de 2,3% em 2018*. 2020. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/2020/11/1973/PIB-baiano-tem-crescimento-de-23-em-2018.html>. Acesso em: 19 nov. 2021

BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial. *Sistema geoespacial de ativos do CIA. Planta fundiária e de situação do CIA norte Candeias*. Salvador, 2017.

BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial. Sistema geoespacial de ativos do CIA. *Planta fundiária e de situação do CIA sul Simões Filho. Salvador, 2017.*

BIANCHI, Ana Maria. Albert Hirschman na América Latina e sua trilogia sobre desenvolvimento econômico. *Economia e Sociedade*, Campinas, SP, v. 16, n. 2, p. 131-150, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642817>. Acesso em: 7 jan. 2025.

BOUDEVILLE, Jacques R. *Os espaços econômicos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973. (Coleção saber atual).

BRASIL. *Decreto nº 11.926, de 22 de março de 2024*. Dispõe sobre a política de desenvolvimento regional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/d11962.htm. Acesso em: 07 jan. 2025.

BRASIL. *Lei complementar nº 14, de 08 de junho de 1973*. Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp14.htm. Acesso em: 15 maio 2022.

BREITBACH, Breitbach, Aurea Correa de Miranda. *Estudo sobre conceito de Região*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1988. (Teses, n. 13).

BRESSER-PEREIRA, Luiz C. *Em busca do desenvolvimento perdido*: um projeto novo-desenvolvimentista para o Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

CANDIDO, João F. "Queremos crescer acima de 2 dígitos", diz sócio-fundador da Mondial. *A Tarde*. Economia. Salvador, 22 mar. 2017. Disponível em: <https://atarde.com.br/economia/queremos-crescer-acima-de-2-digitos-diz-socio-fundador-da-mondial-853506>. Acesso em: 4 ago. 2024.

CARDOSO, Fernanda. *Nove clássicos do desenvolvimento econômico*. Jundiaí, SP: Paco, 2018.

CARVALHO, Inaiá Maia Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso. *Como anda Salvador e sua região metropolitana*. Salvador: Edufba, 2006.

CASAROTTO FILHO, N.; PIRES, L. H. *Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local*: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana. São Paulo: Atlas, 2001.

CHIARA, Márcia. Mondial investe na fabricação no país. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 05 maio 2020. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2020/05/05/mondial-investe-na-fabricacao-no-pais.htm>. Acesso em: 20 dez. 2024.

CHIARA, Marcia de. Com fábrica da Sony Mondial acelerou meta. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 21 jun. 2021. Disponível: <https://economia.uol.com.br/noticias/>

estadao-conteudo/2021/06/21/com-fabrica-da-sony-mondial-acelerou-meta.htm. Acesso em: 20 dez. 2024.

CLARK, Colin. Crescimento populacional e padrões de vida. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (orgs.). *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2010. p. 67-86.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. *Perfil da indústria brasileira*. [Brasília, DF]. Disponível em: <https://industriabrasileira.portaldaindustria.com.br/grafico/total/producao/#/industria-total>. Acesso em: 14 ago. 2022.

CRUZ, Arthur Souza *et al.* *A importância da Petrobrás na Bahia: possíveis impactos econômicos da política de desinvestimentos*. Salvador: SEI, mar. 2020. (Textos para discussão, n. 15).

CRUZ, Rossine. *A inserção de Feira de Santana (BA) nos processos de integração produtiva e de desconcentração econômica nacional*. 1999. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade de Campinas, SP, 1999.

DATASUS. Disponível: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/giniuf.def>. Acesso: 21 jul. 2022.

FERREIRA, Carlos Maurício de Carvalho. *Teoria dos polos de desenvolvimento, a questão da regionalização e os planos de desenvolvimento integrado dos vales das bacias hidrográficas amazônicas*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1991. 28 p. (Texto para discussão, n. 63).

FIEB. *Guia industrial do estado da Bahia*. [Salvador], 2015. Disponível em: <https://www.fieb.org.br/guia-industrial/consulta-basica/>. Acesso em: 14 maio 2022.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1989.

GALA, Paulo. *Complexidade econômica: uma nova perspectiva para entender a antiga questão das riquezas das nações*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2017.

GOVERNANÇA METROPOLITANA NO BRASIL. *Relatório de pesquisa: caracterização e quadros de análise comparativa da governança metropolitana no Brasil: arranjos institucionais de gestão metropolitana (Componente 1)*. Região Metropolitana de Salvador. Rio de Janeiro: IPEA, 2015.

GUERRA, Oswaldo Ferreira; TEIXEIRA, Francisco. 50 anos de industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 10, n. 1, jun. 2000.

GUERRA, Oswaldo Ferreira; GONZALEZ, P. S. H. Evolução recente e perspectivas para a economia baiana. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 27, n. 1, jan.-mar. 1996.

GUERRA, Oswaldo Ferreira; GONZALEZ, Paulo. *25 anos de evolução econômica da Bahia*. Salvador: Gráfica Santa Helena, 2002. 202 p.

GUERRA, Oswaldo Ferreira; TEIXEIRA, F.; ARAUJO, S. Limites para uma dinâmica endógena na economia baiana. *Bahia Análise de Dados*, Salvador, v. 21, n. 2, abr.-jun. 2011.

GTDN. *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*. 2. ed. Recife: SUDENE, 1967.

HIGGINS, Benjamin. The scope and objectives of planning for underdeveloped regions. In: SEMINÁRIO INTERAMERICANO SOBRE LA DEFINICIÓN DE REGIONES PARA LA PLANIFICACIÓN DEL DESARROLLO, 1., 1968, Hamilton, Canadá. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: Instituto Pan-Americano de Geografia e História, 1968. p. 37-62.

HIRSCHMAN, A. O. *Estratégia do desenvolvimento econômico*. Tradução de Laura Schaeffer. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

HIRSCHMAN, A. O. A dissenter's confession: 'the strategy of economic development' revisited. In: MEIER, G. M.; SEERS D. (ed.). *Pioneers in development*. Oxford: Oxford University Press, 1984.

HIRSCHMAN, A. O. *A economia como ciência moral e política*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Brasília, DF: Brasiliense, 1986.

IBGE. *Cidades e estados do Brasil*. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 19 nov. 2021.

IBGE. *Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e regiões integradas de desenvolvimento*. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/18354-regioes-metropolitanas-aglomeracoes-urbanas-e-regioes-integradas-de-desenvolvimento.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: 13 maio 2023.

IBGE. *Produto interno bruto*. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 13 maio 2022.

INDÚSTRIA brasileira deve gerar 1,5 mil empregos em Conceição do Jacuípe, na Bahia. Salvador, 16 maio 2022. Disponível em: <https://www.ibahia.com/empregos/industria-brasileira-deve-gerar-15-mil-empregos-em-conceicao-do-jacuipe-na-bahia>. Acesso: 16 maio 2022.

JESUS, C.; SOEIRO, I. A evolução dos *royalties* no estado da Bahia. *BNews*. Salvador, 16 maio 2019. Disponível em: <https://www.bnews.com.br/artigo/948,a-evolucao-dos-royalties-no-estado-da-bahia.html>. Acesso em: 03 ago. 2022.

KRUGMAN, P. *Economia espacial*: urbanização, prosperidade econômica e desenvolvimento humano no mundo. São Paulo: Futura, 2002.

LIMA, Carmen Lucia *et al.* Fornecedores da Ford: uma avaliação preliminar das oportunidades de investimentos na Bahia. *Estudos Setoriais*, Salvador, n. 01-02, set. 2002.

MALUF, R. S. Hirschman e a dessacralização da epopeia do desenvolvimento por um desenvolvimentista. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 35, n.1, p. 43-63, jan.-mar. 2015.

MARKUSEN, A. R. Regions and regionalism. *In: MOULAERT, F.; SALINAS, P. W. (eds.). Regional analysis and the new international division of labor: applications of a political economy approach*. Dordrecht: Springer, 1983. (Studies in applied regional sciences). Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-94-009-7409-8_4. Acesso em: 13 maio 2022.

MORAES, Antônio Carlos Robert. *Geografia: pequena história crítica*. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

MORAES, Antônio Carlos Robert. *Bases da formação territorial do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2000.

NAJBERG, Sheila; PUGA, Fernando Pimentel. Condomínio industrial: o caso do Complexo Ford Nordeste. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v.10, n. 19, p. 199-216, jun. 2003.

NURKSE, R. *Problemas de formação de capitais em países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

OLIVEIRA, Adary. O polo petroquímico de Camaçari: industrialização, crescimento econômico e desenvolvimento regional. 2004. Tese (Doutorado em Geografia) – UNIFACS, Salvador, BA, 2006.

OLIVEIRA FILHO, João Damásio *et al.* Estimativas dos efeitos da implantação do Complexo Ford Nordeste sobre a estrutura industrial da Bahia: uma abordagem insumo-produto. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA*, 32., 2004, João Pessoa. *Anais [...]*. Natal: ANPEC, 2004. Disponível em: <https://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A128.pdf>. Acesso em: 13 maio 2022.

PERROUX, François. *A economia do século XX*. Lisboa: Herder, 1967.

PESSOTI, Gustavo. *Um estudo da política industrial na Bahia entre 1950 e 2005*. 2008. Dissertação (Mestrado em Análise Regional) – UNIFACS, Salvador, BA, 2008.

PESSOTI, Bruno; PESSOTI, Gustavo. Política industrial ou insenção fiscal? uma análise da atração de investimentos industriais para a Bahia no período 1991 – 2006. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, v. 10, n. 18, dez. 2008.

PIMENTA, Luiz José; ARAGÃO, Francisca Santos de (orgs.). *Reflexões de economistas baianos*. Salvador: CORECON-BA, 2011. v. 3.

PIRES, Mônica de Moura *et al.* *Economia regional: território, cidade e desenvolvimento.* Ilhéus, Bahia: Editus, 2018.

PRETO, Lilly. *A teoria dos lugares centrais por Walter Christaller.* [S. I.]: GRIN, 2013. p. 7. Edição do Kindle.

PROCIA - Associação de empresas do Centro Industrial de Aratu. Disponível em: <https://www.procias.com.br/Pagina-Inicial>. Acesso em: 14 jul. 2022.

SANTO, S. M. O Desenvolvimento urbano e seus impactos sobre o meio ambiente, na América Latina: o caso de Feira de Santana. *In: ENCUENTRO GEOGRÁFICO DE AMÉRICA LATINA*, 9., 2003, Feira de Santana, BA. *Anais[...]*. [Toluca]: Observatorio Geográfico de América Latina, 2003.

SARMENTO, W. *Problemas de implantação de indústrias novas na Bahia.* Rio de Janeiro: Nova Era, 1969.

SCHEINOWITZ, A. S. *O macroplanejamento da aglomeração de Salvador.* Salvador: EGBA, 1998.

SEPÚLVEDA , Osmar Gonçalves. A infraestrutura e seu papel no desenvolvimento. *In: PIMENTA, Luiz José; ARAGÃO, Francisca Santos de (orgs.). Reflexões de economistas baianos.* Salvador: CORECON, 2011. v. 3, p. 252-266.

SILVA, Gesner Brehmer de Araújo. *Distritos industriais, desconcentração econômica e espacial: uma análise do distrito industrial do Subaé.* 2020. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, BA, 2020 .

SILVA, Gesner Brehmer de Araújo. Centro industrial do Subaé enquanto instrumento de desenvolvimento econômico e regional: atualidades e perspectivas futuras. *Geopauta*, [S. I.], v. 5, n. 3, p. e9347, 2021. DOI: 10.22481/rg.v5i3.e2021.e9347. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/geo/article/view/9347>. Acesso em: 7 jan. 2025.

SILVA, Rosana. *Salvador redesenhada pelo desenvolvimento.* 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Desenvolvimento Social) – UCSAL, Salvador, BA, 2008.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e; LEÃO, Sonia de Oliveira; SILVA, Barbara-Christine M. Nentwing. *O subsistema urbano-regional de Feira de Santana.* Recife: SUDENE, 1985. (Estudos regionais).

SIMÕES FILHO, BA. Prefeitura. *A cidade: história.* Disponível em: <https://pmsimoesfilhoba.imprensaoficial.org/a-cidade/>. Acesso em: 14 maio 2022.

SYRQUIN, Moshé. Linkages and the strategy of development. *In: TEITEL, S. (org.). Towards a new development strategy for Latin America: pathways from hirschman's thought.* Washington, DC: Inter-American Development Bank, 1992.

- SOUZA, Aristeu; ASSIS, José Carlos de. *A serviço do Brasil: a trajetória de Rômulo Almeida*. Rio de Janeiro: A. Souza, 2006.
- SOUZA, Nali de J. *Desenvolvimento econômico*. São Paulo: Atlas, 2007.
- SPÍNOLA, Noélia Dantaslé. A implantação de distritos industriais como política de fomento ao desenvolvimento regional: o caso da Bahia. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, v. 3, n. 4, p. 27-47, jul. 2001.
- SPÍNOLA, Noélia Dantaslé. *A trilha perdida: caminhos e descaminhos do desenvolvimento baiano no século XX*. Salvador: UNIFACS, 2009.
- SPOSITO, Eliseu Savério. Conceitos fundamentais de geografia. *Geografia*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 43, maio-ago. 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/issue/view/1461>. Acesso em: 20 jan.2025.
- SEI. *Estatísticas dos municípios baianos*: anual. Salvador, 2018. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3708&Itemid=284. Acesso em: 14 maio 2022
- SEI. *Anuário estatístico da Bahia*. Salvador, 2002. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=65&Itemid=284#:~:text=Publica%C3%A7%C3%A3o%20anual%20que%20oferece%20ao,%2C%20demogr%C3%A1ficos%2C%20sociais%20e%20econ%C3%B4micos. Acesso em: 14 maio 2022.
- SEI. *Anuário estatístico da Bahia*. Salvador, 2003. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=65&Itemid=284#:~:text=Publica%C3%A7%C3%A3o%20anual%20que%20oferece%20ao,%2C%20demogr%C3%A1ficos%2C%20sociais%20e%20econ%C3%B4micos. Acesso em: 14 maio 2022.
- SEI. *Anuário estatístico da Bahia*. Salvador, 2004. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=65&Itemid=284#:~:text=Publica%C3%A7%C3%A3o%20anual%20que%20oferece%20ao,%2C%20demogr%C3%A1ficos%2C%20sociais%20e%20econ%C3%B4micos. Acesso em: 14 maio 2022.
- SEI. *Anuário estatístico da Bahia*. Salvador, 2005. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=65&Itemid=284#:~:text=Publica%C3%A7%C3%A3o%20anual%20que%20oferece%20ao,%2C%20demogr%C3%A1ficos%2C%20sociais%20e%20econ%C3%B4micos. Acesso em: 14 maio 2022.
- SEI. *Anuário estatístico da Bahia*. Salvador, 2006. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=65&Itemid=284#:~:text=Publica%C3%A7%C3%A3o%20anual%20que%20oferece%20ao,%2C%20demogr%C3%A1ficos%2C%20sociais%20e%20econ%C3%B4micos. Acesso em: 14 maio 2022.
- SEI. *Anuário estatístico da Bahia*. Salvador, 2007. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=65&Itemid=284#:~:text=Publica%C3%A7%C3%A3o%20anual%20que%20oferece%20ao,%2C%20demogr%C3%A1ficos%2C%20sociais%20e%20econ%C3%B4micos. Acesso em: 14 maio 2022.

gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=65&Itemid=284#:~:text=Publica%C3%A7%C3%A3o%20anual%20que%20oferece%20ao,%2C%20demogr%C3%A1ficos%2C%20sociais%20e%20econ%C3%B4micos. Acesso em: 14 maio 2022.

SEI. *Anuário estatístico da Bahia*. Salvador, 2008. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=65&Itemid=284#:~:text=Publica%C3%A7%C3%A3o%20anual%20que%20oferece%20ao,%2C%20demogr%C3%A1ficos%2C%20sociais%20e%20econ%C3%B4micos. Acesso em: 14 maio 2022.

SEI. *Anuário estatístico da Bahia*. Salvador, 2009. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=65&Itemid=284#:~:text=Publica%C3%A7%C3%A3o%20anual%20que%20oferece%20ao,%2C%20demogr%C3%A1ficos%2C%20sociais%20e%20econ%C3%B4micos. Acesso em: 14 maio 2022.

SEI. *Anuário estatístico da Bahia*. Salvador, 2010. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=65&Itemid=284#:~:text=Publica%C3%A7%C3%A3o%20anual%20que%20oferece%20ao,%2C%20demogr%C3%A1ficos%2C%20sociais%20e%20econ%C3%B4micos. Acesso em: 14 maio 2022.

SEI. *Anuário estatístico da Bahia*. Salvador, 2011. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=65&Itemid=284#:~:text=Publica%C3%A7%C3%A3o%20anual%20que%20oferece%20ao,%2C%20demogr%C3%A1ficos%2C%20sociais%20e%20econ%C3%B4micos. Acesso em: 14 maio 2022.

SEI. *Anuário estatístico da Bahia*. Salvador, 2012. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=65&Itemid=284#:~:text=Publica%C3%A7%C3%A3o%20anual%20que%20oferece%20ao,%2C%20demogr%C3%A1ficos%2C%20sociais%20e%20econ%C3%B4micos. Acesso em: 14 maio 2022.

SEI. *Anuário estatístico da Bahia*. Salvador, 2013. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=65&Itemid=284#:~:text=Publica%C3%A7%C3%A3o%20anual%20que%20oferece%20ao,%2C%20demogr%C3%A1ficos%2C%20sociais%20e%20econ%C3%B4micos. Acesso em: 14 maio 2022.

SEI. *Anuário estatístico da Bahia*. Salvador, 2014. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=65&Itemid=284#:~:text=Publica%C3%A7%C3%A3o%20anual%20que%20oferece%20ao,%2C%20demogr%C3%A1ficos%2C%20sociais%20e%20econ%C3%B4micos. Acesso em: 14 maio 2022.

SEI. *Anuário estatístico da Bahia*. Salvador, 2015. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=65&Itemid=284#:~:text=Publica%C3%A7%C3%A3o%20anual%20que%20oferece%20ao,%2C%20demogr%C3%A1ficos%2C%20sociais%20e%20econ%C3%B4micos. Acesso em: 14 maio 2022.

SEI. *Anuário estatístico da Bahia*. Salvador, 2016. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=65&Itemid=284#:~:text=Publica%C3%A7%C3%A3o%20anual%20que%20oferece%20ao,%2C%20demogr%C3%A1ficos%2C%20sociais%20e%20econ%C3%B4micos. Acesso em: 14 maio 2022.

SEI. *Anuário estatístico da Bahia*. Salvador, 2017. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=65&Itemid=284#:~:text=Publica%C3%A7%C3%A3o%20anual%20que%20oferece%20ao,%2C%20demogr%C3%A1ficos%2C%20sociais%20e%20econ%C3%B4micos. Acesso em: 14 maio 2022.

SEI. *Anuário estatístico da Bahia*. Salvador, 2019. Disponível em: https://sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/anuario_estatistico/anuario_estatistico_2019.pdf. Acesso em: 10 set. 2024.

TAVARES, Luis Henrique Dias. *O problema da involução industrial na Bahia*. Salvador: UFBA, 1966.

TEIXEIRA, F.; GUERRA, Osvaldo. 50 anos da industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 10, n. 1, p. 87-98, jun. 2000.

TEIXEIRA, F.L.C. *The political economy of technological learning in the brazilian petrochemical industry*. 1985. Tese (Doutorado em Política de Ciência e Tecnologia) – Universidade de Sussex, Brighton, 1985.

UDERMAN, S. *Indústria e desenvolvimento regional: uma análise das estratégias de industrialização na Bahia*. Salvador: FIEB, 2008.

VIANA FILHO, Luís. *Petroquímica e industrialização da Bahia*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1984.

WANDERLEY, Lívio Andrade. Economia regional e conceitos de espaço e região. In: IZERROUGENE, Bouzid (org.). *Atualidades sócio-econômicas*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2006. (Ensaios econômicos, v. 5).

ANEXOS

ANEXO A – RELAÇÃO PIB ESTADOS DA FEDERAÇÃO

Nº	ESTADO	PIB (R\$ 1.000.000)
1º	São Paulo	2.348.338
2º	Rio de Janeiro	779.982
3º	Minas Gerais	651.873
4º	Rio Grande do Sul	482.464
5º	Paraná	466.377
6º	Santa Catarina	323.264
7º	Bahia	293.241
8º	Distrito Federal	273.614
9º	Goiás	208.672
10º	Pernambuco	197.853
11º	Pará	178.377
12º	Ceará	163.575
XXX	EPBR 324	146.621
13º	Mato Grosso	142.122
14º	Espirito Santo	137.346
15º	Amazonas	108.181
16º	Mato Grosso do Sul	106.943
17º	Maranhão	97.340
18º	Rio Grande do Norte	71.337
19º	Paraíba	67.986
20º	Alagoas	58.964
21º	Piauí	52.781
22º	Rondônia	47.091
23º	Sergipe	44.689
24º	Tocantins	39.356
25º	Amapá	17.497
26º	Acre	15.630
27º	Roraima	14.292

Fonte: IBGE (2016)

**ANEXO B – ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO NAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO
COM DATA DE REFERÊNCIA 1º DE JULHO DE 2021**

ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO NAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO COM DATA DE REFERÊNCIA 1º DE JULHO DE 2021		
Região	ESTADO	População
Sudeste	São Paulo	46.649.132
Sudeste	Rio de Janeiro	17.463.349
Sudeste	Minas Gerais	21.411.923
Sudeste	Espirito Santo	4.108.508
Nordeste	Bahia	14.985.284
Nordeste	Pernambuco	9.674.793
Nordeste	Ceará	9.240.580
Nordeste	Maranhão	7.153.262
Nordeste	Paraíba	4.059.905
Nordeste	Rio Grande do Norte	3.560.903
Nordeste	Alagoas	3.365.351
Nordeste	Piauí	3.289.290
Nordeste	Sergipe	2.338.474
Sul	Paraná	11.597.484
Sul	Rio Grande do Sul	11.466.630
Sul	Santa Catarina	7.338.473
Norte	Pará	8.777.124
Norte	Amazonas	4.269.995
Norte	Rondônia	1.815.278
Norte	Tocantins	1.607.363
Norte	Acre	906.876
Norte	Amapá	877.613
Norte	Roraima	652.713
Centro Oeste	Goiás	7.206.589
Centro Oeste	Mato Grosso	3.567.234
Centro Oeste	Distrito Federal	3.094.325
Centro Oeste	Mato Grosso do Sul	2.839.188
EPBR 324	EPBR 324	4.688.977

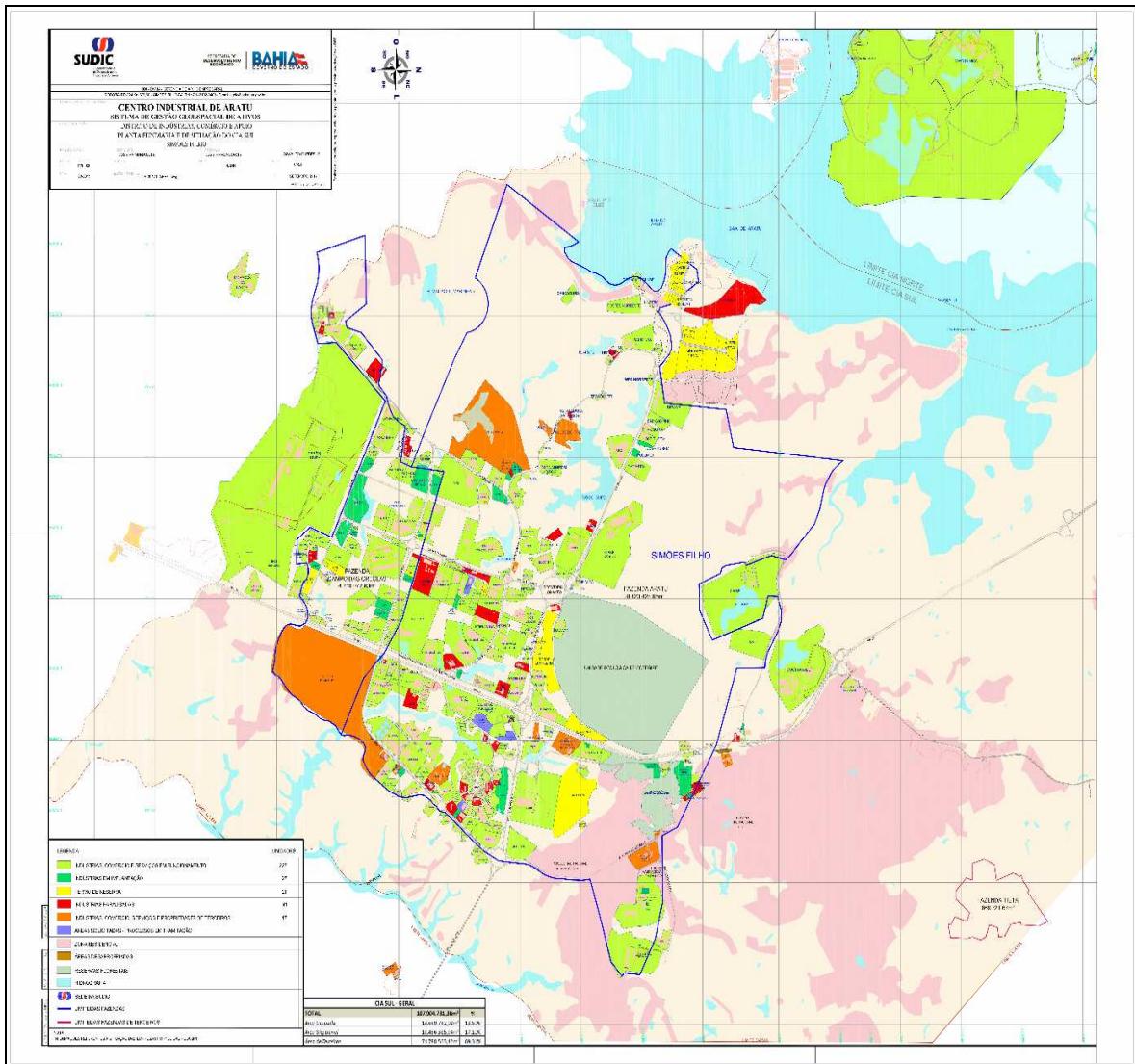
Fonte: IBGE e SEI (2016)

ANEXO C - LEVANTAMENTO PROCIA EMPRESAS INSTALADAS NO CENTRO INDUSTRIAL DE ARATU

ANEXO XX - RELAÇÃO EMPRESAS CIA - PROCIA 2017					
Razão Social	Ramo	Atividade	Razão Social	Ramo	Atividade
SERVIÇO/COMÉRCIO/DISTRIBUIDORA/LOGÍSTICA					
Brinker Motor - Serviços Mecânicos, Marítimos e Industriais	Serviço/comércio	Serviço	Tecnocoat do Brasil	Química/Petroquímica	Fábrica de tintas
Bauko	Serviço	Manutenção de empilhadeira	Itazul Industria e Comercio de Produtos de Limpeza	Química/Petroquímica	Produtos de limpeza
L. Amorin Locação de Equipamentos Ltda	Serviços	Depósito para equipamentos	Delta Tintas	Químico/Petroquímico	Fábrica de tintas
João Américo	Serviço	Locação de som	Grace Brasil	Industrial	Industria química
Global Montagem	Serviços	Automação elétrica	Anhembi/Qboa	Químico/Petroquímico	Fabricação de produtos químicos
Coremal S/A Pochetea (multinacional)	Serviços	Distribuição de produtos químicos	Baumannas Química	Químico/Petroquímico	Fabricação de sulfato líquido
Abreu Comércio Serviço Eletrônicos Ltda	Serviços	Visitoria eletrônica	Massa Top/Tintas Fenix	Químico/Petroquímico	Tintas
Novogás Serviços de Compressão Ltda	Serviços	Manutenção de equipamento de compressão	Favab S/A	Químico/Petroquímico	Químico
Tatuzão Transportes Ltda	Serviços	Transportes logística	Isoplast Indústria e Comércio	Químico/Petroquímico	Produtos diversos de EPS- isopor
JSL S/A	Serviços	Logística	Quimil	Químico/Petroquímico	Fabricação de produtos químicos
ZZK Locação de Equipamentos de Escoramentos(M4)	Serviços	Locação de material para escoramento na área civil	Sicras Carbeto de Silício do Brasil	Químico/Petroquímico	Produtos químicos inorgânicos
Top Frios Distribuidora de Produtos Alimentícios Ltda	CD	Distribuidora	Tecnosteel Industriais Ltda	Químico/Petroquímico	Caldearia, metalurgia e serviços afins
ICA Logística Ltda (Big Log)	Condomínio logístico	Logística	Knauf Isopor Ltda (antiga Styrocorte)	Químico/Petroquímico	Poliestireno expansível - EPS
Top Frios Distribuidora de Produtos Alimentícios Ltda	CD	Distribuidora	Petrolusso	Químico/Petroquímico	Produtos químicos
Cardan Bahia	Comercial	Produção de peças	ARTC Arte e Técnica em Caldearia	Químico/Petroquímico	Metalúrgica
Avon	CD	Distribuidora de cosméticos	Air Liquide Brasil Ltda	Químico/Petroquímico	Fabricação de Gases Industriais
Plataforma Ambiental	Serviços	Projetos e tratamento de efluentes	Stell Tech Metallúrgica Comércio e Serviço Ltda	Químico/Petroquímico	Estrutura de metais
Net Container Industrial	Serviços	Locação de containers	Kop do Brasil Indústrias Farmacêuticas Ltda	Químico/Petroquímico	Indústria farmacêutica
Comercial Coutrim Ltda	Serviços	Logística	Golden Leaf Tabacco Ltda	Químico/Petroquímico	Fabricação de cigarros
Instaladora Salvador	Serviços	Prestação de serviços de reformas em tanques e	Sulamericana Química (lado da Kop)	Químico/Petroquímico	Fabricação de sulfato de magnésio
Intermarítima Portos e Logística I	Serviços	Logística	Inquinimica Industria e Comércio Ltda	Químico/Petroquímico	Resina, aglomerador
Intermarítima Portos e Logística III	Serviços	Logística	ISSO Sabões	Químico/Petroquímico	Fabricação de sabões e detergentes sintéticos
Intermarítima Portos e Logística II	Serviços	Logística	PLÁSTICO E RESINA - FÁBRICA DE PLÁSTICO		
Mix Ideal	Serviços	Centro de distribuição	Plasticos Beija Flor	Plástico/Resina	Fábrica de plásticos
Porto Seco Logística Itda	Serviços	Prestação de serviços, transportes e logística.	Boplast Industria e Comércio de Plásticos	Plástico/Resina	Fabricação de sacolas
Robo SA Estrutura Tubulares	Serviços	Locação de estruturas tubulares	Plásticos Bev Te Vi	Plástico/Resina	Recuperação reciclagem (limpo)
Lazal Servic	Serviços	Serviço de manutenção	Santeno Irrigação do Nordeste Ltda	Plástico/Resina	Material plásticos (manguera para irrigação)
SH Formas Andaiômes Escoramentos Ltda	Serviços	Locação de equipamentos para Caminhão	Ecologica Nordeste Ltda	Plástico/Resina	
YPE (Química Amparo) II	Serviços	CD - Centro de distribuição	Sol Nordeste	Plástico/Resina	Fábrica de plásticos
LB Transportes	Serviços	Prestadora de serviço	Cromex S/A	Plástico/Resinas	Fabricação de artefatos de material plásticos
Retec Tecnologia em Resíduos	Serviços	Tratamento de resíduos	IPB - Indústria de Produtos de Borracha	Borracha	Recauchutagem de pneus
PneuForte/Vipal	Serviços	Recauchutagem de pneus	Engepack Embalagens	Plásticos/Resinas	Preformas de garrafas pet
ZB Transportes	Serviços	Logística	Killing	Plásticos/Resinas	Fabricação de adesivos
Magazine Luiza S/A	Serviço	Logística	Dacarre Benvic Ltda	Plásticos/Resina	Fábrica de composto PVC
Algeco	Serviço	Locação e serviços	Multinova/Intex	Plásticos/Resina	Ráfia, Saco de Ráfia, Tecido de Ráfia
Columbia do Nordeste / Eadi Salvador	Serviço	Logística	Taurus Blindagens Nordeste Ltda	Plásticos/Resinas	Fabricação de capacetes
Columbia do Nordeste / Eadi Salvador (ampliação)	Serviço	Logística	Asperbras Tubos e Conexões Ltda	Plásticos/Resinas	Fabricação de laminados planos é tubulares de material plástico
Prisma Ambiental Ltda	Serviço	Gerenciamento de resíduos	Indeba Indústria e Comércio	Plástico/Resina	Embalagens plásticas (laminados, sacos, sacos 20 e 50)
Unikilog Logística Ltda	Serviço	Serviço de armazenagem	Recicil S/A Indústria e Comércio	Plástico/Resinas	Reciclagem de plásticos
Fedex Brasil Logística e Transportes Ltda/Natura (Maxi Transporte)	Serviço	Transportes	PAPEL E CELULOSE - MOVELEIRO MADEIRA		
M. Monte	Serviço	Crematório	Sonoco do Brasil Ltda	Papel/Celulose	Fabricação de tubet de papel
GNA Administração e Logística Ltda	Serviço	Administração e logística e monitoragem de estrutura	BRA Industrial Ltda/Brascan	Papel/Celulose	Fabricação de papelão ondulado
Carrocerias Bahia Ltda - EPP/Guerra	Serviço	Implementos rodoviários	Flamegil Industria e Comércio Ltda	Papel/Celulose	Indústria de papel e algool
Linde Gases	Serviço	Equipamento e distribuição de gases industriais	Cintia do Santos Rocha Santana / JI Madeireira	Mouveleiro?Madeireiro	Embalagem de Paletes
PJB Construção Aluguel de Máquinas	Serviço	Serviço de lanternagem	CBM Movelaria Ltda (BM Industrial (mesmo CNPJ)	Mouveleiro/Madeireiro	Móveis residenciais
Provlog (APK/TUPY)	Serviço	Logística	B3 Boat/B3 Estaleiro de Embarcações S/A	Mouveleiro/Madeireiro	Indústria naval
Teman Engenharia e Manutenção Ltda	Serviço	Manutenção	Fachini S/A	Madeira/Madeireiro	Fabricação de cabines, estruturas e telhados para caminhões
Toplog Armazenagem de Distribuição Ltda	Serviço	Prestação de serviços	Italsofa/Natuzzi Group	Mouveleiro/Madeireiro	Fabricação de móveis sofados em couro e tecido para sofás
Ronilson Santana Bezerra	Serviço	Distribuição de alimentos	Indústria e Comércio de madeira Confiança	Mouveleiro/Madeireiro	Pallets
Trust Express	Serviço	Carga e descarga	Rei Moveis	Madeira/Madeireiro	Moveis
Columbia do Nordeste / Cefrinor Centrais de Estocagem Frigorífico do Nordeste Ltda	Serviço	Armazenagem e distribuição	Ecofibra Embalagens	Papel/Celulose	Papelão ondulado
Aquageo Projetos Perfuradores Ltda	Serviço	Perfuração de poços artesianos	Oficina de Madeira	Mouveleiro/Madeireiro	Moveleiro
Diox Oxigênio	Serviço	Envazamento de O ₂ (oxigênio)	ALIMENTOS E BEBIDAS		
Gotemburgo Veículos (Volvo Group)	Serviço	Vendas de caminhões e ônibus	Qualisuper Hortifrut	Alimento/Bebida	Hortifrut
José Rubem Transportes e Equipamentos Ltda	Serviço	Transporte e logística	Monte Alegre	Alimento/Bebida	Coqueiros de vinho, cachaça, vodka.
Móveis Salvador Ltda (LarsShopping)	Serviço	CD - Centro de distribuição	Bahia Lanches Ltda	Alimento/Bebida	Fábrica de pães, panetone
Polystar Industria e Comércio de Produtos Sintéticos	Serviço	Fiação de fibras artificiais e sintéticas	Norsa Refrigerantes	Alimentos/Bebidas	Bebidas
Ambar/Acoba	Serviço	Condomínio de empresas	CIESF (Vicunha)	Alimentos/Bebidas	Embudos, pão, dríos
Vertical Equipamentos	Serviço	Locação de guindaste	Fabrica de Biscoitos Tupy	Alimentos/Bebidas	Fabricação de biscoitos e massas
Braço Forte / Piscia Piscia	Serviços	Reciclagem - sucata	Frimas/Cabra Forte	Alimentos/Bebidas	Frigorífico
Tecmar	Serviço	Transporte de carga	Frutcom Express Com. de Gêneros Alim. Ltda	Comercial	Hortifrut
Transportadora Rener	Serviço	Transportes	METAL MECÂNICO		
Tramontina Nordeste S/A	serviços	Comércio atacadista	Daniel Bernoulli	Metal/Mecânico	Fábrica de equipamentos mecânicos
Gel Divisâi Elétrica/Gerso Joalheira	Serviços	Prestação de serviços elétrica industrial	Recons	Metal/Mecânico	Metalúrgica
Logmaster (+ ampliação)	Serviços	Logística	Dipawa Nordeste	Metal/Mecânico	Reservatórios metálicos e tanques para combustível
Itambé Alimentos Ltda	CD	Logística e armazéns gerais	Greif Embalagens Indústrias do Brasil Ltda	Metal/Mecânico	Fabricação de embalagens metálicas
Balanão/Brasfoam	Serviço	Serviços de computação	Indústria Metálgica Lugar Ltda	Metal/Mecânico	Fabricação de sistema de armazenamento metalúrgico
Refrigeração Dufrio	Serviço	Centro de distribuição	Bezeirra Cerqueira	Mineral/Não Metalico	Fábrica de construção civil
Tatiana de Oliveira Campos Melo (Neoflex / Plumatek)	Comercial	Comércio varejista de artigos de Colchonaria	WPC Nordeste	Metal/Mecânico	Fabricação de artefatos de madeira
Ulma Brasil Formas e Escoramentos / Construction	Comercial	Locação	Ecocast	Metal/Mecânico	Fundição de ferro e aço
Recplas	Reciclagem	Reciclagem de materiais plásticos	Physioplantes	Metal/Mecânico	Fabricação e comercialização de equipamentos e acessórios
San Remy Transportes e Logística Itda	Serviços	Logística e transporte alimentícios	Dinâmica Pre Moldados - DMG Damião Materiais de Construção e Pre Moldados Ltda	Premoldados	
Unilur	Serviços	Transportadora	Andequip Locação de Máquinas e Equipamentos	Locação de máquinas e equipamentos	
Maxi Transporte, Logística e Armazéns Gerais Ltda	Serviços	Logística e transporte	Robert Bosch do Brasil Nordeste Indústria e Comercio Ltda	Auto peças (velas)	
Veiga Gases Ltda - EPP	Serviços	Venda de gases industriais	APEVIS	Metal/Mecânico	Serviços de usinagem
Enem Transportes Eireli	Serviços	Transportes	Durit Brasil Ltda	Metal/Mecânico	Metalurgica em pô
MINERAL - MINERAL NÃO METÁLICO					
Ecobahia	Mineral Não Metálico	Limpeza de óleo	Forja Bahia	Metal/Mecânico	Produção de forjados de aço e de metais não-ferro e suas ligações
MV Quartz Ltda	Mineral Não Metálico	Moagem de minério	Ball Embalagens Ltda	Metal/Mecânico	Fabricação de embalagens metálicas
Bezeirra Cerqueira	Mineral Não Metálico	Fábrica de construção civil	Civil Indústria e Comércio	Metal/Mecânico	Montagem de estruturas
Mercato de Marmi Ltda	Mineral Não Metálico	Beneficiamento de marmores e granitos	Top Estruturas	Metal/Mecânico	construção civil - pré moldados provisórios
Concretia Equipamentos e Serviços Ltda	Mineral Não Metálico	Fabricação de artefatos de concreto			
Concreart Pre Moldados Construção Ltda	Mineral Não Metálico	Premoldados			
Postes Nordeste	Mineral Não Metálico	Fabricação de artefatos de concreto			
T & A Construção pré- Fabricadas	Mineral Não Metálico	Fabricação de artefatos de concreto			
Bezerra Cerqueira / EBF	Mineral Não Metálico	Construção civil			
ITR Rocha	Mineral Não Metálico	Construção civil			
Resintec Industria e Comércio Ltda	Mineral Não Metálico	Fibra de vidro			

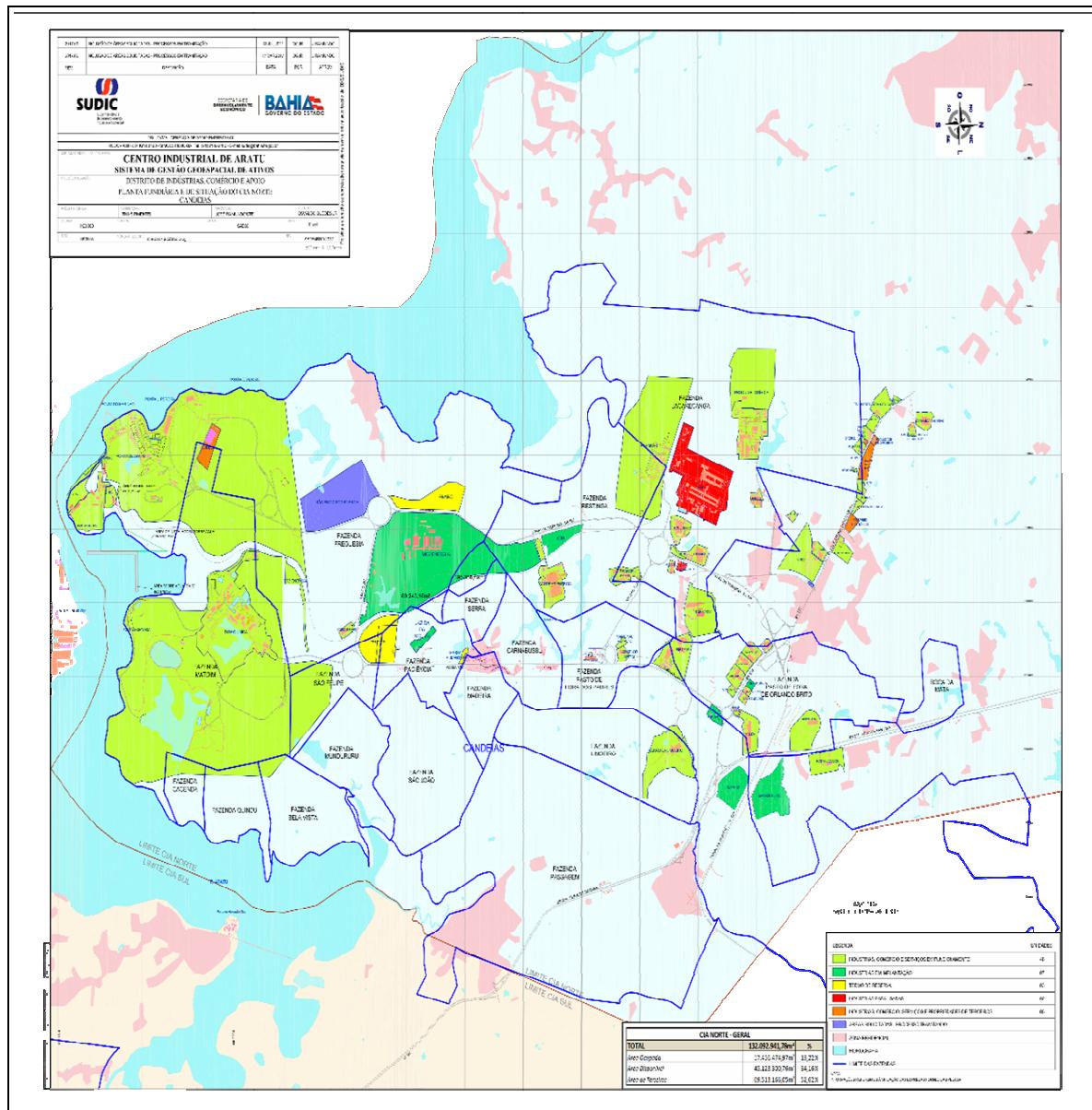
Fonte: PROCIA (2022)

ANEXO D – PLANTA FUNDIÁRIA DE SITUAÇÃO CIA – SUL



Fonte: PROCIA (2022)

ANEXO E – PLANTA FUNDIÁRIA E DE SITUAÇÃO CIA-NORTE



Fonte: PROCIA (2022)